

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

**Hilda Vanessa Zevallos Montalvo**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E O SETOR DE MINERAÇÃO:  
ANÁLISE DE DISCURSOS DO GOVERNO DO PERU NO PERÍODO DE  
1990 A 2009**

**Rio de Janeiro  
2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Hilda Vanessa Zevallos Montalvo**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E O SETOR DE MINERAÇÃO:  
ANÁLISE DE DISCURSOS DO GOVERNO DO PERU NO PERÍODO DE  
1990 A 2009**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Área de concentração: Estudo sobre Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Guedes

**Rio de Janeiro  
2010**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

**Montalvo, Hilda Vanessa Zevallos.**

**Política de desenvolvimento e o setor de mineração: análise de discursos do governo do Peru no período de 1990 a 2009 / Hilda Vanessa Zevallos Montalvo. – 2010.**

141 f.

**Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.**

**Orientadora: Ana Lucia Guedes**

**Inclui bibliografia.**

1. Indústria mineral – Política governamental – Peru – 1990-2009
2. Peru – Condições econômicas – 1990-2009. I. Guedes, Ana Lucia (Orient.) II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

**CDD – 338.20985**

**Hilda Vanessa Zevallos Montalvo**

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E O SETOR DE MINERAÇÃO:  
ANÁLISE DE DISCURSOS DO GOVERNO DO PERU NO PERÍODO DE  
1990 A 2009**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de  
Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio  
Vargas como requisito para a obtenção do título de Mestre em  
Administração Pública.

E aprovado em 27/05/2010  
Pela comissão organizadora

-----  
Prof. Dra. Ana Lucia Guedes  
Escola Brasileira de Administração Pública

-----  
Prof. Dr. Marcelo Falcão Vieira  
Escola Brasileira de Administração Pública

-----  
Maria Gabriela Escoto  
Insituto de Humanidades da  
Universidade Cândido Mendes

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus - 'eu sou Tu que me fazes'- por desperta-me em outra realidade e desafiar minha humanidade, por não deixar-me cair nunca.

Quero agradecer especialmente a minha orientadora, pelo suporte na construção deste estudo, por compreender aqueles momentos de desencanto, pela paciência e todas suas sugestões importantes.

Agradeço ao pessoal do Ministério de Energia e Minas e do Instituto de Engenheiros de Minas do Peru pelas informações disponibilizadas.

A todos os professores do mestrado da EBAPÉ, pelo tempo e conhecimento compartilhados, especialmente Alexandre Faria, Guilherme Tenório, Ana Guedes, Antonio Freitas, Paulo Roberto Motta, por quem tenho muito carinho e gratidão.

Aos funcionários da FGV do Rio de Janeiro, especialmente Joarez de Oliveira, Denise Freitas Lafayette de Sa, Celene Melo, Aline Araujo, Cordélia Félix, obrigada por sua ajuda sempre foram muitos solícitos e atenciosos. A Fabiana Braga Legal pela gentileza que sempre teve comigo.

A Luiz Fernando de Andrada Pacheco pela revisão final deste texto.

A minha família pelos ensinamentos e valores que me foram transmitidos ao longo da minha vida, que estando longe de mim foram sempre meu apoio. Em especial ao meu marido Gustavo por sua compreensão, por ter me acompanhado ao longo do mestrado e por todas as horas investidas nesta dissertação.

Aos meus amigos do movimento Comunhão e Libertação: Valeria, Romero, Tatiana, Mônica, Alair, Dalton, Olivio, Celia, Marcão, Eliane, Claudia, Silvana, Michele, obrigada pelo carinho e apoio oferecido. Finalmente a todos meus colegas de mestrado e amigos por terem acolhido e compartilhado sua incondicional alegria.

## RESUMO

Os estudos sobre desenvolvimento, sem dúvida, se mantiveram como um dos últimos bastiões do modernismo nas ciências sociais (Rapley, 2004). Muitos dos dilemas chave em estudos contemporâneos sobre desenvolvimento se centraram nas disjuntivas entre inovação teórica, política e prática (Simon, 2003). No entanto, a discussão que envolve a relação entre desenvolvimento e mineração, que interessa neste estudo, ainda permanece acrítica dentro da literatura dominante. Segundo Graulau (2008), o tema de mineração encontra-se num vaivém entre o favoritismo e a oposição. O estudo sob o ponto de vista normativo da mineração no campo de desenvolvimento mostra a mentalidade econômica de longa data que prevalece nesse campo. No Peru as reformas neoliberais implantadas desde a década 1990 têm promovido fortemente o setor de mineração. Os investimentos nacionais e estrangeiros, o volume das exportações e impostos certamente têm influenciado favoravelmente na economia em termos macroeconômicos, obtendo quantidades consideráveis de divisas (UNCTAD, 2008). Não obstante, a grande mineração parece não ter beneficiado as comunidades envolvidas com a extração de minérios (Barrantes, 2005; Glave e Kuramoto, 2007; Zegarra; Orihuela e Paredes, 2007). A quantidade e gravidade dos conflitos que vem acontecendo evidenciam a resistência ao setor, frente à ação discursiva do Estado peruano sobre o “desenvolvimento” que assegura o que a mineração traz. Neste contexto este estudo tem como objetivo analisar as práticas discursivas das políticas de mineração peruana em relação a construção do discurso de desenvolvimento no período compreendido entre 1990-2009. Com esse objetivo, foi necessário abordar primeiramente as principais teorias sobre desenvolvimento, mineração e mineração no Peru. No que diz respeito à metodologia o presente estudo utilizou duas técnicas de análise: a Análise Crítica de Discurso, baseado no método tridimensional proposto por Fairclough (2001), para realizar a análise de três discursos de representantes da política de mineração peruana, a segunda abordagem utiliza a Análise de Conteúdo de Bardin (2009), para examinar os artigos relacionados à política de mineração entre as principais revistas especializadas do setor—Mineria e Desde Adentro. Foram utilizadas também categorias de análise constantes e convergentes ao conceito de desenvolvimento para orientar a presente pesquisa.

Finalmente as conclusões sugerem que as políticas de mineração reproduzidas pelas autoridades do Estado peruano introduziram práticas discursivas sobre desenvolvimento sustentável e que essas se mantêm relacionadas com as novas ordens de discurso: Responsabilidade Social, Mineração Sustentável, Mineração moderna, Gestão ambiental.

Palavras-chave: mineração, desenvolvimento, políticas peruanas, análise crítica de discurso, análise de conteúdo.

## ABSTRACT

Development studies have, without any doubt, stand as one of the last bastion of modernism in social sciences (Rapley, 2004). Many of the key dilemmas in contemporary studies about development were focused on the disjunction among innovations in theory, politics and practice (Simon, 2003). Meanwhile, the discussion that involves a relationship between development and mining, which interests our study, still remains acritical within the dominant literature. According to Graulau (2008), the topic of mining oscillates between favoritism and opposition. From a normative point of view, the study of mining within the topic of development shows the longtime economic mentality that prevails in this field. In Peru, the neoliberal reforms put in practice since the decade of 1990 have strongly promoted the mining sector. Certainly, national and foreign investments, the volume of exportations and taxes have favorably influenced the economy in macroeconomical terms, obtaining considerable quantities of reserves (UNCTAD, 2008). Nevertheless, corporate mining didn't seem to benefit local communities involved in mining extraction (Barrantes, 2005; Glave e Kuramoto, 2007; Zegarra, Orihuela e Paredes, 2007). The quantity and gravity of the conflicts the have been occurring shows a rejection to the mining sector, opposite to the discursive action of the Peruvian State that guarantees the "development" brought by mining. In this context, the main objective of this study is to analyze the discursive practices of Peruvian mining politics in relationship with the construction of development discourse in the decade of 1990-2009. Therefore, it was necessary to study the main theories about development, mining and mining in Peru. About the methodology used in this work, we used two analysis techniques: First, the Critical Discourse Analysis, based on the tridimensional method proposed by Fairclough (2001). This technique was used to analyze the speeches of three representatives of Peruvian mining politics. The second technique we used was Content Analysis proposed by Bardin (2009). This technique helped us in the analysis of mining politics articles published in the main specialized magazines of this area - *Mineria* and *Desde Adentro*. One of the guides in this research was also defined by a set of categories that were constant and convergent related to the concept of mining.

Finally, conclusions suggest that mining politics applied by Peruvian State officers introduced discourse practices about sustainable development and that these are coherent with the new orders of discourse: Social Responsibility, Sustainable mining, Modern mining, Environmental Management.

Keywords: Mining, Development, Peruvian politics, Critical Discourse Analysis, Content Analysis

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Tipologia da Análise do Discurso.....	8
Figura 2 - Concepção Tridimensional do Discurso .....	11
Tabela 1 - Elementos e objetivos da Análise Tridimensional de Fairclough .....	13
Tabela 2 - Objetivos do Milênio .....	29
Tabela 3 - Conceitos e categorias de análise .....	59
Tabela 4 - Número de artigos por revista, com abordagem em políticas de mineração .	78
Tabela 5 - Classificação por categorias analisadas e códigos identificados.....	79
Tabela 6 - Categorias da análise e conteúdo.....	80

## **LISTA DE SIGLAS**

AC - Análise de Conteúdo

ACD- Análise Crítica de Discurso

AD - Análise do Discurso

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CAD - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

CEA - Comissão Econômica das Nações Unidas para a África

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFC - Corporação Financeira Internacional

MEM- Ministério de Energia e Minas

OCDE- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1    Objetivo.....	3
1.2    Delimitação do Estudo.....	3
1.3    Relevância do Estudo.....	4
1.4    Metodologia.....	7
1.4.1    Tipo de Pesquisa.....	7
1.4.2    Análise de Discurso.....	8
1.4.3    Análise de Conteúdo.....	14
1.4.4    Procedimentos de pesquisa.....	16
1.4.4.1    Coleta de Dados.....	17
1.4.4.2    Tratamento dos Dados.....	18
1.4.5    Limitações da pesquisa.....	19
2 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1    Teorias de Desenvolvimento.....	21
2.2    Desenvolvimento e Mineração.....	36
2.3    Políticas de Mineração no Peru.....	49
3 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	61
3.1    Resultados da análise de discurso da política de mineração peruana.....	61
3.1.1    A análise dos discursos do Governo Peruano.....	61
3.1.2    Discurso do Ministro Alberto Pandolfi Arbulú.....	61
3.1.3    Discurso de Glodomiro Sánchez Mejía, Presidente da Comissão de Energia e Minas.....	66
3.1.4    Discurso do Ministro Pedro Sánchez Gamarra.....	72
3.2    Resultados da análise de conteúdo da política de mineração peruana.....	78
3.2.1    Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.....	78
4 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO E ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	81
5 - CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	86
ANEXO - 1 Discurso do Ministro Alberto Pandolfi Arbulú.....	102
ANEXO - 2 Discurso do Engenheiro Glodomiro Sánchez Mejía, Presidente da Comissão de Energia e Minas do Congresso da República.....	114
ANEXO -3 Discurso do Ministro Pedro Sánchez Gamarra.....	122
ANEXO - 4 Lista de artigos identificados das revistas Minería e Desde Adentro.....	124

## 1 - INTRODUÇÃO

Desde 1990, quando Fujimori tornou-se presidente do Peru, instituiu-se o novo modelo neoliberal, que promoveu fortemente a indústria de mineração. Novas disposições técnicas e legais implementadas permitiram um rápido aumento do número de hectares em fase de exploração, passando de 2.258 milhões de hectares em 1991 para cerca de 15.597 milhões de hectares em 1998, fenômeno que se denominou *boom* da exploração no Peru. Os investimentos na mineração saíram do estancamento, segundo o MEM os investimentos em mineração em 1996 alcançaram 387 milhões de dólares e em 2000 alcançaram o nível mais alto registrado, com 1.502 milhões de dólares. Após o ano 2000 os investimentos caíram, para retomarem um novo crescimento que teve os níveis mais altos nos anos 2008 e 2009, alcançando um investimento de 1.708 e 2.771 milhões de dólares. Este crescimento nos investimentos e as exportações têm colocado o Peru entre os primeiros produtores de metais como ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, ferro, estanho, molibdênio, telúrio, entre outros (Peru, 2009a). Desde as reformas duas décadas de mudanças se passaram em relação à técnica, volume e diversidade na exploração de minérios. Os investimentos, as exportações e a arrecadação de impostos gerados pelos fluxos de capitais estrangeiros e nacionais certamente têm influenciado favoravelmente a economia em termos macroeconômicos, obtendo quantidades consideráveis em divisas (UNCTAD, 2008). Não obstante, a grande mineração não tem beneficiado as comunidades ligadas à extração de minérios (Barrantes, 2005; Glave e Kuramoto, 2007; Zegarra, Orihuela e Paredes, 2007). Assim, a quantidade de protestos e a gravidade dos conflitos evidenciam a resistência por uma parte da sociedade civil, das comunidades relacionadas à indústria de mineração, dos ambientalistas e dos sindicatos, contrapondo-se à política protecionista do capital privado que vem se impondo. Segundo De Echave et al. (2009), atores locais, nacionais e estrangeiros se enfrentam quase permanentemente em conflitos, os quais muitas vezes se tornam violentos. Numa medida extrema o atual governo de Alan García tem autorizado a utilização de armas de fogo dentro do território nacional contra civis, criminalizando o protesto social e qualificando os grupos sociais como “inimigos da pátria” (Ardito et al., 2008)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> <<http://www.aprodeh.org.pe/criminilizacion/documentos/folletocriminalizacion.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

No primeiro trimestre de 2010, segundo os dados da Defensoria do povo, 12 pessoas perderam a vida em conflitos sociais, das quais 6 morreram por conflitos relacionados à atividade de mineração<sup>2</sup>. Os conflitos podem envolver diferentes motivos, como: problemas laborais, ocasionados principalmente pela extrema flexibilização, que influencia diretamente na moderação salarial, os horários, a jornada de trabalho, descansos e um elevado número de horas trabalhadas (Hiba, 2002). Entre outros motivos também estão os direitos econômicos, sociais e culturais exigidos por algumas das comunidades afetadas pela presença das mineradoras em seus territórios. Já outras comunidades se opõem totalmente à execução dos projetos, como nos casos de Tambogrande e Rio Branco. A contaminação ambiental é considerada o fator mais relevante contra a mineração, e entre os casos mais sérios estão: os passivos ambientais de *Southern-Moquegua* (Palacios, 2009), *La Oroya*, considerada uma das 10 cidades mais contaminadas do planeta<sup>3</sup>, e o derrame de mercúrio em Choropampa<sup>4</sup>. Para De Echave et al. (2009), existe uma ampla e complexa variedade de situações e campos de disputa, como o uso dos recursos, a distribuição dos benefícios, a contaminação ambiental, e diversas concepções culturais sobre desenvolvimento, futuro desejável e o direito a decidir sobre o próprio destino. Esta problemática chamou inicialmente minha atenção, e levou a perguntar-me até que ponto a mineração estava trazendo desenvolvimento para o país. Com o aprofundamento no tema surgiu a primeira disjuntiva: o Estado peruano não possui algum tipo de planejamento, programa ou políticas específicas para o desenvolvimento do país - embora uma definição sobre desenvolvimento tenha sido adotada no relatório Brundtland, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A segunda disjuntiva surgiu da análise dos aportes econômicos que a mineração traz para o país, quando se percebe que as contribuições são evidentes nas cifras macroeconômicas dos fluxos de investimentos e valor de exportações. Não obstante, segundo Glave e Kuramoto (2007), não se tem informação básica que permita estimar com maior precisão o verdadeiro impacto da mineração. Portanto, seria necessária a construção de uma matriz insumo-produto para conhecer o aporte real da mineração - matriz essa que não se realiza há vinte anos.

Compreendi que pouco poderia contribuir ao entendimento da mineração desde o ponto de vista econômico. A escolha pelo tema de desenvolvimento vinculado ao setor da

---

<sup>2</sup> <<http://www.servindi.org/actualidad/24162>>. Acesso em: nov. 2009.

<sup>3</sup> <[www.blacksmithinstitute.org/wwpp2007/finalReport2007.pdf](http://www.blacksmithinstitute.org/wwpp2007/finalReport2007.pdf)> Acesso em: nov. 2009.

<sup>4</sup> <[http://www.osservatorioperu.org/IMG/pdf/informe\\_62\\_2\\_.pdf](http://www.osservatorioperu.org/IMG/pdf/informe_62_2_.pdf)> Acesso em: nov. 2009.

mineração levou-me a refletir sobre a ação discursiva dos governos que promovem a indústria da mineração, muitas vezes em detrimento da população. Frente a esta observação o presente estudo tem como objetivo analisar as práticas discursivas<sup>5</sup> das políticas peruanas de mineração em relação à construção do discurso de desenvolvimento.

Nas próximas seções são apresentados o objetivo da pesquisa, e a delimitação e relevância do estudo respectivamente. Neste capítulo também são apresentados a metodologia, o tipo e os procedimentos da pesquisa. O segundo capítulo aborda a revisão da literatura, estando dividido em três pontos que tratam, respectivamente, das principais abordagens da literatura do desenvolvimento, da relação entre desenvolvimento e mineração e, por último, da mineração no Peru. No terceiro capítulo são examinadas as práticas discursivas relacionadas às políticas peruanas de mineração, com base na literatura referencial em duas abordagens: a primeira parte analisa três discursos de representantes da política de mineração, valendo-se da Análise Crítica de Discurso; e a segunda parte utiliza-se da Análise de Conteúdo para examinar as práticas discursivas das políticas de mineração em duas das principais revistas especializadas no tema. No quarto capítulo é realizada uma análise comparativa entre a Análise de Conteúdo e a Análise Crítica de Discurso. Por fim, são traçadas as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

## **1.1 Objetivo**

O presente estudo tem como objetivo analisar as práticas discursivas das políticas de mineração peruana em relação à construção do discurso de desenvolvimento.

## **1.2 Delimitação do Estudo**

O foco do presente estudo é analisar o discurso de desenvolvimento construído a partir das políticas de mineração. Nesse sentido, é necessário revisar os conceitos de desenvolvimento desde a perspectiva dos autores e enfoques mais influentes, até as abordagens sobre desenvolvimento com relação ao setor de mineração no Peru.

---

<sup>5</sup> As práticas discursivas são as maneiras pelas quais se articulam as linguagens sociais existentes e os gêneros de fala, produzindo singularidades de uso e hibridações discursivas (Spink e Mincoff, 2004).

A natureza dos dados requeridos pode variar de acordo com a natureza do projeto e as questões da pesquisa. Por essas razões, esse estudo pretende analisar o período conhecido como o *boom* da mineração, que compreende a década de 90 e que se estende por três governos completos<sup>6</sup>, caracterizados por terem adotado políticas liberais: o primeiro (1990-1995) e o segundo (1995-2000), de Alberto Fujimori; e os demais de Valentin Paniagua (2000-2001); Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan Garcia (2006-presente). Podem ser consideradas como variáveis de análise as construções e práticas discursivas utilizadas pelo Estado para descrever uma determinada realidade.

Aspectos quantitativos e econômicos não serão abordados neste estudo. Segundo Glave e Kuramoto (2007), não se tem informação básica que permita estimar com maior precisão o impacto real da mineração no desenvolvimento do país. A metodologia mais adequada para Glave e Kuramoto (2007) seria a construção de uma matriz insumo-produto, que não se realiza há vinte anos; a elaboração de uma matriz desse tipo seria inviável, por questão de recursos humanos, temporais e econômicos, já que seria necessário levantar dados de 123 distritos mineiros correspondentes a 20 departamentos do Peru. Assim, o presente trabalho está limitado à revisão das fontes acima mencionadas, que permitam realizar uma análise qualitativa das políticas de desenvolvimento.

### 1.3 Relevância do Estudo

Embora o desenvolvimento seja visto muitas vezes como algo positivo, é importante considerar os seus possíveis efeitos negativos do desenvolvimento sobre o ambiente, os diferentes grupos sociais, a coesão e estabilidade das sociedades (Willis, 2005). Os estudos sobre desenvolvimento, sem dúvida, se mantiveram como um dos últimos bastiões do modernismo nas ciências sociais (Rapley, 2004). O estudo sistemático do desenvolvimento como uma disciplina separada da economia é relativamente novo. Depois da Segunda Guerra Mundial, o paradigma dominante do desenvolvimento se concentrou quase exclusivamente em idéias de crescimento econômico (Nabatchi, 2007), entendido como a elevação dos padrões de vida que se manifestam no aumento da renda (crescimento), que por sua vez se traduziria em melhoria da saúde, nutrição, educação e autonomia pessoal

---

<sup>6</sup>Governos completos são aqueles com mandato de cinco anos, eleitos por processos democráticos. O governo de Valentin Paniagua foi de transição, teve como mandato preparar o país para eleições livres e justas, e durou apenas um ano (Durand, 2005).

(Rapley, 2004). Segundo Souza (2007), uma primeira corrente de economistas de inspiração retórica considera crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente enquadra os economistas de orientação crítica.

Segundo Schuurman (2000), “o impasse” em estudos de desenvolvimento se revelou na segunda metade da década de 1980. Os fatores que conduziram a esse impasse foram de natureza estrutural, entre outros acontecimentos em escala global, que precipitaram as publicações dos estudos em desenvolvimento (Sklair, 1991; Sachs, 1992; Schuurman, 1993; Norgaard, 1994; Booth, 1994; Escobar, 1995; Crush, 1995; Brohman, 1996; Preston, 1996; Cowen & Shenton, 1996; Leys, 1996; Rahnama, 1997). Cada posição paradigmática com respeito a desenvolvimento e subdesenvolvimento foi revisitada (Schuurman, 2000) por diversas abordagens como pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-tradicionalismo entre outros enfoques de tradição pós-estrutural (Schuurman, 2000; Simon, 2003). Essas abordagens destacaram as implicações dos conceitos de poder e relações de desigualdade, enfatizando principalmente hibridizações, pluralidades e abordagens co-evolucionárias ao invés de meta-narrativas monolíticas (Simon, 2003).

A teoria econômica sobre desenvolvimento, que predominou até o final da Segunda Guerra Mundial, sofreu alterações significativas, e novos conceitos sobre desenvolvimento e políticas sociais foram surgindo nas últimas décadas. A recente emergência sobre as preocupações ambientais nas teorias do desenvolvimento demonstra que tem havido uma política econômica de desenvolvimento bastante arriscada que teve, historicamente, pouca consideração pela sustentabilidade (Nabatchi, 2007).

Muitos dos dilemas chave em estudos contemporâneos sobre desenvolvimento se centraram nas disjuntivas entre inovação teórica, política e prática (Simon, 2003). Para Escobar (1995), o impacto das representações de desenvolvimento é profundo em nível local. Neste nível os conceitos de desenvolvimento e modernidade são resistidos, hibridizados com as formas locais, transformados, é dizer uma produtividade cultural que necessita ser entendida. Resgatando esses pontos, Schuurman (2000) afirma que o desafio para os estudos de desenvolvimento é restabelecer a importância do seu estudo e entender os processos de exclusão, emancipação e progresso. A área do desenvolvimento como disciplina acadêmica, prática institucional e luta popular, continua a ser muito disputada (Simon, 2003). Os debates na área estão ligados às políticas atuais, afetando milhões de pessoas em todo o mundo (Willis, 2005). Nesse contexto, o Peru tem abordado os conceitos

e políticas sobre desenvolvimento estabelecidas por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>7</sup> e o Banco Mundial (BM)<sup>8</sup>. Entretanto, é importante ressaltar que as abordagens na literatura local sobre desenvolvimento são ínfimas.

Por outro lado, os estudos sobre mineração prevalecem na tradição da economia política clássica dos séculos XVIII e XIX, que estabeleceram uma visão normativa de exclusão com respeito ao tema da mineração. Essa tradição esteve interessada no tópico de desenvolvimento econômico do mundo ocidental e não dos territórios coloniais. Desde aquela época o tópico de mineração não foi uma preocupação central para os primeiros pensadores da economia-política clássica (Graulau, 2008). Durante as décadas de 1940 até 1960 muitos economistas acreditavam que os estudos em desenvolvimento podiam prosperar mediante a extração e exportação de riquezas minerais e de petróleo. Cinquenta anos depois dessa experiência de desenvolvimento, essa crença foi refutada (Ross, 2001).

O fato é que os países que dependem das exportações de petróleo e minerais estão entre os países mais problemáticos, apresentam taxas excepcionalmente lentas de crescimento econômico, com governos que tendem a ser antidemocráticos e frequentemente padecem de guerras civis (Ross, 2001). Para Soros (2007), existe uma brecha comumente referida entre a exploração dos recursos naturais e a economia como renda existente entre o valor dos recursos e o custo de extração destes. Segundo Graulau (2008), o tema da mineração encontra-se num vaivém entre o favoritismo e a oposição. O estudo sob um ponto de vista normativo da mineração no campo de desenvolvimento é importante porque mostra a mentalidade econômica de longa data que prevalece nesse campo.

A exploração e exportação de recursos naturais, como os minerais, voltou a ser altamente promovida desde os anos 1990, e se constitui na principal atividade industrial do Peru. No entanto, protestos e conflitos evidenciam a resistência por parte da sociedade civil, das comunidades, dos ambientalistas e dos sindicatos, contrapondo-se à política

---

<sup>7</sup>A ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em 24 de outubro de 1945, data da promulgação da Carta das Nações Unidas, assinada por 51 países. O foco de atuação da ONU é a manutenção da paz e do desenvolvimento em todos os países do mundo. A missão da ONU parte do pressuposto de que diversos problemas mundiais podem ser mais facilmente combatidos por meio de uma cooperação internacional. <[http://www.onu-brasil.org.br/conheca\\_hist.php](http://www.onu-brasil.org.br/conheca_hist.php)>. Acesso em: 12 dez. 2009.

<sup>8</sup>Desde sua criação em 1944, o BM passa a ser uma única instituição a constituir um grupo de cinco instituições de desenvolvimento estreitamente relacionadas. Sua missão foi evoluindo desde a promoção da reconstrução do pós-guerra ao desenvolvimento nos dias de hoje. Segue sendo seu objetivo predominante a redução da pobreza no contexto de uma globalização inclusiva e sustentável. <<http://web.worldbank.org>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

protecionista do capital privado que vem se impondo nas últimas duas décadas. O estudo desse tipo de conflitos ganhou muita relevância na literatura local (Szablowski, 2002; Arana, 2002; Ávila, 2002; Aste, De Echave, Glave, 2004; Bury, 2004; Bebbington, 2007; Bebbington, et al., 2007; De Echave, Hoetmer, Palacios, 2009; De Echave et al., 2009). Entretanto a discussão sobre a relação entre desenvolvimento e mineração permanece acrítica dentro da literatura dominante. Nesse contexto, a presente pesquisa é relevante devido a abordagem de um fenômeno pouco discutido: a relação entre o desenvolvimento e as políticas peruanas de mineração.

## **1.4 Metodologia**

### **1.4.1 Tipo de Pesquisa**

A opção por pesquisa qualitativa tem crescido nas pesquisas os últimos anos. As mudanças de concepções implicam, necessariamente, nova forma de ver e compreender a realidade, outros modos de atuação para a obtenção de conhecimento, transformações do próprio conhecimento, alterando-se por tanto, as formas de se interferir na realidade (Martins, 1995). A pesquisa qualitativa é criticada frequentemente pela influencia de objetividade que pode ter por parte do autor. Isso não impede que procedimentos científico-metodológicos sejam estabelecidos nesse tipo de pesquisa para assegurar a sua validade, confiabilidade e aplicação. A compreensão do papel fundamental, na pesquisa, dos sujeitos pesquisados é a característica básica das metodologias alternativas. Evidenciando o sujeito cognoscente, problematizando seu papel e as conseqüências deste no ato de conhecer (Martins, 1995).

Segundo Vieira (2006), a metodologia constitui uma parte extremamente importante, pois é a partir dela que os tópicos gerais de cientificidade (validade, confiabilidade e aplicação) poderão ser devidamente avaliados, e determinados processos metodológicos como: a definição explícita das perguntas de pesquisa, dos conceitos e das variáveis, descrição detalhada dos procedimentos de campo. Podem garantir a objetividade e a cientificidade da pesquisa qualitativa. Assume-se neste estudo a natureza qualitativa, a qual permite a análise de processos sociais, uma vez que oferece descrições ricas e possibilita obter um conhecimento aprofundado sobre um fenômeno sem separá-lo de seu contexto (Vieira, 2006). Em quanto à caracterização desta pesquisa, o estudo baseia-se na investigação descritiva, porque expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, estabelece correlações entre

variáveis e define sua natureza (Vergara, 2007, Gil, 2002). Em relação aos meios de investigação esta pesquisa utiliza a Análise de Conteúdo e Análise Crítica de Discurso.

#### **1.4.2 Análise de Discurso**

O interesse pelo discurso é compartilhado por várias disciplinas, e deu lugar a uma proliferação de diferentes e nem sempre conciliáveis abordagens (Fairclough, 2001; Martín, 2004). Todas elas contribuíram para gerar novos conhecimentos sobre o discurso. O discurso é tratado na linguística com referência a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita, e é analisado também em diferentes tipos de situação social. O discurso é amplamente usado na teoria e na análise social, segundo Fairclough (2001), e não só reflete ou representa entidades e relações sociais, ele as constrói de diferentes modos, e posiciona as pessoas como sujeitos sociais; são esses efeitos sociais do discurso focalizados na “análise do discurso” (AD).

As origens da AD remontam à França da década de 60 do século XX, influenciadas fortemente pelo estruturalismo, marxismo e psicanálise. Foucault é um dos maiores autores que influenciam as ciências sociais e as humanidades, introduzindo fortemente os termos ‘discurso’ e ‘análise de discurso’. Por outro lado, os estudos de etnografia da comunicação iniciam-se no âmbito anglo-saxônico. Segundo Iñiguez (2004), existem duas categorias das quais surgem tradições na AD. A primeira, o giro linguístico, é a teoria dos atos da fala e a Pragmática, que podem ser relacionados com a filosofia linguística associada à Escola de Oxford e ao pragmatismo norte-americano; e por outro lado a ETN, que é vinculada à fenomenologia (Iñiguez, 2004). A segunda categoria relaciona-se com o trabalho desenvolvido na Europa, vinculado a uma tradição com maior orientação política e sociológica. Não obstante, para Fairclough (2001), ambas vertentes apresentam um desequilíbrio entre os elementos sociais e os linguísticos.

Por outro lado, Phillips e Hardy (2002), apresentam uma tipologia baseada em dois eixos, que esclarece em quatro dimensões a AD. O primeiro eixo distingue a ênfase no contexto da produção do discurso e a ênfase no texto; o outro eixo distingue a ênfase na análise da construção do texto e na análise crítica do texto.

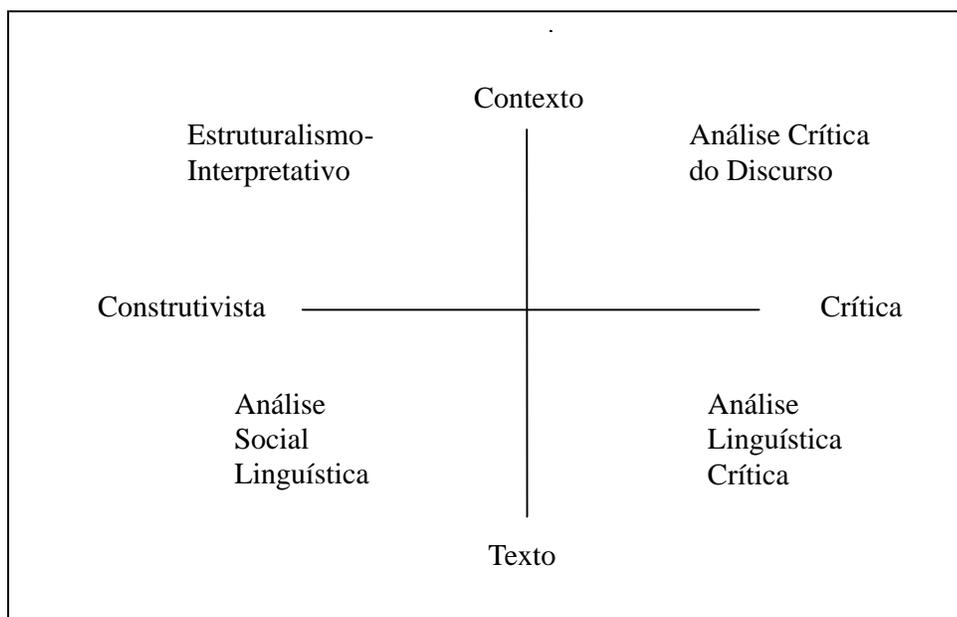


Figura 1 - Tipologia da Análise do Discurso

Fonte: Phillips e Hardy (2002)

A AD não pode se restringir a uma mera descrição dos conteúdos linguísticos das falas e dos escritos dos homens. Os objetivos críticos na AD visam elucidar as naturalizações, tornar claras as determinações sociais e os efeitos do discurso que estão obscuros (Fairclough, 2001). Enquanto outras metodologias qualitativas trabalham para entender ou interpretar a realidade social como ela existe, a AD busca desmascarar a forma em que ela é produzida (Phillips e Hardy, 2002). Maningueau (2000) definiria a AD como uma disciplina que visa articular a enunciação do discurso sobre um lugar social. Segundo Vergara (2006), a AD é uma interpretação fundamentada em uma argumentação detalhada, com o objetivo de aprender como a mensagem é transmitida, considerando tanto o emissor quanto o destinatário da mesma e o contexto na qual está inserida.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um campo disciplinar reconhecido internacionalmente pelo trabalho sistemático de diversos estudiosos: Fairclough 1989, 1992, 1995a, 1995b, 2000, 2003; Wodak 1996; Chouliaraki e Fairclough 1999; Van Dijk 1985, 1986, 1998, 2005. Para a ACD o discurso é, sobretudo, uma prática social, e seu caráter constitutivo é ressaltado (Iñiguez, 2002). Para Fairclough e Wodak (1997), o discurso não só é determinado pelas instituições e estruturas sociais, mas é parte

constitutiva delas, ou seja, o discurso constrói o social. Para a ACD são necessárias as descrições e teorizações dos processos e das estruturas sociais responsáveis pela produção de um texto “como uma descrição das estruturas sociais e os processos nos quais os grupos ou indivíduos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com os textos (Wodak, 2003, p. 19). As abordagens críticas que caracterizam a ACD mostram como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2001). Porém, a ACD foca as maneiras pelas quais os discursos criam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade (Van Dijk, 2001). Enquanto outras metodologias qualitativas trabalham para entender ou interpretar a realidade social como ela existe, a ACD busca desmascarar a forma em que ela é produzida (Phillips e Hardy, 2002, p. 6). A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso, mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição (Fairclough, 2001, p. 58).

A ACD é essencialmente multidisciplinar, envolve áreas como a linguística, semiótica, pragmática, sociologia, psicologia, antropologia, história e política (Fairclough, 2001; Van Dijk, 2006). Segundo Van Dijk (2003), a ACD deveria tender a compreender o contexto da produção do discurso individual de forma crítica. A análise propriamente dita é considerada como interpretação, e os analistas buscam serem sensíveis às suas próprias tendências interpretativas e às razões sociais (Fairclough, 2001, p. 58). A ACD distingue-se, sobretudo, pela maneira como concebe a tarefa do analista e por levar em consideração as implicações da própria análise (Martín, 2004). Segundo Fairclough, a ACD, por ser uma atividade multidisciplinar, não pode exigir uma grande experiência prévia de linguística, sociologia, psicologia ou política.

O modelo tridimensional da ACD proposto por Fairclough reúne três dimensões analíticas, sendo cada uma indispensável na análise de discurso: a análise textual, a análise discursiva e a análise social. É importante ressaltar que as três dimensões da análise inevitavelmente estarão superpostas na prática. A abordagem tridimensional permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social, e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social.

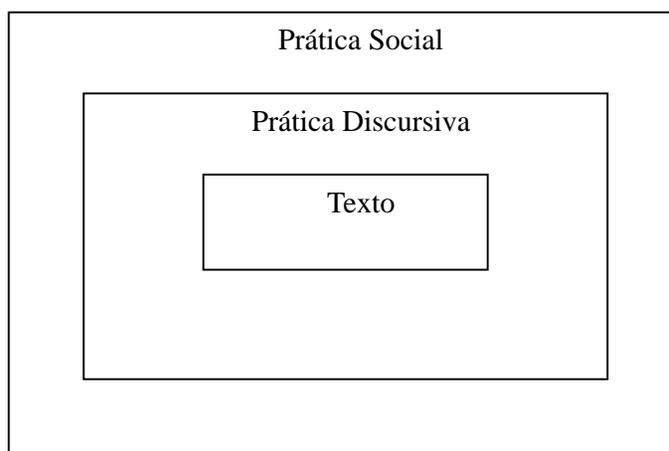


Figura 2 - Concepção Tridimensional do Discurso  
Fonte: Fairclough (2001).

O discurso como prática textual, baseado na linguística estrutural e na linguística do texto, pode ser denominado “descrição”, e pressupõe explicar as regras de produção textual, dizer como o texto é tecido (Martín, 2004). A análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (Fairclough, 2001, p. 105). O vocabulário trata principalmente das palavras individuais, a gramática considera as palavras combinadas em orações e frases, e compreende outras três dimensões: a transitividade, o tema e a modalidade. A coesão mostra a ligação entre orações e frases, e como essas se conectam dentro do texto. Por último, a estrutura textual trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos, das maneiras e da ordem em que os elementos são combinados através de palavras, sinônimos e conjunções. O *ethos* tem a ver com a constituição do eu, e a *polidez* tem a ver com as faces positiva e negativa de todo indivíduo.

No discurso, visto como prática discursiva, entende-se que os processos de produção, distribuição e consumo do texto, são processos sociais relacionados a ambientes (Rezende e Ramalho, 2004). Segundo Fairclough (2001, p. 92), a prática discursiva é constituída tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como ela é, e também contribui para transformá-la. Envolve processos de produção, distribuição e consumo textual.

A natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discursos de acordo com fatores sociais (Fairclough, 2001). Essa compreensão do discurso explica a relação que existe entre o texto e seu contexto (Martín, 2004). Porém, é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual. A interdiscursividade abrange as relações entre ordens de discurso, a intertextualidade manifesta refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos; distribuição do texto, cadeias intertextuais; consumo do texto e coerência tem a ver com às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos.

A análise do discurso como prática social tem o objetivo de especificar a natureza, as relações, e as estruturas sociais e hegemônicas da qual a prática discursiva é parte (Fairclough, 2001), constituindo a base para explicar por que é como é, e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social. Fairclough aborda os conceitos de ideologia e poder. A ideologia é uma propriedade tanto de estruturas nas ordens dos discursos quanto de eventos. As ideologias implícitas nas práticas discursivas são eficazes quando conseguem atingir o status de senso comum. A análise da prática social compreende as ordens de discurso. Os efeitos ideológicos e políticos do discurso focalizam os temas da hegemonia e ideologia. Seguindo a linha de Gramsci, a ACD também compreende a hegemonia como liderança e também como dominação econômica, política e ideológica (Fairclough, 2001). A hegemonia, porém, inclui a ideologia, entendendo os textos como uma faceta da luta hegemônica que contribui para a reprodução da ordem do discurso e das relações sociais. Finalmente, o discurso como prática discursiva e o discurso como prática social pode ser denominado como “interpretação”. ACD foi selecionada por seu caráter emancipatório, já que por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação (Rezende e Ramalho, 2004). Além disso, este estudo deu preferência ao método tridimensional de Fairclough (2001).

Tabela 1 - Elementos e objetivos da Análise Tridimensional de Fairclough

<b>Análise Tridimensional</b>	<b>Elementos e objetivos da análise</b>	
Análise Textual	Estrutura Textual	Características organizacionais, polidez, <i>ethos</i> .
	Coesão	Mostrar de que forma as orações e os períodos estão interligados no texto.
	Gramática	Transitividade (nominalização, voz passiva/ativa), tema, modalidade.
	Vocabulário	Significado de palavras, criação de palavras, metáfora.
Análise Discursiva	Produção do texto	Interdiscursividade (estilo, significado ideacional, contexto), Intertextualidade manifesta (pressuposição, negação, metadiscurso, ironia).
	Distribuição do texto	Cadeias intertextuais (tipos, transformações, audiências antecipadas).
	Consumo do texto	Coerência.
Análise Social	Matriz social do discurso	Estruturas sociais e hegemônicas.
	Ordens do discurso	Efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso.
	Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Efeitos ideológicos e hegemônicos (sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais).

Fonte: Elaboração própria e Fairclough (2001).

Cabe destacar que o tipo de discurso a ser analisado é basicamente o político, e que há diferenças entre os discursos de outras áreas. Segundo Van Dijk (2005), a política é uma das esferas das ciências sociais cujas práticas são exclusivamente discursivas, isso significa que, se o campo político é completamente ideológico, então também serão ideológicas as práticas políticas em consequência dos discursos. De certa forma, os discursos evidenciam as ideologias no sentido em que é só no discurso que elas podem ser explicitadas e formuladas. Nesse sentido, é por meio do discurso que, em grande parte, as ideologias políticas são adquiridas, propagadas e impugnadas.

### **1.4.3 Análise de Conteúdo**

A Análise de Conteúdo (AC) é, em primeiro lugar, uma técnica das ciências da comunicação que foi desenvolvida nas primeiras décadas do século vinte nos EUA, para analisar os meios de comunicação de massa (jornais, rádio). Os trabalhos iniciais foram desenvolvidos por H. Lasswell, que fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915; posteriormente, a análise de conteúdo perde interesse para depois eclodir, abordando novas considerações metodológicas e epistemológicas. A partir dos anos 70, a tecnologia influencia a análise de conteúdo, evoluindo a técnica (utilização do computador) e a metodologia (em relação com outras disciplinas, como a semiologia e a linguística). O autor mais influente na análise de conteúdo é Laurence Bardin, que desenvolveu técnicas de pesquisa em psicossociologia e comunicação. Segundo Bardin (2009, p. 44), a análise de conteúdo pode ser entendida como: “um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. AC é um método empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica, e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo (Bardin, 2009, p. 32).

Segundo Bardin (2009) a AC pode ter duas abordagens: a abordagem quantitativa e qualitativa. As quais não têm o mesmo campo de ação. A abordagem quantitativa obtém dados descritivos através de um método estatístico. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mais maleável e mais adaptável a índices não previstos ou à evolução da hipótese.

A abordagem não qualitativa recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de

permitir influências, por exemplo, a presença ou a ausência pode constituir um índice tanto o mais frutífero que a frequência de aparição.

A análise qualitativa apresenta certas características particulares, é válida, sobretudo na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência. Pode funcionar sobre *corpus* reduzidos e pode estabelecer categorias mais discriminatórias. Procedimentos qualitativos focalizam as peculiaridades e as relações entre os elementos, enfatiza o que é relevante e o que não é necessariamente frequente no texto. Pode ser feito por meio do emparelhamento ou construção iterativa de uma explicação.

A análise de conteúdo trabalha com mensagens, e a análise categorial temática é a técnica da análise de conteúdo, sendo o objetivo manipular as mensagens para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma ou outra realidade que não é a da mensagem. A ideia desse método é desenhar inferências a partir da frequência com que as categorias aparecem em um determinado conjunto de análise. A frequência de artigos, textos ou conteúdos de análise reflete a ênfase com que determinada categoria é tratada pelo conjunto de análise. Mudanças na frequência em que determinadas categorias aparecem, refletem na relevância e na ênfase com que a categoria é tratada pelo mesmo conjunto analisado.

É necessário saber a razão pela qual se analisa, e explicitá-la de modo a que se possa saber como analisar. Porém, é necessário especificar as hipóteses e incluir a técnica dentro de um quadro teórico. A codificação corresponde a uma transformação dos dados que permite atingir uma representação do conteúdo ou de sua expressão. No entanto, a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e seguidamente por reagrupamento segundo o gênero. Os elementos da análise de conteúdo devem ser classificados e categorizados. Bardin sugere que os critérios podem ser: a) semânticos, como categorias temáticas; b) sintáticos, como verbos, adjetivos e advérbios; c) léxicos, o ordenamento interno das orações; e d) expressivos, como as categorias que classificam os problemas de linguagem. A análise por categorias é a mais utilizada, funciona por operações de divisão do texto em unidades, categorias segundo reagrupamentos analógicos. A investigação temática é a possibilidade de categorização mais rápida e eficaz na condição de aplicar-se a discursos diretos. A categorização tem como primeiro objetivo fornecer por condensação, uma representação simplificada de dados em bruto, procurando isolar os elementos para em seguida agrupá-los. De acordo com Vergara (2006), as categorias para análise conforme as grades de análise podem ser: aberta, fechada e mista. Segundo os propósitos deste estudo a AC é tipo qualitativo e foi

utilizada a técnica de categorização de acordo à grade de análise mista, que consiste em definir, preliminarmente, as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa, admitindo a inclusão de categorias surgidas durante o processo de análise, além de considerar a necessidade de subdivisão, inclusão ou exclusão de categorias para, finalmente, estabelecer o conjunto final de categorias, observando o possível arranjo. As categorias devem ser: a) exaustivas, isto é, devem permitir a inclusão de praticamente todos os elementos; b) mutuamente exclusivas, ou seja, cada elemento poderá ser incluído em uma única categoria; c) objetivas, isto é, definidas de maneira precisa, a fim de evitar dúvidas na distribuição dos elementos; d) pertinentes, ou seja, adequadas ao objeto de pesquisa. As categorias podem ser constituídas por palavras chaves, que indicam as significações centrais de um conceito que se pretende delimitar e por conceitos ou indicadores que descrevem a proximidade ou a constelação semântica desse conceito (Hogenraad *apud* Amado, 2000, p. 56). Para o objetivo da presente pesquisa, as categorias resultaram por indução, a partir da análise do corpo documental; construídas e definidas por um esforço pessoal de trabalho interpretativo, mas, também, com a influência mais ou menos evidente do quadro teórico de referência que preside os objetivos e planos de investigação (Amado, 2000).

#### **1.4.4 Procedimentos de pesquisa**

Segundo a proposta metodológica deste estudo para realizar tanto a ACD quanto a AC foi considerada na revisão da literatura apresentada no referencial teórico. AC foi utilizada para realizar uma análise mais abrangente das políticas de mineração peruana, já que pode ser aplicada ao tratamento de dados com fins exploratórios e que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (Bardin, 2009). Sustenta-se o argumento de que não existe apenas uma forma de raciocínio capaz de dar conta do complexo mundo das investigações científicas. O ideal seria empregar métodos, e não apenas um só método em particular, de modo que se ampliem as possibilidades de análise e obtenção de respostas (Martins, 1995).

#### 1.4.4.1 Coleta de Dados

Para realizar ACD, a abordagem da pesquisa emprega uma análise interdisciplinar, já que a concepção de discurso envolve diversos fatores, como as propriedades, produção, distribuição e consumo dos textos. É importante destacar que o critério para a escolha dos discursos corresponde à disponibilidade destes. Segundo representantes do Ministério de Energia e Minas e do Ministério das Relações Exteriores do Peru, os documentos como apresentações, palestras, discursos e depoimentos das autoridades representativas do Ministério de Energia e Minas, nem sempre são arquivados, e a possível documentação existente não possui um padrão de registro ou arquivamento; informação que foi relatada pelos funcionários encarregados da área de publicações de ambos ministérios. Porém, os discursos do Ministro Alberto Pandolfi Arbulú<sup>9</sup> e do Congressista Glodomiro Sánchez Mejía<sup>10</sup> foram obtidos na página de *internet* do Congresso da República do Peru, especificamente no *link* das Comissões do Congresso.

O primeiro discurso a ser analisado corresponde ao engenheiro Alberto Pandolfi Arbulú, Ministro de Minas e Energia entre 20 de novembro de 1996 e 30 de dezembro de 1997, durante o segundo governo do Presidente Alberto Fujimori. O discurso foi exposto ante a Comissão de Energia, Minas e Pesqueira, em 2 de setembro de 1997 no Congresso da República (ver anexo 1).

O segundo discurso corresponde ao engenheiro Glodomiro Sánchez Mejía, Presidente da Comissão de Energia e Minas do Congresso da República no ano de 2002, durante o governo do Presidente Alejandro Toledo Manrique. O discurso do ministro Sánchez Mejía foi apresentado durante o Congresso Nacional de Mineração-Ica, entre 25-28 de setembro de 2002. Para ter acesso, o discurso se encontra na página de *internet* do Congresso da República (ver anexo 2).

O terceiro discurso corresponde ao Ministro de Energia e Minas, Pedro Sánchez Gamarra, atual ministro do governo do Presidente Alan Garcia Perez, desde outubro de 2008. O discurso foi apresentado durante a 29ª Convenção de Mineração do Peru, realizada em Arequipa, entre 14-18 de setembro de 2009<sup>11</sup>. O discurso do ministro foi encontrado no formato de áudio no *site* do Ministério de Energia e Minas, já que muitos documentos estão

---

<sup>9</sup><<http://www.congreso.gob.pe/comisiones/1997/energia/expo2.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

<sup>10</sup><<http://www.congreso.gob.pe/comisiones/2002/energia.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

<sup>11</sup><<http://www.minem.gob.pe/multimediaAudios.php>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

sendo digitalizados e disponibilizados desde o ano 2005. Para ter acesso ao documento, ofereço a transcrição e tradução do mesmo (ver anexo 3).

Para realizar uma análise complementar das práticas discursivas das políticas de mineração e ter uma perspectiva mais geral dos temas e os termos utilizados pelos representantes da política peruana, pauta-se a coleta de dados das revistas orientadas à atividade industrial e de mineração, já que representam uma das maiores fontes de publicação sobre os andamentos das políticas de mineração no país. Inaugurações ou apresentações vinculadas às empresas mineradoras são os eventos nos quais as maiores autoridades realizam declarações e depoimentos sobre a condução da política de mineração. As convenções e congressos (Convenção Mineira, Perumin, Convenção de Engenheiros de Minas, Simpósio do Ouro) são os eventos periódicos mais destacados, onde discursos e apresentações das políticas de mineração são expostos mais amplamente. Entre as principais revistas tem-se: *La Oroya Magazine*, *Rumbo Minero*, *Mineria Andina*, *Tiempo Minero*, *Desde Adentro* e *Mineria*. Para a presente pesquisa as duas últimas revistas, *Desde Adentro* e *Mineria* foram escolhidas pela disponibilidade das edições, já que são revistas com o maior número de edições completas até hoje. Cada revista publica mensalmente uma edição. Quase todas as edições da revista *Desde Adentro* estão disponíveis na página de *internet* da Sociedade Nacional de Mineração, Petróleo e Energia (SNMP)<sup>12</sup>. A revista *Mineria*, publicada pelo *Instituto de Ingenieros de Minas del Peru* (IIMP)<sup>13</sup>, mantém em sua página de *internet* as edições a partir de 2005 com acesso livre, já as demais edições foram providenciadas pelo pessoal responsável do IIMP.

#### 1.4.4.2 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados deste estudo foi feito em duas etapas. A primeira etapa compreende a ACD e posteriormente a AC. Segundo o método tridimensional de Fairclough (2001), a ACD aborda uma análise em três itens: o primeiro item se refere à seleção de dados com base no objetivo da pesquisa; porém, o *corpus* compreende cada discurso dos três representantes da política de mineração peruana. O segundo item compreende o modelo tridimensional de ACD que procura a análise de cada discurso,

---

<sup>12</sup><<http://www.snmpe.org.pe/0/home.aspx>>. Acesso em: 2 jan. 2010.

<sup>13</sup><<http://www.mineriaonline.com.pe/>>. Acesso em: 3 jan. 2010.

finalmente, o terceiro item está composto pelos resultados.

A ACD foi escolhida como método para realizar uma análise profunda dos discursos de três representantes da política de mineração peruana, que correspondem, respectivamente, a mandatos diferentes - como será detalhado adiante.

A segunda etapa tem como propósito explorar as revistas especializadas do setor de mineração, com o objetivo de complementar a análise sobre as práticas discursivas da política de mineração peruana; visando identificar especificamente quais temas, conceitos e expressões foram utilizados. Entre as fases para realizar a AC tem-se a pré-análise, corresponde à organização do que vai a ser analisado, porém determina a escolha de dados nos artigos com abordagens nas políticas de mineração no Peru a serem submetidos à análise. Uma segunda fase considerou a exploração do material e, finalmente, a terceira fase abrange a análise em que, mediante inferência e interpretação, procuramos identificar as categorias existentes.

Os dados para análise foram selecionados a partir do referencial teórico, e as categorias da análise foram definidas conforme a grade mista, que abre a possibilidade de incluir mais categorias, subdivisões ou a exclusão, considerando um possível rearranjo. A partir do referencial teórico foram identificadas três categorias iniciais (ver tabela 2), que auxiliaram na identificação dos temas abordados. A presente pesquisa privilegia a análise qualitativa, já que o interesse foi conhecer os temas, argumentos e principalmente os termos utilizados nas diferentes narrativas discursivas ao longo dos diferentes períodos de governo.

#### **1.4.5 Limitações da pesquisa**

As principais limitações deste estudo estão relacionadas primeiramente a questões metodológicas. Entre as limitações que compreende ACD estão as diversas abordagens que pode ter tanto a leitura como a análise por parte pesquisador. Esta técnica exige também uma determinada sensibilidade para captar e interpretar a subjetividade do pesquisado. Além de exigir determinado conhecimento sobre os aspectos verbais e lingüísticos necessários para realizar uma análise profunda.

Outra das dificuldades encontradas pelo pesquisador foi poder ter acesso aos discursos das principais autoridades representativas da política peruana como o Presidente da Republica, Vice presidente, ministros e vice ministros. Segundo informações dos responsáveis pelas publicações do Ministério de Energia e Minas e do Ministério das Relações Exteriores do

Peru: apresentações, palestras, discursos ou depoimentos das autoridades, nem sempre são arquivados. Porém não existe registro ou arquivamento sistemático de tais documentos pelo menos dos últimos três anos passados. A análise dos documentos limitou-se a três discursos encontrados na página de *internet* do Congresso da República do Peru e do Ministério de Energia e Minas. Não obstante cada documento pertence a um período distinto de governo, permitindo analisar as políticas expostas nos diferentes períodos.

Outra limitação dessa pesquisa diz respeito de não ter achado uma revista com edições completas e que este vigente desde a década de 1990, a amostra compreende as edições desde o ano 2003, permitindo realizar a análise de dos períodos do governo de Alejandro Toledo e Alan Garcia. Apesar das limitações apontadas, os dados coletados foram suficientes para que o pesquisador fizesse uma boa análise das práticas discursivas dos representantes da política de mineração peruana.

## 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Para haver um melhor entendimento da presente pesquisa é importante, primeiro, abordar os diferentes enfoques do tópico de desenvolvimento. Em um segundo momento, revisarei a literatura existente sobre desenvolvimento e mineração e seu contexto global. Por último, apresento as referências sobre o setor de mineração no Peru.

### 2.1 Teorias de Desenvolvimento

A expressão “Nações Unidas”, cunhada pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, foi utilizada pela primeira vez na “Declaração das Nações Unidas”, em janeiro de 1942, a qual objetivava articular esforços armamentistas depois da Segunda Guerra Mundial. Mas, só a partir de 1945 se comprometeram com o fomento à cordialidade relacional entre as Nações e à promoção do progresso social com vista à melhoria dos padrões de vida e direitos humanos<sup>14</sup>. Os primeiros esforços desenvolvimentistas expressaram objetivos voltados para a modernização e incorporação dos países menos industrializados na divisão internacional do trabalho. Esses objetivos, apesar das atualizações que ocorreram ao longo do tempo, mantêm-se até hoje, principalmente através de agências especializadas como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) entre outros. Segundo Sachs (1992) e Esteva (1992), a era do desenvolvimento se inicia a partir do discurso do presidente americano Truman em janeiro de 1949. Essa foi a primeira vez que o termo “desenvolvimento” foi utilizado no contexto de subdesenvolvimento, dando-lhe um novo significado. A criação do termo “subdesenvolvimento” resultou em uma nova percepção do Ocidente e do resto do mundo, que exerceu uma enorme influência econômica e sociocultural entre os povos indígenas e agricultores em todo o mundo (Banerjee, 2003). Portanto, a palavra “subdesenvolvido”

---

<sup>14</sup><[http://www.onu-brasil.org.br/conheca\\_hist.php](http://www.onu-brasil.org.br/conheca_hist.php)>. Acesso em: 19 ago. 2009.

utilizada durante o discurso de Truman, definiria dois estágios no mundo. O argumento delineou que os Estados Unidos devia utilizar seu conhecimento tecnológico para ajudar as regiões mais pobres do mundo e melhorar os níveis de produção e, assim, melhorar o estado de desenvolvimento econômico e as condições de vida (Willis, 2005). O presidente Truman acreditava que um programa audaz permitiria que os benefícios dos avanços científicos e o progresso industrial serviriam para melhorar o crescimento das áreas subdesenvolvidas (Esteva, 1992):

“O Estados Unidos é preeminente entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos *permitir-nos usar para o auxílio de outros são limitados. Mas outros recursos* imponderáveis em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis (...) nós temos de embarcar-nos em um novo e corajoso programa para disponibilizar os benefícios dos nossos avanços científicos e o progresso industrial para a melhora e crescimento das regiões subdesenvolvidas”<sup>15</sup> (Truman, 1949).

Truman e seus conselheiros consideravam que maior produção era a chave da prosperidade e da paz (Illich, 1992). Por outro lado, as origens da noção do desenvolvimento parecem estar na economia. Segundo Souza (2009), alguns autores acreditam que a origem do desenvolvimento contemporâneo se encontra no “pacto colonial” derivado do pensamento dos mercantilistas e fisiocratas, os quais consideravam os metais preciosos e a terra como os principais fatores da riqueza das nações. Ao contrário, Adam Smith acreditava que o elemento essencial do aumento da riqueza era o trabalho produtivo. Assim, a teoria do desenvolvimento econômico seria inicialmente conhecida por Adam Smith na sua obra “A Riqueza das Nações”, considerada um verdadeiro tratado sobre a economia do desenvolvimento, onde o autor defendia a existência de um limite para o crescimento econômico. No entanto, segundo Sen (1988), Willian Petty, um economista inglês, deu um caráter quantitativo à economia na década dos 60; ele observou que a França estava crescendo muito rapidamente e, em sua análise, ele foi além dos indicadores simples de crescimento, entrando em questões relativas a desequilíbrios e padrões de vida. Assim, ele teria sido o fundador do desenvolvimento econômico.

Para Souza (2009), uma primeira corrente de economistas inspirados mais na teoria, considerava crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, acreditava que o crescimento é indispensável para o desenvolvimento, mas, não como condição suficiente. Souza (2009) divide em dois

---

<sup>15</sup>Truman, Harry. Inaugural Address. <<http://www.bartleby.com>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

grupos os modelos de crescimento de tradição neoclássica: os de Meade e Solow junto com os de Harrod, Domar e Kaldor, de inspiração mais keynesiana; e economistas com raízes ortodoxas como Lewis, Hirschman, Myral e Nurkse, que realizaram análises e elaboraram modelos mais próprios da realidade das economias subdesenvolvidas. A maioria dos autores gravitava em torno do importante Departamento Econômico e Social da ONU (Mantega, 1998).

O desenvolvimento, segundo a escola clássica, é entendido como um processo baseado no crescimento econômico e na modernização dos estilos de vida, que compreende a elevação de padrões de consumo de níveis subdesenvolvidos para níveis desenvolvidos. Assim, desenvolvimento é um processo evolutivo linear e ocorre em estágios. Os economistas clássicos analisaram os problemas do crescimento econômico apenas do lado da oferta. Para eles, a perspectiva era sempre a da lei dos mercados, segundo a qual a oferta gera sua própria procura: ao produzir, “um indivíduo torna-se consumidor de seus próprios produtos ou comprador e consumidor dos produtos de outro” (Souza, 2009).

Um dos primeiros pensadores acerca de desenvolvimento econômico foi W.W. Rostow (1961), que propôs as etapas do modelo de crescimento econômico (Nabatchi, 2007), definindo o processo do desenvolvimento que parte da sociedade considerada tradicional, ultrapassa as etapas de transição, arranca e marcha para a maturidade, alcançando seu ápice na sociedade de consumo de massa. O desenvolvimento, sob tais premissas, ganhou ares de processo natural, aos quais todas as sociedades estariam fadadas, sendo diferenciadas apenas pela posição em uma escala evolutiva que condicionaria suas ações.

Cabe destacar, por último, que Rosenstein-Rodan (1943) acreditava como passo necessário a industrialização, treinamento e habilitação com vista à transformação dos camponeses em operários industriais. Seria necessária a criação de empresas com base em economias externas e indústrias, constituindo uma industrialização em larga escala. A tese desenvolvimentista proposta por Rosenstein-Rodan serviria como base no processo de industrialização em escala global.

Ragnar Nurkse analisou os problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos, apontando para os dois principais problemas: a falta de capital e as limitações do mercado. A estagnação dos países subdesenvolvidos diminui a produtividade, resultando em baixos níveis de investimentos. Nurkse sugere uma onda de investimentos, de modo que uns constituam o mercado para os outros, garantindo a lucratividade de todos (Mantega, 1999).

Nurkse entendia que o Estado pode transformar-se na agencia creditícia e no empresário inovador, promovendo a industrialização e o desenvolvimento (Souza, 2009).

A teoria de desenvolvimento defendida por Hirschman (1961), assegurava que podia originar-se dos potenciais preexistentes das nações subdesenvolvidas: a exploração dos potenciais internos e os investimentos externos. Hirschman considerou que o Estado devia ter uma posição de coordenação e planejamento do desenvolvimento, permitindo explorar os recursos internos e buscar complemento técnico ou financeiro externo somente nos momentos em que não fosse possível atender internamente a demanda.

A questão do desenvolvimento econômico para Malthus justifica-se pela teoria da população, em que se afirma que a população aumenta em proporções geométricas, ao passo que a produção de alimentos cresce em proporções aritméticas. Para ele, a população cresceria em ritmo acelerado pela existência de estímulos, como ajuda financeira da igreja, casamentos precoces e ausência de controle de natalidade.

De acordo com Stuart Mill, o desenvolvimento econômico se gera pela melhoria dos padrões de vida, que requer redução da taxa de natalidade e aumento da taxa de acumulação de capital. O crescimento econômico se manterá indefinidamente pela adoção de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho e, sobretudo, de terra. A educação também seria essencial, melhorando a produtividade dos trabalhadores.

A teoria das vantagens comparativas formulada por Ricardo (1982)<sup>16</sup>, defendia o comércio internacional como meio de maximização do bem-estar social, pois o aumento da produtividade que ali teria origem desvalorizaria os produtos sem diminuir as rendas. Dessa forma, o barateamento das mercadorias, proporcionado pela redução dos custos de produção em larga escala, não ameaçaria a produção de outros países. O argumento das vantagens comparativas de Ricardo centra-se nas vantagens relativas na produção dos bens, isto é, no fato de que pode ser vantajoso para um país produzir mais de um bem do que um outro. A proposta apontada por Ricardo, além do progresso tecnológico, foi o controle da natalidade e a livre importação de alimentos para o consumo dos trabalhadores. Essas medidas ajudariam a elevar os custos dos produtores e a queda da taxa de lucro, mantendo os investimentos e o crescimento do produto (Souza, 2009). Segundo a visão marxista, o

---

<sup>16</sup> Inicialmente o livro *Principios de economia política e tributación* foi publicado em 1817 e foi reeditado em 1982.

processo de crescimento capitalista ocorre com desemprego crescente de trabalhadores e concentração de renda e de riqueza.

Marx rejeita a teoria clássica da distribuição de renda. A teoria do desenvolvimento econômico alcançou substancial importância, com a redescoberta do trabalho de Schumpeter em 1982 (Souza, 2009). Segundo esse autor, o desenvolvimento depende do ritmo da adoção de inovações tecnológicas pelo empresário inovador, com auxílio do crédito. Schumpeter enfatizou a oferta na explicação econômica, porém não se preocupou com os salários e a demanda efetiva. Enquanto novos produtos e processos estiverem sendo adotados pelo empresário, a economia estará em crescimento. Novos produtos e bens já conhecidos com menor preço encontrarão sempre uma demanda adicional. Os investimentos em capacitação tecnológica e em máquinas dinamizariam a economia, ao gerar efeitos de encadeamento sobre a produção do emprego.

Entre a década de 1960 e 1970, o desenvolvimento foi caracterizado como crescimento econômico mais mudanças sociais. Teorias sobre desenvolvimento foram propostas para países subdesenvolvidos, contrárias aos discursos que defendiam o crescimento econômico em escala mundial, sobre premissas ligadas às vantagens comparativas. Ficou claro que o foco singular dos esforços que compreendia o desenvolvimento na formação e na acumulação de capital era inadequado (Nabatchi, 2007). O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomendou em 1962 a integração de aspectos sociais e econômicos dentro do que se considera desenvolvimento. No mesmo ano as Propostas de Ação da Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas (1960-1970) estabeleceram: “o problema dos países subdesenvolvidos não é só crescimento, também é desenvolvimento (...) desenvolvimento é crescimento mais mudanças. As mudanças são também sociais e culturais tanto quanto econômicas, e qualitativas tanto como quantitativas (...) o conceito chave deve ser melhorar a qualidade de vida das pessoas” (Esteva, 1992). Porém uma nova ênfase foi colocada em itens como educação, cuidado da saúde, planificação familiar, nutrição, serviços sanitários e moradia (Nabatchi, 2007). Os economistas de orientação crítica como Prebisch, Furtado, Singer e autores de origem cepalina e marxista, assim como, grande parte dos chamados “economistas do desenvolvimento”, consideraram o desenvolvimento econômico como um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento (Souza, 2009).

Segundo Singer, as economias subdesenvolvidas, como a brasileira, possuíam um atributo importante para a obtenção da poupança necessária para impulsionar o

desenvolvimento. Considerando desde os segmentos mais pobres da população, que detêm uma maior propensão a consumir, deve-se canalizar o grosso da renda para as mãos das classes abastadas, que possuem maior propensão a poupar (Mantega, 1999).

Prebisch (1949) considerou que a industrialização havia se tornado uma forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países latino-americanos que fazem parte da periferia da economia mundial, e que traz consigo algumas tendências persistentes de desequilíbrio externo. A análise de Prebisch foi uma crítica dirigida à teoria das vantagens comparativas de Ricardo, segundo a qual os países subdesenvolvidos não precisariam e não deveriam se industrializar, pois perderiam as vantagens que o comércio internacional proporcionava a eles. A ação discursiva de Prebisch (1949) transformou o processo de industrialização em solução para a situação de vulnerabilidade econômica experimentada pelos países periféricos, ao considerar a elevação da produtividade e da renda per capita em fatores-chave da formação de padrões de produção e consumo internos.

Celso Furtado destacou-se em seu discurso sobre desenvolvimento na primeira metade da década de 1950, época em que grupos modernizadores questionavam as práticas oligárquicas ligadas à agricultura exportadora. Sua obra foi influenciada pela construção político-social que emergiu na década de 1930. Para Furtado, a teoria do desenvolvimento que se limita a reconstruir um modelo abstrato - derivado de uma experiência histórica limitada - às particularidades de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade.

Procurei ao longo das abordagens anteriores tratar o tema de desenvolvimento desde o ponto de vista econômico, à continuação apresento os novos enfoques sobre desenvolvimento.

A partir da década de 1980, novos critérios foram incorporados ao conceito do desenvolvimento, entre tais produções, destacam-se o desenvolvimento sustentável, a construção do modelo regional de Boisier e a articulação entre liberdade individual e desenvolvimento, proposta pelo economista indiano Amartya Sen.

Para Boisier o crescimento econômico é um conceito diferente de desenvolvimento, segundo ele para alcançar o desenvolvimento era necessário a intervenção de dois grandes atores: o Estado, de natureza política, e a região, predominantemente social.

Segundo Boisier (1999), ao contrário do crescimento que é mensurável por indicadores objetivos, o desenvolvimento possui resultados intangíveis que interferem no processo de crescimento econômico. Assim surgiu o conceito de capital sinérgico que

define a capacidade de uma sociedade em promover ações conjuntas, com a finalidade de obter um produto final que é maior do que a soma dos seus componentes. A definição de capital sinérgico foi relacionada a outras nove formas de capital como: econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, social, cívico e humano. As novas formas de capital colocariam as regiões como atores capazes e responsáveis de seu possível sucesso, o modelo de Bossier considero três aspectos importantes para a construção de um modelo de desenvolvimento regional: a) destinação inter-regional de recursos; b) efeitos regionais diferenciados do quadro da política econômica nacional; e c) capacidade de organização social da região.

A defesa da tese de que o desenvolvimento de qualquer país está ligado às oportunidades que sua população possui para fazer escolhas livres, é defendida por Amartya Sen (2000). Ele considerou que o desenvolvimento não pode basear-se somente em indicadores que mensurem a produção de valor de troca e/ou a acumulação de capital. Pelo contrário, a tese de Sen está mais relacionada com o aumento das alternativas individuais e com o comprometimento social, para que as escolhas sejam respeitadas e entendidas como resultado da diferença entre os vários indivíduos inseridos em determinado contexto (Sen, 2000). O desenvolvimento consiste em eliminar as diversas privações que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas exercerem sua autonomia. A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva, por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais, que proporcionam essas oportunidades, são ainda influenciadas pela liberdade das pessoas para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (Sen, 2000, p. 19). O autor defendeu, ainda, que as políticas públicas ligadas à redução da pobreza deveriam estar vinculadas a práticas em defesa da justiça social e que possibilitassem a liberdade substantiva, entendida como capacidade “(...) de escolher uma vida que se tem razão para valorizar” (Sen, 2000, p. 94). Para Evans (2003) o “enfoque da capacidade” de Sen defende com firmeza um foco em instituições que envolve “debate e intercâmbio públicos”. Segundo a argumentação de Banerjee (2003), a esfera econômica começou a definir os aspectos sociais e culturais cada vez mais para as populações do Terceiro Mundo. Esse regime de desenvolvimento dependia exclusivamente do conhecimento sobre o sistema ocidental moderno, sendo rejeitadas e marginalizadas as formas não ocidentais de conhecimento. O enfoque sobre as capacidades de Sen foram

consideradas na base lógica adotada por o Relatório de desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelo PNUD desde 1990, assim como influenciaram os programas de desenvolvimento e as Metas do Milênio propostas pela ONU no ano 2000.

Por outro lado, o primeiro relatório sobre o Desenvolvimento Mundial ratificou a articulação entre crescimento econômico e redução da pobreza: o crescimento econômico “(...) é acompanhado por uma rápida expansão do sistema de educação, aumento dos níveis de alfabetização, melhorias nas condições nutricionais e de saúde”; em contrapartida, a melhoria dos indicadores sociais, de forma circular, facilitaria o crescimento econômico (BM, 1978, p.1).

A primeira edição do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) tinha por base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e buscava outorgar maior importância ao aspecto social, contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) como fator único de mensuração do desenvolvimento. Criado pelo economista paquistanês Mahbub Ul Haq, com a colaboração direta do economista indiano Amartya Sen, o IDH tem a pretensão de ser uma “(...) medida geral, sintética do desenvolvimento humano” (PNUD, 2008).

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um (PNUD, 2008, s/p).

As Metas do Milênio, expostas pela ONU no final do ano 2000, comprometia os países membros a agir com responsabilidade “(...) para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos (...)” (ONU, 2000).

Os países membros comprometeram-se com o direcionamento de suas ações para a obtenção, até o ano de 2015, dos oito objetivos que compõem as Metas do Milênio. Entre os objetivos que as compõem estão:

Tabela 2 - Objetivos do Milênio

<b>Objetivos - Metas do Milênio</b>
<b>a)</b> Erradicar a pobreza extrema e a fome: diminuir em 50% a população mundial com renda per capita inferior a US\$ 1,00/dia, com vistas ao aumento do consumo e à redução da fome.
<b>b)</b> Atingir o ensino básico fundamental: garantir que todas as crianças de ambos os sexos concluam ao menos o ciclo básico de educação, objetivando a formação de “(...) adultos alfabetizados e capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais” (PNUD, 2008, s/p).
<b>c)</b> Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres: superar as disparidades entre meninos e meninas no acesso à escola, em todos os níveis de ensino, como forma de capacitação feminina possibilitando, assim, o acesso às atividades mais ativas, seja no mundo econômico ou político.
<b>d)</b> Reduzir a mortalidade infantil: diminuir em dois terços a mortalidade de crianças com menos de cinco anos.
<b>e)</b> Melhorar a saúde materna: reduzir em três quartos a mortalidade materna.
<b>f)</b> Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças: deter a propagação do HIV/AIDS e a incidência de malária e de outras doenças importantes.
<b>g)</b> Garantir a sustentabilidade ambiental: proporcionar a integração entre os princípios do desenvolvimento sustentável e as políticas e programas nacionais, assim como reverter a perda de recursos ambientais; reduzir em 50% a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura.
<b>h)</b> Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento: desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras e não discriminatório; atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, assim como dos países sem acesso ao mar e dos pequenos países; tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável em longo prazo; estabelecer práticas de cooperação com os países em desenvolvimento, objetivando a formulação e execução de estratégias.

Fonte: ONU, 2000.

Segundo Amin (2006) e Dos Santos (2004), as Metas do Milênio seriam objetivos vagos e inalcançáveis e mantiveram a estratégia que predominava até então, buscando a conciliação entre a manutenção da lógica neoliberal e a compensação de suas consequências, via políticas públicas.

Segundo a análise realizada por Evans (2003), sobre as estratégias de desenvolvimento utilizadas em sistemas institucionalizados, a teoria do desenvolvimento começou a se desviar do “fundamentalismo do capital” há quase 50 anos; primeiramente, enfatizando a tecnologia e, posteriormente, o papel de ideias que de forma mais geral e final enfocam as “instituições”. Esse movimento reforçou a convicção de que a qualidade de instituições básicas de governança deveria ser considerada o elemento-chave para fomentar o crescimento.

O pensamento pós-desenvolvimentista começou como uma série de inovações discretas, emergentes de diversas tradições intelectuais, embora na maior parte do lado esquerdo, marxista e pós-marxista (Rapley, 2004). O “impasse” nas teorias de desenvolvimento, durante a década de 1980, parecia suficientemente grave na época, mas já haviam sinais indicando o caminho para a renovação teórica. Para Willis (2005), enquanto os debates sobre como o “desenvolvimento” poderia ser alcançado, o conceito de pós-desenvolvimento foi surgindo. Pós-desenvolvimento coincide com as críticas ocidentais de modernidade e progresso técnico-científico, como movimentos ecológicos, teoria crítica e a teoria pós-estruturalista (Pieterse, 2000), que desempenha um papel essencial na elaboração do pensamento pós-desenvolvimentista (Rapley, 2004). O desaparecimento da crença no progresso se traduziu no crescimento de várias versões do pós-moderno e no pensamento não-desenvolvimentista, por um lado, e, por outro, na ideia da sociedade de risco (Schuurman, 2000).

Considerando a tese de que desenvolvimento não representa necessariamente uma melhora dos padrões de vida (Rapley, 2004), esse conceito passou a desafiar o desenvolvimento convencional em alguns círculos, já que constituía pouco mais que uma indústria de auto-interesse, geopolítica e capitalista do Norte procurando estender seus mercados e perpetuar suas esferas de influência (Simon, 2003). Segundo Sylverter (1999), pós-desenvolvimento é a descrição de algo mais, que combina rejeições de pós-modernismo e o pós-colonialismo da racionalidade ocidental como *modus operandi* de toda vida contemporânea, com uma relação de relutância a aceitar qualquer narrativa global de história como verdade.

Segundo Pieterse (2000), a posição de rejeição total do desenvolvimento se cristalizou ao redor da revista *Development: Seeds for change*, e entre intelectuais da América Latina (Esteve, Escobar), Índia (Nandy, Vishvanathan, Rahema, Shiva, Alares), Malásia, França (Latouche, Vachon), Suíça (Rist), Alemanha (Sachs), Inglaterra (Seabrook).

A crítica dirigida ao desenvolvimento foi delineada particularmente na experiência das políticas dos Estados Unidos em partes da América Latina. Essa perspectiva esteve mais estreitamente associada com Wolfgang Sachs (1992), Gustavo Esteva (1992), James Ferguson (1994) e Arturo Escobar (1995), que ganhou considerável proeminência (Simon, 2003). De fato, os teóricos do pós-desenvolvimento sustentam que o objetivo do desenvolvimento está intimamente relacionado à modernização (Escobar, 1995; Rapley, 2004; Pieterse, 2000), o que para eles supõe a extensão do controle do mundo ocidental e de seus aliados nacionalistas nos países em desenvolvimento. Dessa forma, os projetos de desenvolvimento têm como objetivo principal a incorporação prévia de comunidades autônomas dentro das redes de poder do Estado-nação (Rapley, 2004). Segundo Escobar (1995), a premissa organizativa foi que a crença no rol da modernização era capaz de destruir as superstições arcaicas e relações a qualquer custo político. A industrialização e urbanização foram vistas como inevitáveis, e rotas necessariamente progressivas para a modernização. Somente através do avanço dos materiais, podia o progresso cultural, social e político ser alcançado. Essa visão determinou a crença de que o investimento de capital era o elemento mais importante no crescimento e desenvolvimento econômico.

Para Sachs, segundo o *Development Dictionary* (1992), desenvolvimento é tratado não como uma realização técnica ou o termo que represente a luta de classes e, sim, como um molde mental particular, já que desenvolvimento é muito mais que um esforço socioeconômico, é uma percepção que daria forma à realidade, um mito que conforma as sociedades e uma fantasia que desencadeia paixões. A postura crítica de Esteva (1992) argumenta que o desenvolvimento tornou-se uma metáfora que outorgou hegemonia global para uma genealogia da história puramente ocidental, arrebatando das pessoas de diferentes culturas a oportunidade de definir suas formas de vida social.

Os aspectos mais importantes da formulação da teoria do desenvolvimento, segundo Escobar (1995), foram o processo de formação de capitais e vários fatores associados a isso, apontados em seu livro *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. Tecnologia, população e recursos, políticas fiscais e monetárias, industrialização e desenvolvimento agrícola, comércio e mercado, além de uma série de fatores relacionados às considerações culturais, tais como educação e a necessidade de promover valores culturais modernos. Finalmente, houve a necessidade de criar instituições adequadas para levar a cabo a complexa tarefa: organizações internacionais, agências de planejamento nacional e agências técnicas de vários tipos (Escobar, 1995, p.40).

A escalada de problemas ambientais levou à luta pelos recursos naturais entre agricultores pobres, camponeses e populações indígenas por um lado, e corporações e interesses governamentais por outro (Banerjee, 2003). Em meio a essas lutas e às pressões de grupos ambientalistas surgiu a noção de desenvolvimento sustentável. Foi durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, promovida pela ONU em Estocolmo, onde se tratou os temas relacionados ao crescimento econômico e proteção ambiental. Como produto do encontro elaborou-se o relatório denominado “Limites ao Crescimento”. Produzido pelo “Clube de Roma”, o relatório alertava principalmente para o caráter esgotável dos recursos naturais. Durante o mesmo ano, a ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), agência que teve como objetivo catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente, dentro do que significava desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, a inícios de 1980, foi publicada a Estratégia Mundial para a Conservação do Ambiente (*The World Conservation Strategy*), elaborado pelo *International Union for Conservation of Nature, e Natural Resources*<sup>17</sup>, sob o assessoramento do *United Nations Environment Programme*<sup>18</sup> e o *World Wide Fund*<sup>19</sup>. O documento constitui um marco, o guia prático para ações de conservação. Entre os principais objetivos estabelecidos estão: (1) conservação dos processos ecológicos essenciais e de sistemas de vida, (2) conservação da variedade genética global, e (3) assegurar a utilização sustentável de espécies e ecossistemas.

Esse documento é relevante porque introduziu o conceito de *Sustainable development*, ou desenvolvimento sustentável, que se refere ao suporte e continuidade no tempo dos recursos que necessariamente serão requeridos para realizar o processo de

---

<sup>17</sup>A IUCN foi fundada em outubro de 1948 como *International Union for the Protection of Nature* (IUPN), depois da conferência internacional em Fontainebleau, França. A organização mudou de nome para *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* em 1956, com o acrônimo IUCN permanecendo como o nome legal até hoje. O uso do nome “*World Conservation Union*”, em conjunção com IUCN, se iniciou em 1990. Desde março de 2008 esse nome não é mais usado. IUCN é a maior e mais antiga rede de meio ambiente global - uma união de membros democráticos com mais de mil governos e ONGs entre as organizações membros, e quase 11.000 cientistas voluntários em mais de 160 países.

<sup>18</sup>Foi fundada como resultado da Conferência das Nações Unidas pelo meio ambiente humano em junho de 1972. A UNEP coordena atividades ambientais assistindo a países em desenvolvimento na implementação responsável de práticas ambientais. Seu objetivo é coordenar o desenvolvimento de consenso político ambiental, mantendo o ambiente global em análise e trazendo a atenção para problemas emergentes dos governos e a comunidade internacional para a ação.

<sup>19</sup>WWF é uma organização não governamental que trabalha com questões relativas à preservação, investigação e restauração do meio ambiente. A organização foi formada como um fundo de caridade em 1961 em Morges, Suíça. Com mais de 5 milhões de adeptos em todo o mundo, trabalha em mais de 90 países com projetos de conservação ambiental. Sua missão é a conservação do meio ambiente.

desenvolvimento contínuo, já que o crescimento necessariamente utilizará mais recursos.

Em 1983 foi criada, durante a Assembléia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMMAD) e, sob responsabilidade dessa Comissão, em 1988, foi apresentado o relatório Brundtland. Segundo a CMMAD, o desenvolvimento sustentável constituía a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p. 46-48). Assim, Desenvolvimento Sustentável seria o novo conceito nos discursos das agências internacionais, que buscavam influenciar a formulação de políticas públicas em escalas nacionais (Escobar, 1995). De acordo com Banerjee (2003), “a definição Brundtland não constituiria realmente uma definição, seria um slogan, e slogans, porém bonitos, não fazem teoria”. No que tange à estratégia ligada à destruição ambiental percebida na época, a CMMAD (1988) destacou a necessidade de adoção de medidas com vista ao incentivo de formas de produção suportadas pelo meio ambiente, tanto em relação à racionalização e “eficientização” da exploração dos recursos naturais, quanto em relação à redução e controle da poluição industrial. A pobreza foi considerada como um dos fatores responsáveis pela destruição ambiental. Assim, a pobreza passou a ser considerada obstáculo para a manutenção do crescimento econômico, essas relações fortaleceram a temática da sustentabilidade, evidenciando a influência da economia neoclássica, o que refletiu na tentativa de traduzir escolhas ambientais por preferências de mercado, seguindo a ortodoxia neoliberal (Redclift, 2002).

O termo “desenvolvimento sustentável” entrou em uso dentro dos círculos políticos após a publicação, em 1987, do relatório da Comissão Brundtland sobre o ambiente global e desenvolvimento.

Em 1992 a ONU realizou, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92. Durante a conferência foi constatada a necessidade de adotar uma nova ação global, visando mobilizar toda a sociedade para os problemas sociais e ambientais (Souza, 2009). Como resultado foi assinado o acordo - Convenção sobre Diversidade Biológica<sup>20</sup> - entre 156 países, os quais se comprometiam a defender um conjunto de pontos. Para Redclift (2002), a conferência do Rio-92 não passou de um acordo, envolvendo o sistema de governo global, a respeito de novos princípios de sustentabilidade, que pressupunham um meio ambiente global e um conjunto de instituições que o exploravam e administravam.

---

<sup>20</sup><[http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_cdb.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb.php)>. Acesso em: 12 nov. 2009.

Posteriormente, a ONU realizou a convenção de Quioto em 1997, para tratar das mudanças de clima no mundo. Como resultado, foi elaborado o Protocolo de Quioto, que definia a implementação e/ou o aprimoramento de políticas e medidas, principalmente em aspectos como: o aumento da eficiência energética em setores relevantes da economia nacional; a proteção e o aumento de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir suas emissões totais em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990, no período de compromisso de 2008 a 2012<sup>21</sup>. Os EUA negaram-se a assinar o protocolo, argumentando que esse comprometeria sua economia, já que era considerado como o emissor responsável por 25% do total das emissões globais (Souza, 2009). Durante o ano de 2002 foi levada a cabo a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, formada por representantes de 200 países, que reuniu-se em Joanesburgo, e discutiu as estratégias e metas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Esses múltiplos regimes ambientais internacionais conformados por processos legais, institucionais e políticos, foram criados para regular ou controlar as facetas do ambiente natural, a fim de favorecer os objetivos e interesses de diferentes coalizões de grupos sociais (Redclift, 2002). Segundo Banerjee (2003), a ampla definição de desenvolvimento sustentável é a raiz de diversas controvérsias, existindo um considerável desacordo entre os acadêmicos de diferentes disciplinas sobre a forma como a definição deveria ser operacionalizada e como a sustentabilidade deveria ser medida. O pressuposto é que as forças de mercado podem ser invocadas para assegurar o desenvolvimento sustentável, embora as intervenções políticas, acordos internacionais e regulamentação ambiental nacional também tenham um papel a desempenhar. Organizações supranacionais como OMC, FMI, e BM têm sido agentes poderosos no avanço dos discursos de desenvolvimento sustentável (Banerjee, 2003). Os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” são utilizados alternadamente em discursos acadêmicos e discursos populares, situando-o no contexto a fim de manter um determinado conjunto de relações sociais por um conjunto específico de projetos ecológicos (Harvey, 1996).

Segundo Redclift (2002), a parte central da tradição científica que tem impulsionado progressivamente as fronteiras heurísticas do conhecimento, tem imposto limites, categorias e taxonomias à natureza, usados para fazer julgamentos que refletem as preocupações humanas e interesses políticos. A maioria dos “consensos” em torno ao desenvolvimento sustentável tem envolvido um silogismo: o desenvolvimento sustentável é

---

<sup>21</sup><[http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_quioto.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto.php)>. Acesso em: 12 nov. 2009.

necessário para todos nós, mas pode ser definido de forma diferente em termos de cada um e cada cultura (Redclift, 2006). No entanto, a noção de “sustentabilidade global” é problemática na medida em que obscurece estruturais desigualdades no acesso e utilização de recursos entre diferentes regiões do mundo (Banerjee, 2003).

Desenvolvimento sustentável intenta reconciliar interesses opostos e objetiva maximizar seus benefícios econômicos e meio ambientais simultaneamente. Essa contradição de termos, entre sustentabilidade e desenvolvimento, está baseada em diferentes e incompatíveis suposições (Banerjee, 2003). Segundo De Angelis (2007), *oxymoron* é uma figura da linguagem na qual, aparentemente, termos contraditórios surgem em conjunção. Herman Daly seria quem comentou que o desenvolvimento sustentável era um *oxymoron* que veio à época (Redclift, 2006) e que, desde meados da década de 1990, o *oxymoron* tem incrementado sua influência na retórica e políticas de governos nacionais e instituições supranacionais (De Angelis, 2007). A ideia de “sustentabilidade” é evocada em discursos políticos que aludem ao método objetivo científico sem as complicações do julgamento humano. Na prática, isso é rotineiramente usado como uma maneira de guiar ações humanas (Redclift, 2002).

Kirsh (2009) recolhe o trabalho de Nowotny, Scott e Gibbons (2001), sobre o *Rethinking science*, para explicar o conceito de sustentabilidade, o qual é um exemplo do que foi chamado produção de conhecimento Modo 2, que está baseado nas novas relações entre ciência e sociedade. A ciência do Modo 2 é distribuída através de uma variedade de instituições e inclui participantes não tradicionais. É mais heterogêneo, reflexivo e mais responsável socialmente do que as tradicionais práticas associadas à produção do conhecimento Modo 1 (Nowotny, Scott e Gibbons, 2001), que assume ciência e sociedade como domínios separados. Essa divisão permite classes produtivas de transações, tais como a transformação de dados científicos em políticas, através de processos políticos. A mudança do Modo 1 para o Modo 2 facilita o surgimento de conceitos como biodiversidade, que impregna a biologia com a ética da conservação e sustentabilidade, que combina com os interesses econômicos e com as preocupações ambientais.

A sustentabilidade é especialmente um exemplo importante de um conceito do Modo 2, porque a sua longa carreira conceitual tem sido publicamente formada através de uma série de conferências multilaterais. A pressão de diferentes partes vem progressivamente redefinindo o termo, de forma que uma componente chave da sua formulação original é, agora, quase obscurecida completamente. Isso permite que o conceito de sustentabilidade circule amplamente, pelo incremento do número de contextos

nos quais ele pode ser aplicado, embora as mudanças resultantes não devam ser vistas como politicamente inocentes. O conceito de sustentabilidade joga um papel incremental importante nos debates ambientais. Sustentabilidade é um exemplo do que os antropologistas chamam “*strategically deployable shifter*”<sup>22</sup> - ambiguidade estrategicamente difusível.

## 2.2 Desenvolvimento e Mineração

A atividade de mineração foi considerada um fenômeno profundo e naturalmente enraizado na história dos impérios do mundo, na visão normativa dos acadêmicos desse período, para os quais o crescimento dos territórios coloniais não era importante (Graulau, 2008). A ideia das vantagens comparativas foi usada para justificar a especialização dos territórios coloniais europeus em produtos de mineração e extração (Furtado, 1982). Segundo Davis e Tilton (2002), a relação positiva entre a atividade de mineração e o desenvolvimento econômico, introduzida pela visão tradicional, baseia-se na economia neoclássica. Para Dibner (1981), resulta desconcertante a omissão do tópico de mineração na jovem tradição da economia política clássica, considerando o desenvolvimento como a “engenharia da renascença”, para referir-se às economias extrativas da Europa. Segundo Graulau (2008), a tradição da economia política clássica emergiu num momento em que os trabalhos sobre mineração, minerais e geologia também apareceram nas famosas enciclopédias e dicionários da França e Inglaterra. Entre os trabalhos mais importantes sobre a atividade de mineração e metalurgia estão *De Ortu et Causis Subterraneorum Denatura Fossilium* (1546) e *De Re Metallica* (1556), escrito pelo médico alemão Georgius Agricola Bauer (Graulau, 2008).

A preocupação com o comércio internacional de minerais e matéria prima converteu-se num tema comum da literatura de desenvolvimento que nasceu no período entre-guerras (1915-1938). Baran, já em 1957, destacava que os investimentos em mineração, em particular, tiveram um impacto paralisante nos países subdesenvolvidos. O fato é que a atividade de mineração, ao contrário da agricultura, concentrou suas atividades de exportação em áreas geograficamente isoladas, aprofundando mais o dualismo entre o centro e a periferia (Baran, 1957). Ademais, destacou que as indústrias de mineração

---

<sup>22</sup>*Shifters* são palavras ou frases que carecem de um significado ou definição léxica padrão, por ter um valor referencial dentro do contexto. A função principal seria indicar um alinhamento social (tradução nossa).

estrangeiras careciam de efeitos amplificadores de investimentos, e possuíam uma capacidade limitada para incrementar o volume e diversificar seus investimentos, bem como o crescimento econômico geral. Os possíveis investimentos em infraestrutura como rodovias, portos, usinas elétricas etc., objetivavam prover a eles mesmos, mediante as fontes de poder necessárias, em vez de fomentar fontes potenciais de economias externas (Baran, 1957). Para Prebisch, os países que se especializaram em produtos primários não poderiam esperar seguir o caminho de crescimento guiado pela exportação. O progresso técnico como motor para criar riqueza foi uma das ideias que tiveram importantes implicações para a exclusão da visão normativa do tópico de mineração (Graulau, 2008). Não obstante, ao final dos anos 80, começaram a surgir dúvidas sobre a visão tradicional da mineração, como resultado crescente de um número de estudos de países exportadores de minerais que mostraram pouco ou nenhum crescimento econômico em períodos longos (Davis e Tilton, 2002). Para Harvey e Press (1990), as teorias de desenvolvimento tiveram uma relação problemática com a atividade de mineração, dado que a mineração era vista até recentemente como um fenômeno independente do desenvolvimento econômico. Segundo o estudo de Sachs e Warner (1995), a maior dependência de mineração está associada com o pior crescimento econômico e, assim, entra em contradição direta com a visão tradicional de mineração. Davis e Tilton (2002) afirmam que a exploração da riqueza mineral estava longe de ser uma condição suficiente para o desenvolvimento econômico sustentado, formando-se uma nova visão da mineração. No entanto, hoje, o debate sobre desenvolvimento é dominado por um ponto de vista positivo em relação à atividade de mineração. Essa visão tem como raízes um grupo de teorias que consideram a atividade como promotora de conglomerados do crescimento industrial, produção baseada em tecnologia e comercialização de conhecimento (Pedro, 2006). Por outro lado, a maioria dos observadores - incluindo alguns eminentes economistas - tem se inclinado a opinar que a descoberta de reservas minerais acessíveis é, em grande medida, uma questão de oportunidade e, portanto, não suscetível à análise econômica (Graulau, 2008).

Segundo Davis e Tilton (2002), estudos recentes têm explorado as razões que teriam desiludido o desempenho de alguns países produtores de minerais, e identificado as seguintes possíveis explicações sobre porque a mineração pode obstaculizar o desenvolvimento econômico:

- Os preços de produtos primários podem cair em relação aos produtos manufaturados. No entanto, através do tempo, os países produtores e exportadores de produtos primários têm tido que exportar mais do que os bens manufaturados importados.

- A volatilidade dos bens e a volatilidade dos mercados de produtos primários causam consideráveis flutuações nas receitas do governo, e nas receitas em divisas estrangeiras de países em desenvolvimento dependentes de minerais. Essas flutuações atrapalham o planejamento e, como resultado, dificultam os programas de desenvolvimento econômico.

- O *boom* Mineral impactou o fluxo, transferindo força de trabalho e outros recursos da agricultura e da indústria transformadora para o setor da mineração. Uma vez que os recursos minerais são esgotados, os países podem ter dificuldade para recuperar a competitividade nos setores exportadores tradicionais.

- Mineração, em alguns casos, é um enclave da indústria que fornece poucos benefícios para os países produtores de minerais, os quais ficam limitados aos lucros econômicos ou rendas que são recolhidos através dos impostos.

-As rendas da mineração podem ser malversadas e desperdiçadas, podem promover a corrupção e o aproveitamento do entorno econômico na busca de se obter ganhos (esforços de grupos para aumentar a sua parte dos lucros disponíveis) a expensas de criação de rendas extras. No pior dos casos, as rendas podem promover lutas civis e guerras.

No caso dos recursos naturais, existe uma brecha comumente referida como renda econômica, que existe entre o valor desse recurso e o custo de extraí-lo. Em tais casos, os indivíduos, sejam atores do setor privado ou políticos, têm incentivos para usar mecanismos políticos para capturar essas rendas (Humphreys, Sachs e Stiglitz, 2007). Para Ross (2001), pouco é conhecido sobre a relação entre riqueza mineral e a desigualdade dos ganhos verticais. Persiste, no contexto da indústria da mineração, uma estrutura mundial hierarquizada, com favorecimentos para as empresas e dificuldades para o estabelecimento do crescimento de estruturas produtivas, que tendem a ter maior complexidade, e isso dificulta a afirmação de processos de desenvolvimento naquelas (Monteiro e Coelho, 2007). “A defesa das atividades de mineração, seja por governos ou empresas, seguiu um padrão previsível focando os benefícios econômicos, a segurança e o desenvolvimento nacional, e quaisquer consequências adversas, tais como danos ambientais ou impactos socioculturais sobre comunidades indígenas, que foram justificados pelo benefício econômico ‘global’” (Banerjee, 1999). Segundo Stiglitz (2007), historicamente empresas

internacionais de petróleo e empresas mineradoras beneficiaram-se de informação assimétrica e poder de barganha, assim maneжaram e capturaram a maior quantidade de recursos naturais em países menos desenvolvidos.

A chave estratégica da corporação, em resposta à crítica, é cooptar o discurso de seus críticos e inocular por meio do uso dos seus próprios (Kirsch, 2009). Entre as definições ou conceitualizações utilizadas está a *Corporate Social Responsibility* (CSR), adotada por muitas empresas e instituições preocupadas com o cenário de desafios e contradições trazidos pela globalização, os quais, segundo diferentes autores (Sklair, 2002), não devem ser resolvidos tão somente pela ética corporativa. A CSR é vista em mineração como um mecanismo para a maximização positiva e a minimização negativa dos impactos social e ambiental, e ao mesmo tempo ajuda a manter os lucros pelo menos no médio a longo prazo<sup>23</sup> (Holme e Watts 2000).

*“Corporate strategy is considered as the prime-mover in ensuring industrial production and product use contributes to, and does not detract from, these constituents of sustainable development; and we argue that Corporate Social Responsibility (CSR) is key to operationalising the strategic role of business in contributing towards this sustainable development process beyond traditional responsibilities to shareholders, employees and the law; and to seizing opportunities and targeting capabilities that they have developed to enhance competitive advantage in order to contribute to sustainable development goals” (Warhust, 2002, p. 32).*

De acordo com Hamann e Kapelus (2004), o objetivo da CSR é alinhar as políticas corporativas e as práticas para o desenvolvimento sustentável, a fim de assegurar a reputação das empresas e seu acesso ao capital, terra e mercados.

A definição mais utilizada recentemente é de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, citado para criticar os impactos ambientais da indústria de mineração, definição que chegou a ser um meio para promover a mineração (Kirsch, 2009). A literatura mainstream de CSR frequentemente passa por alto as implicações em termos de relações de poder, apresentada como um conjunto de medidas tecnocráticas formuladas por algumas grandes empresas com o fim de minimizar as más práticas empresariais, melhorando dimensões sociais, ambientais e direitos humanos dos negócios (Saguier, 2010).

---

<sup>23</sup>Assim o ICMM compromete os seus membros na procura de “melhoria contínua no desempenho e contribuição para o desenvolvimento sustentável, a fim de aumentar o valor do acionista.” <[www.icmm.com/html/icmm\\_principles.php](http://www.icmm.com/html/icmm_principles.php)>. Acesso em: 2 set. 2009.

Em América Latina, assim como em outras regiões em desenvolvimento o discurso da CRS atua como um meio para legitimar um modelo de auto-regulação das empresas que corre o risco de consolidar um marco público-privado de cumplicidade no abuso dos direitos humanos (Saguier, 2010).

A definição original de sustentabilidade mantém seu foco na relação entre economia e ecologia, apesar de que o balanço entre as duas mudou através do tempo, culminando na completa omissão de referências para a ecologia ou biologia, na maneira em que a sustentabilidade é agora difundida pela indústria da mineração. O BM (1996) considerou importante que o *boom* da exploração se converta em desenvolvimento da mineração sustentável, exigindo o acompanhamento através da formulação e implementação de políticas para que a mineração seja uma atividade sustentável em longo prazo. Como está bem definido no trabalho de Warhust, *Sustainability Indicators and Sustainability Performance Management* (2002), “a fim de compreender a criação do passado e o futuro dos Indicadores de Sustentabilidade, e seu papel na gestão e elaboração de relatórios de desenvolvimento sustentável dirigida aos *stakeholders* da indústria de mineração, é importante que uma linguagem comum seja definida e aceita”.

A definição apontada pelo BM, no relatório *A Mining Strategy for Latin America and the Caribbean*, para o conceito de indústria da mineração sustentável pode parecer paradoxal, porque se está falando sobre a exploração de um recurso finito. Não obstante, encerra o conceito de sustentabilidade à possibilidade de considerar a substituição de antigas minas por outras dentro do mesmo distrito minero, além de destacar a criação de vilas e cidades, em que a atividade de mineração dá origem ao desenvolvimento sustentável para os habitantes. Além disso, ressalta que é necessário completar o ciclo de exploração até o encerramento da mina, considerando as questões ambientais e as atividades de acompanhamento determinadas numa fase precoce.

Por outro lado, a proposta teórica da irreversibilidade entrópica<sup>24</sup>, baseada na proposta teórica desenvolvida em 1971 por Georgescu-Roegen, sustenta que seriam irreversíveis os processos produtivos, e a degradação entrópica, tanto energética quanto

---

<sup>24</sup>Proposição analítica que, inspirada em modelos da termodinâmica clássica, considera a produção um processo de dissipação de matéria e energia, e chama a atenção para o fato de que cada transformação da matéria e da energia resulta em um aumento irreversível da entropia. Dessa forma, em decorrência do processo de produção, há alterações de ordem não apenas quantitativa, mas também qualitativa, já que matéria e energia entram no processo produtivo em um estado de baixa entropia e saem em um estado de alta entropia, fazendo com que o processo econômico tenha uma evolução unidirecional irrevogável (Monteiro e Coelho, 2008).

material (Monteiro e Coelho, 2007).

Recentemente a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*US Environmental Protection Agency*) identificou a mineração como a fonte mais importante de poluição tóxica da nação durante os últimos nove anos. A poluição de um simples projeto de mineração pode afetar centenas de quilômetros quadrados, e os seus despejos podem criar ambientes inabitáveis para a vida orgânica durante vários séculos (Kirsch, 2009). Entre as consequências ambientais e econômicas dos projetos de mineração em grande escala podem-se incluir a perda de produtividade, destruição de sistemas ambientais através da poluição da terra, rios e mares, desmatamento e ameaça à riqueza biológica das zonas e a perda do que significa a “cultura da terra” para seus povoadores (Evans, Goodman, Lansbury, 2002; Banerjee, 1999). Os impactos socioculturais não são quantificados nem considerados dentro da equação, e não há um marco que determine o “custo” que poderia ser encaminhado através do pagamento para as comunidades afetadas (Banerjee, 1999).

De acordo com o recente trabalho apresentado por Palmer et al. (2010), a indústria de mineração de carvão a céu aberto afeta seriamente o meio ambiente, e suas práticas de mitigação não são suficientes. É evidente o dano ambiental causado pela mineração, como a remoção de vegetação e alteração da topografia, perda superficial do solo e sua compactação devido à utilização de maquinário pesado, o que reduz a capacidade de infiltração (Palmer et al., 2010).

A liberalização dos regimes de investimentos em muitos países em desenvolvimento e economias em transição tem contribuído com a expansão da indústria de mineração em zonas remotas. Empresas mineradoras globalizadas vêm se aproveitando dessa conjuntura (Yakovleva, 2005; Evans, Goodman, Lansbury, 2002), enfrentando governos progressistas e comunidades envolvidas na indústria de mineração. Entre as consequências sociais relacionadas ao setor da mineração estão o deslocamento forçado de pessoas e o empobrecimento, destruição cultural de comunidades indígenas (Munarriz, 2004), dependência do emprego marginal, destruição das estruturas políticas e dos sistemas de valores, incremento do alcoolismo, violência doméstica, abuso das crianças e consumismo (Evans, Goodman, Lansbury, 2002). Além disso, as práticas e políticas normativas operacionais do BM sobre assuntos afetando os povos indígenas têm fornecido um marco jurídico e mecanismos para “gerenciar” as comunidades afetadas, em formas que promovem desapropriação de suas terras e recursos naturais (Munarriz, 2004).

Segundo Banerjee (2003), existe umnexo entre as políticas dessas organizações e as empresas, especialmente grandes corporações transnacionais que estão adiante do debate sobre biotecnologia e desenvolvimento sustentável.

Os evidentes impactos ocasionados pela grande mineração criaram, em muitos casos, resistência nas comunidades envolvidas presentes em diversas partes de todos os continentes (Evans, Goodman, Lansbury, 2002). Como respostas, se consolidaram as reafirmações ao direito de sua própria determinação local e o veto sobre o exercício do poder corporativo. Em alguns casos forçaram as corporações mineradoras a procurar um mínimo de responsabilidade e padrões ambientais e sociais como condição para o consentimento. Esse surgimento de protestos indígenas junto às diversas ONG's contra os projetos de mineração (Evans, Goodman, Lansbury, 2002; Danielson, 2002; Moody, 2007; De Echave et al. 2009; Kirsch, 2009), desde os anos 90, instigou a “crise de confiança” entre os executivos das companhias mineradoras, os quais responderam mediante a redefinição da indústria que pratica o desenvolvimento sustentável (Danielson, 2002).

Segundo Kirsch (2009), durante a última década a indústria tem promovido agressivamente o *oxymoron* corporativo da “mineração sustentável”. Essa nova visão da mineração precipitou um animado debate sobre o papel da mineração no desenvolvimento dos países produtores de minerais, aderentes à visão tradicional, desafiando não só a evidência empírica, a qual sugere que a mineração está associada a um desenvolvimento pobre, e também relacionada a um pobre desempenho da mineração (Davis e Tilton, 2002). Desde o reconhecimento que a indústria de mineração é inerentemente insustentável, deixando atrás meios ambientes devastados e arruinados, a indústria agora se promove como uma praticante da mineração sustentável. Esse apelo é contingente em esvaziar o aspecto ecológico na definição de sustentabilidade. A distribuição do *oxymoron* corporativo como mineração sustentável é uma das estratégias chaves que as corporações usam para dissimular o dano e neutralizar a crítica (Kirsch, 2009).

A mineração sustentável se capitaliza sobre transformações históricas do conceito, e sobre uma promoção fraca da noção de sustentabilidade, que permite a degradação ambiental ampla buscando retorno no suporte da indústria para assuntos adjuntos de conservação e programas de desenvolvimento (Kirsch, 2009). A mudança discursiva também encobre o fato de que não existiram reformas significativas no modo como a mineração é praticada, ou na redução total de seus impactos negativos, em que o termo sustentável pode parecer implicado.

A promoção da mineração como uma forma de desenvolvimento sustentável, torna mais difícil para os críticos da indústria da mineração reconhecer os verdadeiros custos sociais e ambientais. Em apenas três décadas, a direção de uma nova ordem internacional econômica parece inflexível. A ideia central da nova ordem foi o estabelecimento de um regime de comércio internacional que ajude a alcançar o desenvolvimento econômico nacional dentro de uma verdadeira libertação (Hellinger, 2004). Assim, a globalização baseia-se na extensão de mercados sem fronteiras e na aparente condição de englobar e encaminhar tudo, onde regras de mercado e lógicas competitivas predominam, enquanto que o poder das nações se reduz a algo insignificante. Assim, a globalização baseia-se na extensão de mercados sem fronteiras e na aparente condição de englobar e encaminhar tudo, onde regras de mercado e lógicas competitivas predominam, enquanto que o poder das nações se reduz a algo insignificante. Paralelamente, o projeto político do neoliberalismo representa o intento não só de visualizar a utopia de livre mercado senão, também, compartilha as mesmas condições da globalização (Peck, 2003, p. 163). Políticas de transferência<sup>25</sup> como livre mercado, desregulações e estado mínimo, inclusas no modelo neoliberal, seriam introduzidas em países da Europa, África, Ásia e América Latina, alcançando dimensões globais (Perrault, 2006). Segundo Stone (2004), organizações internacionais como BM, FMI, OECD, são meios que ajudam a desenvolver respostas políticas comuns em alguns campos, atuando também como agências de transferência. Estas instituições criaram departamentos de pesquisa, realizam conferências e consultas para defender a “validade” científica de seus objetivos, e se envolveram em diversas atividades de sensibilização, recolha de dados e monitoramento para promover a consciência e educar ao público (Stone, 2004).

No setor de mineração o BM tem apontado reformas profundas identificadas como medidas neoliberais, publicadas no relatório *Strategies for Mining Unit of the Industry and Energy Division of the World Bank* desde 1992, o relatório identificou uma série de lições baseadas na experiência de 80 empresas mineradoras. Assim, o poder para influenciar as regras e normas foi deslocado da UNCTAD para o BM (Hellinger, 2004).

---

<sup>25</sup> Políticas de transferência são entendidas como um processo pelo qual “conhecimento” sobre como políticas, arranjos administrativos, instituições e idéias num contexto político (passado ou presente) é usado no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e idéias em outro contexto político. Os objetos de transferência podem incluir políticas, instituições, lições negativas, ideologias, atitudes e idéias (Stone, 2004).

Posteriormente o relatório técnico elaborado durante 1996, *A Mining Strategy for Latin America and the Caribbean (Uma Estratégia de Mineração para América Latina e o Caribe)*, propôs um plano para “modernizar” o setor mineral, incluindo o estabelecimento de um moderno e competitivo marco legal e fiscal (Hellinger, 2004).

“América Latina e o Caribe estão emergindo de um longo período de nacionalismo econômico, quando a indústria primária em muitos países foi estatizada, barreiras impostas às importações e, as frequentes exportações eram elevadas, e as políticas macroeconômicas eram instáveis e por vezes hostis ao investimento privado. Elevadas taxas de inflação e múltiplas taxas de intercâmbio foram comuns. A tendência para a abertura das políticas econômicas está avançando a ritmos diferentes entre os distintos países e está sendo acompanhada em paralelo à liberalização das políticas de mineração. A maioria dos governos está agora comprometida com a criação do ambiente necessário para investimentos que permitam atrair capitais privados, tanto locais como estrangeiros, em suas indústrias de mineração” (BM, 1996).

Entre as recomendações para o regime legal estão: 1) “Segurança do cargo” para donos de concessão, incluindo o direito para transferir arrendamentos e hipotecá-los para conseguir financiamento; 2) “Clareza e transparência”, incluindo a eliminação de requerimentos discriminatórios de elegibilidade; 3) “Acesso a recursos minerais” definidos como nada menos que um requerimento de “que o estado” libere toda a terra que pode ser reservada para a exploração e desenvolvimento mediante companhias paraestatais, e que os investidores tenham a segurança do acesso a terra para exploração e extração sob condições claramente definidas, as quais são devidamente onerosas.

No regime de investimentos, o BM recomendou: 1) A eliminação de controles de intercâmbio e liberdade para exportar e vender produção mineral a preços mundiais; 2) “Um regime de juros estável e equitativo”, que inclui a provisão de que juros não serão cobrados durante a vida do projeto. Isso é nada menos do que um perigo para os poderes soberanos do estado sobre os juros, o meio mais importante mediante o qual o estado obtém rendas.

Posteriormente, o Plano de Aplicação da *Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável)*, realizada durante o ano de 2002, em Joanesburgo, considerou que mineração, minérios e metais, são essenciais para a vida moderna e importantes para o desenvolvimento econômico e social de muitos países (ONU, 2002). Segundo Munarriz (2008), as políticas do BM que lideram programas e estruturas legais de mercado, desde 1980, têm contribuído para a expansão das atividades

corporativas da mineração.

“O BM tem sido ativo no auxílio aos governos na formulação de políticas e regulamentações necessárias. Empréstimos, assistência técnica e créditos foram concedidos para implementar reformas na modernização das leis de mineração, meio ambiente, disposições, regime fiscal e as instituições públicas mineiras. Em alguns casos, foi dado apoio à privatização de empresas de mineração estatais entre os países Argentina, Bolívia, Equador, México e Peru” (BM, 1996).

“No final da década dos anos 90, a América Latina transformou-se num exportador líquido de recursos, atraindo basicamente investimento externo reativo, de segundo ou terceiro nível (...) e não investimento externo de primeira linha, que tem os mercados mais sofisticados” (Mortimore, apud Arbix e Laplane 2000, p. 83)

Segundo a UNCTAD (2007), os mercados mundiais dos minerais caracterizam-se pela distribuição geográfica desigual das reservas de produção e consumo. Alguns dos países em desenvolvimento e economias em transição figuram como os principais produtores e exportadores líquidos de diversos minérios e os países desenvolvidos como os principais importadores. África e América Latina possuem diversos tipos de minérios desde metais preciosos até minérios de uso industrial como o ferro. África domina a produção de minérios preciosos como diamantes, ouro, platino, entretanto América Latina lidera a produção de metais como o cobre e a prata. América Latina tem sido considerada a região mais popular para atribuições de exploração desde 1994 (Campodonico e Ortiz, 2002; MEG, 2009), atraindo uma meia anual de 25% do total mundial, os principais países são Peru, México, Chile, Brasil e Argentina, estes cinco países tem capturado entre 82% e 85% do total das atribuições de exploração.

Os fluxos de investimento estrangeiro em América Latina e o Caribe tem aumentado 11% correspondente a 84 000 milhões de dólares no 2006, por outro lado os fluxos de saída dos investimentos diretos se incrementaram em 125% até 43.000 milhões de dólares correspondendo principalmente às indústrias de extração (UNCTAD, 2007). Os fluxos de investimentos estrangeiro na área de mineração constitui uma das principais atividades exportadoras, durante o 2009 teve uma caída importante de 57% a consequência dos preços baixos do cobre, não obstante algumas empresas se esforçaram por manter por manter parte do investimento e se preparar para uma melhora das condições econômicas (CEPAL, 2009).

Segundo Campodonico e Ortiz (2002), a motivação das empresas transnacionais do setor de mineração, a onda de fusões e aquisições desde 1995-1996 e que continua entre 200-2002 tem a ver com a baixa rentabilidade das empresas transnacionais mineradoras que estava por baixo do rendimento dos bonos dos Estados Unidos. Um segundo elemento explicativo refere-se ao crescimento explosivo dos investimentos nos setores da tecnologia de informação e as comunicações. Um terceiro elemento é definido pela perda de dinamismo da indústria mineradora frente à manufatureira, não obstante a produção e o consumo de metais tem se incrementado todos estes anos. O quarto elemento tem a ver com o escasso peso relativo das empresas mineradoras com a capitalização na bolsa de valores dos principais países industrializados. A dificuldade das empresas mineradoras para financiar novos investimentos com a emissão de ações na Bolsa de Valores determina que se elevem significativamente os custos de capital, já que tem que financiar-se com capital próprio. Isso piora as deficientes condiciones de rentabilidade das empresas mineradoras. Estas fusões e aquisições têm levado à concentração das três maiores mineradoras do mundo, o nível de concentração poderia fazer com que estas empresas possuam uma maior influencia sobre o preço dos metais.

Maiores do que muitas economias nacionais, as corporações mineradoras estão em processo de consolidação e autotransformação, a fim de explorar melhor e estender suas oportunidades via globalização corporativa (Evans; Goodman e Lansbury, 2002). Corporações globais vêm aproveitando a relativa mobilidade de capitais e o clima de liberação de investimentos (Evans, Goodman e Lansbury, 2002). Desde 1995 até 2006 as 10 primeiras empresas mineradoras de ouro têm aumentado sua participação na produção mundial de 38% para 47%, de cobre de 51% a 58%; de ferro de 44% a 52%, e zinco de 38% a 43% (UNCTAD, 2007). Em relação às fusões, aquisições e alianças vêm-se incrementando, obtendo maior presença e força no mercado. Segundo Campodonico e Ortiz (2002), um maior controle da produção mundial por parte das empresas e, portanto, do mercado mundial, possibilitaria que as empresas conseguissem influir nos preços. As fusões e aquisições totalizaram US\$ 220.000 milhões no período 2002-2006. Durante o ano de 2006 a Vale do Rio Doce comprou a Inco do Canadá por 17 bilhões de dólares, e a Xstrata adquiriu a Falconbridge do Canadá pelo mesmo valor. Em 2007, as transações totais alcançaram US\$ 158.900 milhões, 18% a mais do que em 2006. Por outro lado, as fusões e aquisições totalizaram US\$ 80.000 milhões, destacando a fusão do Río Tinto com Alcan do Canadá por US\$ 38.000 milhões (UNCTAD, 2007). Em 2008, BHP Billiton tentou adquirir seu rival, Rio Tinto, oferecendo mais de 100 milhões de euros. Mas, a crise

imprevista dos Estados Unidos conteve os interesses monopolistas da BHP Billiton, que buscava controlar 80% da produção de determinados minerais. Atualmente, entre as 20 empresas *top* estão: BHP Billiton, Vale S.A, Shenhua Group Corporation, Rio Tinto, Potash Corporation of Saskatchewan Inc., Barrick Gold Corporation, Anglo American Plc., Suncor Energy Inc., Xstrata Plc., Goldcorp Inc., Sasol Ltd., Mosaic Co., Newmont Mining Corp., Freeport McMoran Cooper & Gold Inc., Norilsk Nickel Mining and Metallurgical Co., NMDC Limited Southern Cooper Corp, China Coal Energy Company Ltda., Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Aluminum Corp of China Ltd. Em 2006, as 10 maiores empresas de extração de metais controlavam 33% do valor total de todos os minerais não energéticos produzidos em todo o mundo, em comparação com os 26% no ano de 2005 (UNCTAD, 2007).

O Chile, considerado o principal produtor de cobre do mundo, exportador de quase 40% da oferta mundial, viu reconfigurada sua economia em detrimento de seus interesses.

Durante o período 1990-2001, Codelco<sup>26</sup>, a empresa estatal, entregou ao Fisco aproximadamente US\$ 10.659 milhões, enquanto as mineradoras privadas contribuíram apenas com US\$ 1.638 milhões, apesar de que a produção das mesmas era 25% maior. Além disso, os impostos por tonelada de cobre produzido, pagos pela Codelco, representaram 28,7% do preço final, enquanto que os pagos pela mineração privada atingiram apenas 5,3%. Portanto, estima-se que a perda tributária atingiu mais de US\$ 10.000 milhões no período (Pizarro, 2004).

Segundo Svampa (2009), atualmente atravessamos uma etapa caracterizada pela generalização de um modelo extrativo-exportador. Gigantes transnacionais como BHP Billinton e Rio Tinto, possuem o poder para dar forma à política estatal, tanto na parte norte como no sul do globo (Evans; Goodman e Lansbury, 2002). Através da cordilheira dos Andes, incluindo Guatemala, Equador, Peru, Chile e Argentina, estão se originando múltiplos casos de resistências, protestos de camponeses, que evidenciam as novas fronteiras entre a exclusão e os grandes projetos minerais (Svampa, 2009), baseados na extração de recursos naturais não renováveis, extensão do mono-cultivo, contaminação e perda de biodiversidade. A atividade de mineração a céu aberto, a construção de megarepresas, os agro-combustíveis, ilustram a nova divisão territorial e global do trabalho

---

<sup>26</sup>Codelco é uma empresa estatal chilena, dedicada à extração de cobre, considerada atualmente como primeira extratora mundial. Conformada, inicialmente, por capitais estrangeiros, foi nacionalizada durante o governo do presidente Salvador Allende. <[http://www.codelco.cl/la\\_corporacion/fr\\_historia.html](http://www.codelco.cl/la_corporacion/fr_historia.html)>. Acesso em: 10 nov. 2009.

no contexto do capitalismo atual. As múltiplas evidências empíricas negativas sobre a atividade de mineração podem ser as razões pelas quais as grandes empresas mineradoras empreenderam projetos que procuram a aceitabilidade da mineração a céu aberto, mediante a institucionalização e criação de projetos. Para Banerjee (2003), as corporações transnacionais seriam os maiores agentes que influenciam nas políticas de comércio e meio ambiente da OMC, assim como em diferentes acordos globais.

O Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) foi formado em 2001 para representar as maiores empresas da indústria dos metais e as maiores mineradoras do mundo, para avançar em seus compromissos com o desenvolvimento sustentável. O ICMM busca aprimorar as formas como atuam as companhias do setor, desenvolvendo parcerias com Organizações Não Governamentais, Organismos Internacionais e a Academia, entre outras.

Durante o ano 2000, executivos das maiores empresas mineradoras do mundo se reuniram para empreender o projeto de Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável (*Mining, Minerals, and Sustainable Development*)<sup>27</sup>, acreditando que o “princípio de desenvolvimento sustentável pode trazer um marco de referência útil para orientar o setor dos minerais. Estimam que mediante a definição de desafios - desde todas as perspectivas e em forma equilibrada - surgirão novas formas de avançar”. Esse projeto que foi feito pelo Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) e promovido pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD)<sup>28</sup>, tem entre seus objetivos: a) avaliar o setor global da mineração e dos minerais com respeito à transição para o desenvolvimento sustentável; b) identificar como podem prover-se os serviços que formam parte da cadeia de abastecimento dos minerais, de tal

---

<sup>27</sup>Os diretores executivos de algumas das maiores empresas mineradoras do mundo se reuniram em 1999, em Davos, na Suíça, para discutir os impasses sobre a mineração no mundo. Foi encomendada à WBCSD e, posteriormente ao IIED, a realização de uma análise global das práticas relacionadas à mineração e minerais. O projeto resultante foi o documento “Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável” (MMSD). <<http://www.iisd.org/mmsd>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

<sup>28</sup>O WBCSD é uma associação global dirigida por executivos de quase 200 companhias, que tratam exclusivamente com negócios e desenvolvimento sustentável. O conselho provê uma plataforma para as companhias explorarem o desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, experiências e melhores práticas, para promover posições de negócios nessas questões em uma variedade de fóruns, trabalhando com governos, e organizações não governamentais e intergovernamentais. A sua missão é fornecer uma liderança de negócios como um catalisador para a mudança em direção ao desenvolvimento sustentável, e para fornecer consultoria na autorização de negócios para operar, inovar e crescer num mundo cada vez mais definido pelas questões do desenvolvimento sustentável. Os membros são escolhidos entre mais de 35 países e 20 grandes setores industriais. O conselho também se beneficia de uma rede global com mais de aproximadamente 60 conselhos de negócios nacionais e regionais, além de parceiros regionais (WBCSD, 2009).

modo a apoiar o desenvolvimento sustentável; c) propor elementos chave para o aperfeiçoamento do sistema de minerais; d) gerar plataformas de análise e de participação para o desenvolvimento permanente das comunicações e das redes de trabalho entre todos os atores do setor. Posteriormente no ano 2002 foi publicado o relatório *Abriendo brecha: minería, minerales y desarrollo sustentable* onde foi proposta uma definição de desenvolvimento sustentável para o setor de mineração:

“Os maiores desafios enfrentados pelo mundo atual é a integração da atividade econômica com a preservação ambiental, as preocupações sociais e a procura por sistemas eficientes de governança. O logro desta integração pode ser denominado desenvolvimento sustentável” (MMSD, 2002).

Alcançar o desenvolvimento sustentável foi definido pelo projeto de MMSD, (2002) como a maximização do aporte de bem-estar da geração atual de forma que garante uma distribuição equitativa de custos e benefícios sem reduzir as possibilidades de satisfação de necessidades futuras. Segundo Antonelli (2009) as produções que alcançam dimensão pública e que resultam de enclaves multisetoriais propiciados pelas grandes mineradoras, junto aos governos, fundações, grupos financeiros globais entre outros, consagram um discurso que traspassa as políticas de Estado regionais colocando estas reproduções como uma única língua que busca impor-se. A eficácia deste dispositivo se mide em seu poder para inscrever no domínio cultural a legitimidade de uma das indústrias mais poderosas da economia do planeta.

As denominaciones “Mineração Responsavel” e “Desenvolvimento Sustentável”, como se denomina nas paginas institucionais das empresas auríferas e em discursos governamentais, entre varios outros, funcionan como reaseguros *a priori* para enmarcar a economía extractiva transnacional mediante a ev do principio jurídico da responsabilidade perante terceiros - compromisos de no danificar- e ao mesmo tempo, a postulada natureza filantrópica do empresariado sensível ás necesidades e deseos da sociedade e as comunidades bajo explotación.

### **2.3 Políticas de Mineração no Peru**

A atividade de mineração peruana esta formada por três tipos: a grande mineração que produce mais de 5.000 toneladas métricas por dia, e qe pode estar constituída por empresas de grande porte que exploram de modo aberto e obtêm minerais como cobre,

ferro e ouro produzindo concentrados de metais. A mineração média utiliza métodos de exploração subterrâneos e produzem concentrados até 5.000 toneladas diárias. Finalmente a pequena mineração que produce menos de 350 toneladas diárias e pode incluir extração e exploração de ouro e poli-metálicos. Os minerais extraídos no Peru são constituídos principalmente de minerais metálicos, no ano de 1995 se registrou a maior produção, obtendo o segundo lugar mundial em produção de prata, terceiro em estanho, quarto em zinco e chumbo, sexto em cobre e décimo segundo em ouro (Peru, 1996). Políticas de inversão, junto com a organização industrial da mineração têm contribuído para definir a conformação de aglomerações mineradoras. Inicialmente, os estabelecimentos de empresas pequenas e médias têm se concentrado principalmente na Serra Central. Já as empresas de grande porte têm capacidade para a exploração de mega-depósitos mineiros, refinarias e usinas de tratamento que podem incluir processos de refinação.

O Peru é um país com uma grande riqueza mineral. Desde a época dos Incas a exploração era feita mediante o sistema de *mitas*<sup>29</sup>, utilizado para a elaboração de objetos de culto e enfeites religiosos ou de uso comum, sendo o objetivo da exploração maiormente religioso (Samamé, 1979). Durante a colônia, o sistema de *mitas* foi copiado e exercido de forma cruel pelos espanhóis, e os principais centros mineiros foram de *Potosi* no antigo Alto Peru<sup>30</sup> e de *Huancavelica*, dos quais se extraíam mercúrio e prata respectivamente, constituindo-se nos principais recursos exportados para Europa.

A riqueza mineral no Peru, para Balta, foi a causa principal da conquista e colonização durante o *Virreinato*. Foram os metais uma espécie de fermento que produziu as viagens de exploração, descobrimentos geográficos, povoamento, fundação de cidades, as guerras entre os conquistadores, a escravidão e quase a extinção de uma raça e a importação de negros (Samane, 1979).

*“Mining had far-reaching ecological consequences throughout much of colonial Spanish America. It deformed the landscape, introduced pollutants such as sulfur, mercury and salt into the biosphere, and caused human settlement of sparsely populated or uninhabited regions. Forests succumbed to the charcoal makers’ axes. Workers’ lungs filled with silicosis-causing dust. Cave-ins snuffed out lives or crippled those they spared”* (Brown, 200, p.467).

---

<sup>29</sup>As *mitas*, mediante o recrutamento de mão de obra, foram sistemas de trabalho (Samamé, 1979).

<sup>30</sup>“*Alto Perú*” nome escolhido durante o *Virreinato* Espanhol, que correspondia a territórios do Altiplano andino e estava dividido por *Intendencias* de Potosí, Cochabamba, Chuaquisaca e La Paz. (Samamé, 1979).

A atividade de mineração só voltaria a ser uma atividade relevante no Peru a partir da promulgação do Código de Mineração em 1950, quando incentivos econômicos atraíram capital estrangeiro destacando a mineração na localidade de Toquepala (Glave e Kuramoto, 2007). A forte queda dos preços dos metais a partir de 1981 obrigou a nacionalização de muitas empresas mineradoras, criou-se o Fundo de Consolidação da Mineração (FOCOMI), que dispôs de 120 milhões de dólares, e o Banco de Mineração, que outorgou uma linha de crédito de 40 milhões de dólares, políticas que foram revertidas a meados da década dos 90.

Durante o governo do Presidente Alan Garcia Pérez (1985-1990) aplicou-se uma série de políticas de corte heterodoxo, que levaram crises ao Estado e, praticamente, conduziram ao colapso. No ano de 1990, a hiperinflação alcançou uma taxa anual de 7 mil por cento, destruindo as receitas familiares e as do Estado. As graves dificuldades pelas quais o Peru atravessava não eram exclusivas dele. A crise de endividamento afetou muitos países da América Latina. Para os liberais, a resposta aos graves problemas consistia em estabelecer modelos de redução do Estado, assim se difundiriam os projetos neoliberais mediante a imposição das políticas pelas potências hegemônicas. Esse tipo de medida foi adotado pelo governo de Fujimori (1990-2001). O processo de reformas no Peru foi um desenho pausado, negociado com os organismos financeiros internacionais mediante o planejamento de esquemas de controle do Estado por um grupo de pessoas próximas a Fujimori, em lugares chave, chamados “ilhas de eficiência” (Abusada, 2000). O Peru é um país beneficiado por recursos naturais abundantes e diversificados, porém, a hipótese era de que o capital nacional não possuía a capacidade para financiar o relançamento desses setores produtivos. Atividades como a mineração tinham um papel importante para o novo cenário (De Echave et al., 2009).

As políticas que caracterizaram o governo do Presidente Fujimori foram de corte neoliberal. Entre as principais medidas estavam: disciplina fiscal, reordenamento das prioridades do gasto público, reforma tributária, liberalização das taxas de interesse, tipo de câmbio competitivo, liberalização do comércio e abertura ao mercado estrangeiro, liberalização dos investimentos estrangeiros, privatizações, desregulamentações, e direitos de propriedade (Ugarteche, 2004). As reformas neoliberais estruturais e políticas foram adotadas no setor da mineração (Campodonico, 1999). A relevância do sector minerador para a economia nacional peruana seria o resultado de duas mudanças chaves: na organização espacial e no controle de atividades de extração (Bury, 2005). Entre os primeiros aspectos das mudanças organizacionais estiveram as reformas do MEM, entre os anos 1992-1998. O Ministério passou por reformas em seus setores de mineração,

eletricidade e hidrocarburetos, recebendo suporte do Banco Mundial através do projeto *Energy and Mining Technical Assistance Loan*. Criada durante o primeiro período de Fujimori, a Constituição de 1993 é um dos aspectos mais importantes, pois estabeleceu o marco regulatório básico para o aproveitamento econômico dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Promulgaram-se um conjunto de leis para outorgar legitimidade: Lei de Promoção de Investimentos no setor de mineração - Decreto Legislativo 708 -, Código de Meio Ambiente mediante Decreto legislativo 613, modificação do artigo 7 da Lei de Terras 26505, Distribuição do Cânon Minero - Decreto Legislativo 04197, Texto Único Ordenado (TUO) da Lei Geral Mineira - Decreto Supremo 014-92. Assim, o setor de mineração foi um dos maiores receptores dos investimentos estrangeiros privados introduzidos entre 1994 e 2001, totalizando US\$ 10.7 bilhões (Bury, 2005).

Entre 1970 e 1990 o Estado nacionalizou muitas operações produtivas. As privatizações estavam entre as grandes prioridades, e durante o governo de Fujimori quase todas as empresas públicas foram vendidas a empresas estrangeiras, sem participação de capital nacional. Entre os novos proprietários estavam Shougang (Hierro Perú), Broken Hill e Proprietary (Tintaya), Cyprus Amax (Cerro Verde), Cominco/Marubeni (Refinaria de Cajamarquilla), The Doe Run (La Oroya-CENTROMIN) e SOUTHERN (Refinaria de Ilo). Segundo as estatísticas do MEM, no ano de 1990 as operações privadas compreendiam 55% da produção total, e em 1999 as operações ascenderam a 95% da produção mineral total. Há um século as melhores jazidas e operações em marcha foram adquiridas por empresas estrangeiras, ficando as jazidas menores nas mãos do capital nacional. Isso não significou necessariamente o aumento de investimento realizado, já que o desenvolvimento dos projetos dependeu dos objetivos corporativos das empresas e do comportamento dos mercados mundiais de minerais.

Em janeiro de 1991, promulgou-se o decreto legislativo 662, que promove e garante o investimento estrangeiro em todos os setores econômicos. O decreto legislativo 662 determina a não discriminação entre os investidores nacionais e estrangeiros, e decreta que não existem limitações ao direito de propriedade dos investidores estrangeiros, exceto os que a Constituição determina. Outorga também estabilidade tributária no regime para contratar mão de obra, e regimes especiais de admissão temporal, zonas francas, etc.

Em 1991 promulgou-se a Lei de Promoção de Investimentos no setor de mineração, Decreto Legislativo 708, que modifica em parte a Lei Geral Mineira de 1981 (Decreto Legislativo 109), promovendo a estabilidade tributária, cambial e administrativa; a dedução

tributária dos investimentos em infraestrutura pública e gastos no bem-estar social dos empregados; liberdade para a remessa dos lucros e a livre disponibilidade de moeda estrangeira; a livre comercialização interna e externa; e a não discriminação com respeito a outros setores da economia. Posteriormente, durante 1992, promulgou-se o Texto Único Ordenado (TUO) da Lei Geral Mineira mediante o Decreto Supremo 014-92, que consolida as normas contidas nas duas leis antes mencionadas. Dessa forma, a legislação desaparece, e a predominância da atividade de mineração privada diminui a participação e o controle do estado sobre essa atividade (Campodonico, 1999).

As mudanças na normatividade também foram dadas com o objetivo de dinamizar e facilitar atividades produtivas, atraindo finalmente ao país o investimento privado. Em setembro de 1990, promulgou-se o Código de Meio Ambiente mediante o Decreto legislativo 613, o qual determinou o sistema legal e institucional para promover a preservação do meio ambiente. Entre suas seções, determina os mecanismos de fixação e controle de padrões, pautas e prazos para as diferentes atividades de mineração.

No ano de 1995, uma modificação do artigo 7 da Lei de Terras 26505, que estabelecia a obrigatoriedade de chegar a um acordo entre o investidor de mineração e o proprietário de terra, para que o primeiro pudesse iniciar as atividades de exploração mineral, permitindo o que se chama de “*servidumbre minera*” ou servidão sobre a propriedade. Durante 1997 criou-se o Decreto Legislativo 04197 de distribuição do *Canon Minero*<sup>31</sup>, o qual estabelece que, do Imposto de Renda arrecadado dos titulares de atividades mineiras, seria distribuído: 40% para as Municipalidades Provinciais e Distritais dos departamentos compreendidos dentro da Região e Regiões em que se localizam as concessões ou unidades econômicas administrativas em exploração; 60% para as Municipalidades Provinciais e Distritais dos departamentos em que se localizam as concessões ou unidades administrativas em exploração. Não obstante, em julho de 2001, promulgou-se a nova Lei de *Canon*, incrementando a base do *Canon* para 50% do total dos ingressos e rendas que os titulares pagam pelo aproveitamento dos recursos minerais.

O governo de Valentin Paniagua representou uma transição, encerrando o tempo de autoritarismo e corrupção do Presidente Fujimori. Por ser um Governo provisório, o

---

<sup>31</sup> *Canon* de mineração é a participação efetiva e adequada que gozam os governos regionais e locais do total de ingressos e rendas obtidos pelo Estado pela extração econômica dos recursos naturais. Lei 27506, Art. I (Peru, 2001).

principal objetivo era preparar o país para as eleições livres e justas de 2001 (Durand, 2005).

Como presidente, Alejandro Toledo seguiria o mesmo modelo neoliberal herdado de Fujimori. Durante seu Governo, diminuíram consideravelmente os impostos e se incrementaram os benefícios para incentivar o investimento de empresas estrangeiras no Peru. Criou-se uma agência para impulsionar as privatizações, a *Comisión de Privatizaciones* (COPRI). Entre outras medidas simbólicas está a Lei 28259, destinada à privatização das terras *eriazas* (não produtivas), que compreenderam áreas abandonadas por seus próprios donos ou que não cumpriram com os fins produtivos para os quais haviam sido adjudicadas. Segundo as regras, as propriedades comunais estavam inclusas.

O objetivo era reverter ao Estado terras sem uso. Durante o ano de 2003, *Ministerio de Energía y Minas del Perú* (MEM), teve como objetivo incentivar os investimentos estrangeiros no setor de mineração, promulgou o Decreto Supremo 042, que exige um compromisso com o caráter de declaração jurada, seguindo os seguintes princípios: excelência ambiental; respeito pelas instituições, autoridades, cultura e costumes locais; diálogo contínuo e oportuno das autoridades; institucionalização para o desenvolvimento local; além da vida na mina, emprego local e oportunidades de capacitação.

Entre as definições das políticas de mineração peruanas, segundo o MEM, o objetivo primordial é aproveitar os recursos minerais racionalmente, respeitando o meio ambiente e criando condições para o desenvolvimento do setor num marco estável e harmonioso para as empresas e a sociedade.

As normas do setor de Energia e Minas situam-se num marco global de plena estabilidade jurídica, liberdade econômica, garantias, promoção aos investimentos e pacificação do país. Dentre dos lineamentos da política, os investimentos e operações estão a cargo da empresa privada. É papel de o Estado ser concedente, normativo e promotor. O desenvolvimento normativo do Estado persegue o equilíbrio entre os direitos e as obrigações das empresas mineradoras, enfatizando o tema ambiental, de acordo com os padrões internacionais e os compromissos adquiridos pelo Peru. Assim, o Estado cuida dos aspectos de uma filosofia empresarial responsável, que outorgue segurança aos trabalhadores e alcance relações amigáveis com as comunidades locais e sua cultura, assim como com a comunidade nacional (Peru, 2009b).

Segundo os lineamentos do MEM, o Estado promove crescimento das atividades de mineração e de energia fomentando a prevenção e mitigação dos impactos ambientais e sociais, para conseguir o desenvolvimento sustentável do país. Segundo De Echave et al.

(2009) o marco legal e a organização do Estado, logo das reformas, tem sido só funcional ao processo de expansão da atividade de mineração. O MEM, segundo suas políticas e seus planes referenciais, tem cumprido seu papel principalmente como promotor de investimentos do setor. A visão de desenvolvimento que compartilha o MEM com as empresas do setor é de adoção a regras favoráveis para o desempenho destas, além da tendência a limitar sua intervenção na supervisão e cumprimento de normas técnicas, são fatores que tem contribuído a promover o crescimento acelerado da mineração num cenário de aberta desregulação (De Echave et al., 2009).

Durante o ano 2008 se criou o Ministério do Meio Ambiente, mediante o decreto legislativo N° 1013, não obstante na opinião de De Echave et al., (2009) existem uma serie de projetos e decretos buscam limitá-lo deixando a gestão do recurso da água fora de sua competência. Por outro lado o tema de fiscalização ambiental não definiu especificamente quais seriam as atividades que lhe corresponderiam legalmente ser fiscalizadas e controladas.

Durante os dois primeiros anos do governo de Alan Garcia, não se conseguiu aplicar o imposto sobre os ganhos prometidos durante a campanha pré-eleitoral. De acordo com a consultora *Gerens*, os lucros extraordinários aumentaram a rentabilidade (utilidade entre patrimônio) das mineradoras em 53,7% durante o ano de 2006. Um exemplo dessa rentabilidade alta é a Antamina, que recuperou rapidamente o capital investido, com rendas líquidas de 2.490 milhões de dólares nos anos 2005 e 2006, frente a um investimento de 2.300 milhões de dólares entre 1990 e 2003. Em 2007, os aportes somaram US\$ 178 milhões de um total em utilidades de US\$ 5.521 milhões no mesmo ano. Segundo o ultimo relatório do *Metals Economic Group* (2010) o Peru se colocou como o terceiro entre os 10 países com maior presupuesto mundial para a exploração de minérios durante o 2009. O aumento se viu refletido pelo incremento das novas mineradoras e o aumento dos preços internacionais. Segundo estudos do Banco Central de Reserva, os lucros das empresas estrangeiras no Peru foram de US\$ 5.236 milhões no primeiro semestre de 2008, equivalente a 8% do PBI peruano. Em suma, as mineradoras contribuem somente com um aporte voluntário mínimo, frente aos grandes volumes de utilidades alcançadas entre o período de 2005 ao primeiro semestre de 2008, que somam US\$ 15.000 milhões.

Segundo Baca et al. (2009), o crescimento dos investimentos em exploração, extração, exportações e aportes das empresas mineradoras, se contrapõe ao aumento acelerado dos conflitos socioambientais no país. Em meio à atual crise financeira mundial já estão sendo afetados os ingressos fiscais e as exportações. A diminuição do imposto de

renda das empresas será de 30% e, portanto, os recursos do *Canon* e o Aporte solidário com o povo<sup>32</sup> serão muito menores durante o ano de 2010.

Inicialmente, o valor das exportações mineradoras tem diminuído 34% nos dois primeiros meses do ano, e as exportações como de cobre, têm caído em 48%, causando desempregos crescentes de trabalhadores, principalmente no setor de mineração (Baca et al., 2009). No caso peruano, a grande mineração teria um efeito macroeconômico positivo, principalmente pelo fluxo de investimento estrangeiro, aumento das exportações e geração de divisas e alívio na balança de pagamentos, assim como no crescimento econômico (Glave e Kuramoto, 2007; Barrantes, 2005; UNCTAD, 2008).

Segundo a UNCTAD (2008), os dados do índice de desenvolvimento humano mostram níveis persistentes altos de pobreza e desigualdade, que não têm melhorado com a recuperação econômica produzida desde a década de 90. Também não se pode afirmar, em termos sociais, que as áreas afetadas pela atividade de mineração tenham se beneficiado com a recuperação econômica.

Segundo o estudo de Zegarra, Orihuela e Paredes (2007), baseado na comparação entre dois distritos geograficamente iguais, com e sem influência da atividade de mineração, foi percebida relação positiva entre os ingressos e os gastos das famílias urbanas. Não obstante, esse efeito não acontece entre as famílias rurais, que mostram índices de pobreza mais elevados. Os resultados concluem que existem impactos positivos nos ingressos e gastos das famílias urbanas, no entanto, as famílias rurais mostram um maior índice de pobreza. A atividade de mineração é um setor intensivo em capital, que tradicionalmente gera uma taxa baixa de emprego, crescendo apenas 12% durante a década de 90 (Glave e Kuramoto, 2002, p. 543). Para Barrantes (2005), a geração de emprego na cidade de Cajamarca só beneficiou a um grupo minoritário, localizado na cidade. Também nas localidades de Ancash a absorção de emprego é quase nula, devido à falta de capacitação para trabalhar na grande mineração.

Para a UNCTAD, não está claro o impacto real na geração de emprego direto e indireto, assim como no processo de desenvolvimento local e regional. A UNCTAD (2008) sustenta que não existe evidência da ‘maldição dos recursos’ no plano macroeconômico, já que o mecanismo e as contra-políticas têm sido bem compreendidas e manejadas.

---

<sup>32</sup>Mais conhecido como “Aporte Voluntário”, segundo o decreto supremo nº 071-2006-EM (1). As empresas mineradoras se comprometeram com o Estado peruano a destinar uma porcentagem de suas rendas disponíveis a partir do ano 2007, e até por quatro anos consecutivos adicionais, como aporte voluntário, extraordinário e temporal, sujeito aos preços internacionais dos metais (Peru, 2006).

O governo de Alan Garcia tem promulgado 11 decretos legislativos, autorizando a utilização de armas de fogo dentro do território nacional contra civis, criminalizando a protesta social e qualificando aos grupos sociais como “inimigos da pátria” (Ardito et al., 2008). A criminalização da protesta social é comumente utilizada como método para eliminar e desalentar às vítimas em suas demandas por indenização em processos judiciais (Saguier, 2010). Atualmente existem muitos camponeses mortos e processados por realizar protestas contra o Governo. Segundo a Defensoria do Povo durante o primeiro trimestre de 2010 tem perdido a vida 12 pessoas em conflitos sociais, das quais 6 pessoas morreram por conflitos relacionados à atividade de mineração. Outro aspecto importante que envolve o setor de mineração são os conflitos, os quais a partir do 2007 estão envolvidos principalmente ao aspecto ambiental. Um aspecto que pode estar relacionado aos conflitos pode ter origem na herança da mineração tradicional, pelos passivos ambientais deixados (De Echave et al., 2009). Para as empresas mineradoras isto significaria um problema que estaria vinculado à falta de informação por parte da população envolvida.

Para De Echave et al. (2009) a explicação estaria nos diferentes significados sociais que cada um dos atores tem acerca do tema ecológico. As empresas mineradoras apresentam o tema “eco- sistema” como elemento econômico que deve ser explorado racionalmente para fomentar o bem-estar de todo o país, o interesse público em busca do desenvolvimento. A isso se contrapõe o sistema “tradicional” de conhecimento que orienta a população afetada nas comunidades rurais.

Entre os conflitos mais graves estão o Cerro Quilish, Tintaya, Tambogrande, Majaz.

Tambogrande representa o primeiro caso de consulta cidadã em América Latina com respeito à continuidade do projeto de mineração, obtendo como resultado a oposição ao projeto. Como resposta o atual governo do Presidente Alan García, tem impondo enérgicas medidas em contra das protestas, criminalizando diversas atividades e chamando-as de “anti-mineração”. Até hoje, alguns casos de acusações legais contra membros de grupos comunitários e organizações da sociedade civil, têm sido arquivados por falta de evidências. Por outro lado algumas empresas mineradoras têm agravado as tensões sociais contratando equipes de segurança privadas, várias das quais são acusadas por violações aos direitos humanos (Slack, 2009).

Durante muitos anos o tema da contaminação ambiental ocasionado pela atividade da mineração foi um tema negligenciado, passivos ambientais de décadas atrás continuam até hoje.

Segundo o relatório apresentado pela Direção Geral de Saúde (DIGESA) os recursos hídricos dos rios: Santa (Ancash); Chillón e Rímac (Lima); San Juan (Cerro de Pasco) e Mantaro (entre Pasco, Junín e Huancavelica) se encontram em situação de risco elevado devido à presença de metais pesados, e substâncias químicas provenientes das empresas mineradoras (Arana, 2009). Outro dos impactos mais graves ocasionados pela atividade industrial de mineração é o caso de contaminação por mercúrio da comunidade de Choropampa. A estes casos graves se soma a atual demanda do Estado Peruano por violação aos direitos humanos pelo caso específico de *La Oroya* diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *La Oroya* apresenta excessivos níveis de contaminação por cima dos níveis recomendados nacional e internacionalmente. *La Oroya* é considerada como uma das 10 cidades mais contaminadas do planeta, onde mais do 90% das crianças vivem envenenadas com chumbo, cádmio, arsênio, dióxido de enxofre e outros metais pesados pelas atividades de fundição.

Segundo De Echave et al.(2009), a intervenção do Estado nos conflitos evidencia em primeiro lugar uma presença desigual nos diferentes casos (Tambogrande, Majaz, Yanacocha, Tintaya, Antamina, Las Bambas) e espaços, existe uma destacada intervenção do Estado em determinados conflitos como Tambogrande, Majaz e Yanacocha e outros conflitos com uma mínima ou inexistente como em Antamina e Tintaya. Porém a intervenção do Estado nos conflitos se caracteriza em primeiro lugar por sua aleatoriedade, que evidencia a inexistência de critérios comuns e pelo tanto de um marco normativo que oriente as diversas agencias estatais com os atores envolvidos (De Echave et al., 2009).

Por outro lado a diminuição das reservas de minérios, a depreciação destes recursos e a degradação do meio ambiente não estão sendo considerado dentro das medidas tradicionais do ingresso do setor, tanto no produto nacional neto como no produto interno bruto (Repetto et al., 1989; Hartwik, 1990). As quais estariam sendo subestimadas em detrimento da urgência de obter fluxos de investimentos estrangeiros (Orihuela e Ponce, 2006). Atualmente o Estado peruano não possui um plano ou projeto próprio para seu desenvolvimento, que articule os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. No período de 1991 a 2005, a estratégia neoliberal e a diversificação de exportações intensivas em recursos naturais, foram consideradas como o motor para alcançar o crescimento econômico (Gonzales, 2006).

O Estado peruano tenta cumprir as Metas do Milênio<sup>33</sup>, consideradas o roteiro para que o Peru alcance o desenvolvimento.

## 2.4 Conceitos e Categorias de Análise

O conceito de desenvolvimento permanece ainda ambíguo e cada vez mais complexo, abordando diferentes teorias, definições, organizações e práticas organizacionais. Para trabalhar com esse recorte teórico, precisei considerar três dimensões constantes e convergentes à formação do conceito de desenvolvimento: econômico, social e ambiental. Estabeleci essas dimensões como categorias de análise para orientar a presente pesquisa.

As categorias foram definidas a partir dos conceitos baseados no referencial teórico desenvolvido no item 2.1. A seguir apresento um quadro-resumo que define as três categorias:

Tabela 3 - Conceitos e categorias de análise

(continua)

<b>Categorias</b>	<b>Definições</b>
Desenvolvimento	Constitui um processo multidimensional que procura o bem-estar humano, mediante o estabelecimento e regulação de relações econômicas, políticas e sociais, através de sistemas institucionalizados.
Econômico	Pressupõe que o crescimento de fatores como, industrialização, tecnologia, produtividade, investimentos, emprego e renda são importantes para lograr integração e expansão econômica.

<sup>33</sup><<http://www.onu.org.pe/Publico/odm/odm.aspx>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

(conclusão)

Social	Destaca a geração de riqueza e melhoria das condições de vida material, enfatizando valores como liberdade e democracia.
Ambiental	Considera a natureza como fonte de riqueza que precisa ser garantida para gerações futuras, procurando sua preservação mediante regulamentações e participação de múltiplos atores.

Fonte: elaborado pela autora

### **3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

#### **3.1 Resultados da análise de discurso da política de mineração peruana**

##### **3.1.1 A análise dos discursos do Governo Peruano**

Segundo Fairclough, a escolha por uma ordem dentro da análise pode depender dos propósitos e das ênfases do autor. Nossa ACD aborda as três dimensões analíticas para cada um dos quatro discursos escolhidos, seguindo a progressão global de cada dimensão analítica com seus respectivos itens, considerando as superposições presentes em cada discurso.

##### **3.1.2 Discurso do Ministro Alberto Pandolfi Arbulú**

O discurso do ministro Alberto Pandolfi foi realizado com o objetivo de informar, perante a Comissão do Ministério de Energia, Minas e Pesqueira, a situação na qual se encontrava o setor de mineração naquela época. Após sete anos da implementação das reformas neoliberais adotadas durante o primeiro mandato, as políticas continuaram na mesma direção.

O discurso do ministro Alberto Pandolfi foi apresentado em 1997, diante do Congresso da República, e está dividido em quatro partes. Inicialmente realiza uma introdução histórica, para depois abordar outros itens que expõem o avanço do setor e os delineamentos das políticas implementadas. A apresentação do ministro Pandolfi se destaca por sua extensão e pela quantidade de informação técnica, tendo em vista o fato de o discurso ser dirigido aos congressistas membros da comissão, o que supõe a compreensão do que está sendo dito. Por outro lado, a postura do ministro como produtor e apresentador do texto é positiva, deixando claro durante todo o texto o êxito das medidas adotadas até hoje e, de forma mais implícita, a realização de uma boa gestão. A construção do “eu” e sua identidade social no enunciado ou o *ethos*, é projetada pelo ministro Alberto Pandolfi como a máxima autoridade que representa o setor da mineração no Peru. No entanto, as representações coletivas são evidentes quando o ministro utiliza o pronome “nós”, e a pouca presença de verbos indicativos em plural: “temos” determinam uma fraca apresentação coletiva de sim. Por ser o ministro Pandolfi o apresentador, a exposição é

fluida e não possui interação com os membros do congresso controlando, assim, o conteúdo e a duração do discurso.

Os argumentos utilizados pelo ministro mostram, num primeiro plano, a racionalidade liberal adotada pelo governo de Fujimori desde 1991. Em todo o texto observamos que as sustentações do ministro Pandolfi são de caráter técnico com construções expositivas. A conversão de processos em nomes é denominada por Fairclough como grau de nominalização, que coloca o processo em um segundo plano. Entre os mencionados temos: “processo de pacificação”, “modernização do estado”. Outra fase que caracteriza a análise da gramática é a modalidade que trata do grau de afinidade que existe entre o produtor e as proposições. Quando o ministro Pandolfi afirma: “O Peru, além de ter avançado firmemente a uma estabilidade política, reflete notáveis avanços no progresso de pacificação...”, avalia positivamente as medidas adotadas e os alcances logrados pelas reformas adotadas.

O vocabulário pode ser investigado de muitas maneiras. Conceber uma língua como um vocabulário que é documentado ‘no’ dicionário pode ser limitado, já que o vocabulário aborda três pontos: o significado das palavras, a criação das palavras e as metáforas. A apresentação do ministro Alberto Pandolfi está composta por palavras como: processo de pacificação, estabilidade política, liberalização dos preços, eliminação de subsídios, entorno competitivo, modernização do Estado, as quais podem caracterizar um discurso positivista na área (Pedro, 2006). Essas palavras também podem corresponder às políticas do modelo neoliberal adotado por Fujimori. As palavras relacionadas ao termo de desenvolvimento merecem destaque para o propósito desta pesquisa, as lexicalizações que compreendem processos denominados só por um termo, “desenvolvimento da mineração”, “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento sustentável, programa de desenvolvimento”, “desenvolvimento da indústria de mineração”, “desenvolvimento do país”. Por outro lado o termo desenvolvimento também é relacionado a conceitos de crescimento econômico, progresso, melhora das condições de vida, projetando à indústria de mineração como uma atividade favorável e necessária. A construção lexical do discurso do ministro Pandolfi é majoritariamente técnica, e entre as palavras mais ressaltadas, encontramos: concessões, investimentos, *cadastro*, direito de mineração.

Sabemos que as metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e de discurso. As metáforas utilizadas no discurso do ministro Pandolfi são poucas, devido ao caráter técnico do discurso, entre as utilizadas temos: “programa agressivo”.

O conceito de intertextualidade liga-se à produtividade dos textos, o que significa que os textos e suas estruturas estão baseados em outros textos. O discurso do ministro Pandolfi apresenta um informe das políticas estabelecidas para impulsionar o setor de mineração, mediante a abordagem de políticas de transferência muito similares ao relatório técnico “Uma Estratégia de Mineração para América Latina e Caribe” (1996). O discurso também foi construído baseado em dados e relatórios precedentes, que ofereceram suporte para apresentar os dados que ele expõe. O ministro também faz referência ao desenvolvimento sustentável, termo que foi introduzido em 1980 no documento “Estratégia Mundial para a Conservação do Ambiente”.

A intertextualidade está relacionada à representação do discurso, negação, ironia, pressuposição e metadiscorso, sendo que esses dois últimos itens foram identificados no discurso do ministro. Pressuposição é definida por Fairclough como proposições já estabelecidas. No discurso do ministro Alberto Pandolfi observa-se a utilização de pressuposições quando ele menciona: “modernização do Estado”, o termo supõe que o Estado adota uma série de procedimentos que o ministro dá por implícito; outro termo é “estabilidade política”. Já o metadiscorso distingue-se por distanciar-se do texto. O discurso do ministro apresenta formas de metadiscorso quando utiliza as metáforas e expressões evasivas como: “*sin embargo*”, “assim como”. Percebe-se, ainda, que as características de negação e ironia estão ausentes no seu discurso.

A interdiscursividade também faz parte importante da análise discursiva, pois aborda a questão de como um tipo de discurso é constituído por meio da combinação de elementos da ordem do discurso. Esses elementos, segundo Fairclough, são extremamente diversos e não é fácil definir os diferentes gêneros, estilos ou discursos. Não existe uma lista determinada deles, não obstante, seguiremos os tipos indicados por Fairclough.

As condições das práticas discursivas expõem como os textos podem ser produzidos. Vemos o ministro Alberto Pandolfi como autor responsável pelo texto falado e como reprodutor do mesmo, e a sua posição está representada pelas palavras. O tipo de atividade está definido pela sequência estruturada das ações, que é composta pelos participantes envolvidos. O consumidor do texto pode ocupar distintas posições. Todos os participantes do evento se posicionam como receptores, pela descrição do discurso, não há interação com os assistentes, que se situam tão somente como ouvintes. Podemos dizer que o estilo é oficial e expositivo, já que o ministro Pandolfi é representante do Ministério de Energia e Minas, e já que a apresentação no Congresso é um evento formal. As cadeias intertextuais podem ser muito complexas ou simples, e consistem nas transformações que

podem ser de diversos tipos. O discurso do ministro Alberto Panfolfi pode ser transformado em outros textos como comentários, análises, relatórios.

A análise social, segundo a abordagem de Fairclough, se caracteriza por abordar aspectos como ideologia e hegemonia. A apresentação do ministro Pandolfi realiza um balanço do setor de mineração, abordando principalmente aspectos econômicos, porém, é um discurso técnico. Inicialmente o ministro apresenta como preâmbulo um resumo das mudanças alcançadas pelas reformas estruturais implantadas desde o primeiro governo de Alberto Fujimori (1990-1995):

“A abertura para o comércio internacional, a proibição constitucional de financiar o déficit público através do Banco de Reserva e, por último, a adequação das normas laborais num entorno competitivo”; “O processo de modernização do Estado redefiniu seu rol em uma economia de mercado, assinada em uma função normativa promotora e fiscalizadora”; “Chegando dezembro de 1996 o avanço da privatização no setor de mineração estatal representa 45%”; “Promove-se com êxito o investimento nacional e estrangeiro, o Estado garante a propriedade, o investimento, a remissão de utilidades e a repatriação de capitais, e os investidores estrangeiros recebem igual trato que os nacionais”; “Encontra-se em desenvolvimento um programa de privatização das empresas e ativos do setor, e iniciou-se um agressivo programa de concessões de commodities e serviços públicos”; “A flexibilização das normas laborais e a pacificação do país têm logrado gerar maior harmonia laboral”; “Em 1996 todas as privatizações efetuadas no setor de mineração corresponderam a projetos de unidades de operação da *Empresa Minera del Centro del Peru - CENTROMIN*.”

Essas medidas de corte neoliberal correspondem às reformas introduzidas pelo BM e o FMI (Ugarteche, 2004), políticas que se identificam plenamente com os fundamentos do Consenso de Washington. Esses argumentos são colocados como mudanças acertadas e positivas para o Estado, desta forma o ministro Pandolfi legitima as políticas neoliberais que foram implementadas. Os argumentos também se caracterizam pela auto-glorificação nacional, ressaltando os logros atuais e passados alcançados:

“O Peru, além de ter avançado firmemente na estabilidade política e refletir notáveis avanços no processo de pacificação, tem alcançado importantes progressos na economia, no contexto de um programa sustentado na estrita disciplina fiscal e monetária.”

O discurso do ministro Pandolfi utiliza como referências importantes índices quantitativos e dados estatísticos, evidenciando a defesa das atividades de mineração e seguindo um padrão focado nos benefícios econômicos e no desenvolvimento nacional (Banerjee, 1999):

“Em 1996 a mineração foi o principal setor de exportação, com 45% do valor das exportações”; “Entre os 10 principais produtos de exportação encontram-se o cobre com 17%, ouro com 10% e zinco com 7% do total das exportações. Ocupando respectivamente o primeiro, terceiro e quarto lugar no ranking dos produtos de maior exportação do Peru”; “Com respeito ao *canon* mineiro, o Tesouro Público tem distribuído em 1996 a soma de 21.4 milhões de soles, e este ano está distribuindo 42.6 milhões de soles.”

O ministro Pandolfi também utiliza argumentos que resgatam o enfoque tradicional da mineração desde o ponto de vista da economia neoclássica (Davis e Tilton, 2002):

“O território peruano (...) é um território sumamente agreste, em grande parte difícil, e exige grande despesa para o desenvolvimento de atividades (...) embora esta característica desfavorável seja compensada, em parte, com um grande número de ocorrências de mineração, as quais são uma vantagem comparativa que orienta a política de impulsionar o desenvolvimento da indústria da mineração”; “O conhecimento do território é indispensável, o bem-estar econômico se baseia no uso ótimo dos recursos naturais e no seu profundo conhecimento. O definhamento do mapa geológico é o meio mais importante para obter este conhecimento, para estabelecer políticas, programas de desenvolvimento e planos de investimentos”.

O discurso do ministro Pandolfi também se ocupa do aspecto ambiental, colocando a mineração como uma atividade que pode alcançar algum tipo de balanço com o meio ambiente: “tema do equilíbrio entre meio ambiente e o desenvolvimento da mineração.”

O ministro também se baseia no capítulo “Ambiente e Recursos Naturais”, da Constituição Peruana de 1993 para citar:

“Na constituição (...) aprovada por referendun (...) não só se confirma o direito de gozar de um ambiente equilibrado e adequado para o desenvolvimento da vida, mas também estabelece a necessidade de proteger o meio ambiente promovendo o uso sustentável dos recursos naturais.”

Este argumento baseado na Constituição visa trazer a lei fundamental do país para legitimar o uso sustentável de atividades como a indústria de mineração (ceú aberto). O ministro resgata também a condição na qual a Constituição Peruana foi aprovada - “por referendun” -, evidenciando a forma como foi aprovada. O discurso do ministro utiliza o termo “desenvolvimento sustentável” abordando apenas a questão ambiental:

“Os objetivos do desenvolvimento sustentável da mineração são a adequação ambiental das operações em andamento, eliminação do passivo ambiental histórico e as operações novas sem problemas ambientais; em consequência, esta estratégia de desenvolvimento sustentável se orienta a esses três objetivos, mitigar e eventualmente eliminar os efeitos no meio ambiente das operações...”

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” procura viabilizar a mineração como uma atividade que pode coexistir com o meio ambiente. O termo “desenvolvimento sustentável” foi introduzido com a mudança da Constituição da República, mas o conceito entrou em uso dentro dos círculos políticos após a publicação do relatório da Comissão Brundtland em 1987. As medidas adotadas para controlar os impactos ambientais dentro do conceito de “desenvolvimento sustentável” são criadas para regular uma atividade altamente predadora e contaminante (Evans, Goodman, Lansbury, 2002; Palmer et al., 2010) como já foi referido na literatura, e os passivos no Peru perduram até hoje. Os argumentos e conceitos utilizados no discurso do ministro adquirem um status de consenso. Em resumo, os argumentos utilizados representam os fundamentos do modelo neoliberal - reformas estruturais, privatizações, liberação da economia, investimentos estrangeiros -, todos apresentados como políticas favoráveis, introduzidas por organizações internacionais na política do setor de mineração. O discurso do ministro Pandolfi evidencia um investimento ideológico hegemônico segundo a análise dos argumentos utilizados, as metáforas, lexicalizações e por ter como produtor do texto uma figura chave na projeção da ideologia.

### **3.1.3 Discurso de Glodomiro Sánchez Mejía, Presidente da Comissão de Energia e Minas**

O congressista Glodomiro Sánchez Mejía apresentou seu discurso como parte das exposições no Congresso Nacional de Mineração na cidade de Ica, em 2002, como Presidente da Comissão de Energia e Minas do Congresso da República. Vale ressaltar que Glodomiro seria ministro de Energia e Minas dois anos depois durante o governo de Alejandro Toledo, governo que se caracterizou por representar a volta à democracia depois de Fujimori, e por dar continuidade às políticas adotadas desde os anos 90. A resistência e os protestos contra a mineração a céu aberto incrementaram-se nesse período.

Dentre da análise textual do discurso o tema que indica o ponto de partida do texto é a oração utilizada pelo congressista: “processo de descentralização, regionalização”, e que corresponde ao que pode ser considerada a informação prévia, que projeta uma ideia do que será falado. O tema do discurso de Glodomiرو é uma abordagem da atualidade do setor de mineração relacionado a temas de descentralização e regionalização, e gira em torno da situação atual da atividade de mineração no Peru. A apresentação do congressista é contínua e não possui interação com os assistentes durante toda sua intervenção, visto que o conteúdo e a duração do discurso são controlados por ele. A construção do “eu” no discurso do congressista é expreso pelo uso de termos como: “acredito que...”, “digo isto...”, “me honro em presidir”. As representações coletivas são evidentes quando o ministro utiliza o pronome “nós”, a presença de verbos indicativos no plural determina a apresentação coletiva de sim entre os verbos identificados: “temos”, ”somos”, “pensamos”. A imagem discursiva é projetada pela posição do engenheiro Glodomiرو como congressista e Presidente da Comissão de Energia e Minas do Congresso da República, que avalia e expõe a situação atual do setor peruano de mineração, além de sugerir repetidamente o que deve ser feito com relação a esse setor.

O processo de nominalização na fala do congressista pode ser percebido em: “efeitos multiplicadores”, termo baseado nas teorias que consideram a mineração como promotora de conglomerados; “desenvolvimento equilibrado”, termo possivelmente utilizado pelo congressista para tentar explicar que o desenvolvimento deve ser tanto econômico como social. O discurso do Congresso Glodomiرو se caracteriza também pela modalidade que indica a proximidade do autor do texto com seus argumentos:

“sim de verdade aspiramos a uma efetiva descentralização, faríamos bem para nosso país estimar as exportações realizadas por cada departamento”; “É conhecido por todos a importância da atividade da mineração no comercio exterior ”; “ninguém pode estar em contra de um crescimento macroeconômico”.

O discurso de Glodomiرو se caracteriza por apresentar alguns termos da linguagem empresarial: competitividade, eficiente, vantagens competitivas, responsabilidade social, valor agregado, produtividade, estratégia, criatividade. Segundo Fairclough (2001), o vocabulário é importante em especial pelas lexicalizações, o que significa que novas palavras podem gerar novos itens lexicais. Seu discurso também incorpora alguns itens

lexicais: “cultura cidadã”, “investimento moderno”, “país moderno”, “indústria estratégica”, utilizados para capturar ideias de expressões. Entre as metáforas utilizadas no seu discurso temos: “círculo virtuoso”, “crise dos metais”, “cidadãos de segunda classe”, “boa vizinhança”, “heresia econômica”, “problemas medulares”, “reto e desafio”, “país de larga tradição”, “modelo amigável”, “locomotora de um modelo”.

A intertextualidade do discurso do congressista liga-se à produtividade dos textos, ou seja, o texto apresenta claramente a incorporação de outros textos quando faz referência ao trabalho de Adam Smith, Jorge Basadre, UNICEF e ao Governo do Chile:

“Em 1776 Adam Smith, o pai da economia política, em seu livro “A riqueza das nações”, sustenta que nenhuma sociedade pode ser próspera e feliz se a maior parte da população é pobre e miserável”; “É responsabilidade de todos os políticos, empresários, forças armadas, igreja, trabalhadores, camponeses, que a sociedade civil deve superar o estado empírico ao que se referia Basadre”.

Entre o embasamento dos textos menos evidentes temos:

“50% da população peruana vive em condições de pobreza, definida pelos níveis de ingresso e indicadores de mortalidade infantil, segundo a metodologia da UNICEF”; “A intervenção do Estado na economia se justifica nas chamadas indústria estratégicas, como faz o Chile na indústria do cobre e do petróleo, em função de determinados objetivos nacionais”.

A intertextualidade também está relacionada à representação do discurso do congressista, e apresenta os fenômenos da negação e do metadiscurso, enquanto a ironia e a pressuposição estão ausentes. A negação busca incorporar textos com a intenção de rejeitá-los, e Glodomiro incorpora esse fenômeno quando se refere:

“Embora pareça uma heresia econômica, temos que industrializar a mineração”; “Não se trata de construir escudos tributários para favorecer a determinados setores e/ou empresas, que resultam ter um poder mais forte que o próprio Estado. Trata-se de reconhecer a realidade pura e concreta.”

O metadiscurso sugere que o falante está acima ou fora do seu próprio discurso, oferecendo condições para manipular seu discurso mediante a utilização de metáforas. Uma forma de metadiscurso e de evasiva é a expressão “parece que”. O metadiscurso também se caracteriza pelo distanciamento de si mesmo. No texto identificamos tal situação nos seguintes argumentos:

“Serve de muito pouco fazer a constatação de que o Peru é o segundo produtor mundial de prata e estanho, o quarto produtor mundial de zinco e chumbo, o sétimo de cobre e o oitavo em ouro. A pergunta correta deveria ser: Quanto dos ingressos de exportação gerados pela mineração capitaliza o país via juros e compras à indústria local?”; “Se de verdade aspiramos a uma efetiva descentralização, bem faríamos em nosso país estimar as exportações realizadas por cada departamento, como faz o Chile”.

A apresentação do congressista Glodomiro se baseia em três temas para apresentar uma análise do setor de mineração do Peru: descentralização, regionalização e desenvolvimento sustentável, porém, considero que esta abordagem descreve um discurso geopolítico do setor de mineração peruano. Inicialmente, Glodomiro realiza uma análise do Peru por regiões. Segundo ele, a serra peruana seria uma região afastada do crescimento econômico, urbano e moderno. Ele se vale de argumentos que privilegiam o desenvolvimento segundo a escola clássica, baseada no crescimento econômico e na modernização dos estilos de vida, elevando padrões de consumo:

“Lima, e outras cidades da costa, seguem crescendo a taxas superiores em comparação às cidades mais importantes da serra e do interior do país que, por não alcançar o mesmo dinamismo econômico, não podem superar os obstáculos e limitações para seu desenvolvimento. Porém, os departamentos da serra (...) estão distantes dos centros de decisão e de grande consumo. Em consequência, encontram-se desarticuladas em relação às áreas de maior desenvolvimento econômico”; “As diferenças entre o desenvolvimento relativo dos departamentos da costa e do interior da região mantêm-se invariáveis. Indicadores de qualidade de vida como acesso a serviços básicos, educação, saúde, demonstram que os departamentos da serra do Peru, em particular, encontram-se entre as áreas com menor desenvolvimento”; “A problemática, desde o ponto de vista econômico, poderia resumir-se no crescimento centralizado e urbano e ao mesmo tempo marginal e anti-rural”; “Yanacocha tranquilamente poderia financiar o acesso gratuito de *internet* à juventude (...), oferecendo estágios pagos. Isto significaria compartilhar a modernização com a população.”

Os argumentos utilizados por Glodomiro justificam e promovem o aproveitamento dos recursos naturais como vantagens para obter desenvolvimento: “O desenvolvimento social e econômico de muitas regiões do Peru está ligado aos aproveitamentos da mineração, que devem ser considerados estreitamente relacionados.” E também é salientado o investimento e a intervenção de empresas privadas como caminho único para a obtenção dos minérios. Estas abordagens são compatíveis com a teoria de “desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios”, apontada por Hirschman (1961), que considerava a exploração dos potenciais internos por meio da indução de investimentos externos:

“Trata-se de reconhecer a realidade pura e concreta. A economia da mineração nacional está dominada pelas empresas transnacionais que controlam 65% do comércio mundial, portanto, o Estado tem que negociar com planejamentos estratégicos com as transnacionais que têm os investimentos, a tecnologia, e as sinergias necessárias para a exploração dos recursos naturais”; “Os métodos tradicionais resultaram inviáveis para a exploração de ouro e cobre - hoje essa é a realidade. Isso supõe uma intervenção criativa e inteligente do Estado através da regulação e firme cumprimento da legislação”; “Trata-se, então, de criar riqueza e esta é responsabilidade principalmente privada, considerando-se pouco importante se os investimentos são nacionais ou transacionais. Sua função é criar riqueza, assumindo riscos e inovando.”

O discurso do congressista Glodomiro utiliza argumentos da lógica de mercado para sustentar as condições atuais pelas quais as políticas de mineração devem ser alinhadas:

“Estudos realizados pela própria Sociedade Nacional de Energia, Minas e Petróleo têm demonstrado que os preços dos minérios de hoje são uma fração, comparados aos preços e poder aquisitivo dos anos 50. Isso é grave e afeta a rentabilidade, não só das empresas, mas, também, de outros setores, na lógica de não exportar impostos. Há que se fazer a mineração competitiva frente a nossos vizinhos Chile e Argentina, com medidas promocionais que atraiam o investimento privado.”

O congressista privilegia a visão positivista da mineração, e reduz os aspectos negativos, utilizando os conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social para poder dar continuidade à exploração de minérios, legitimando a mineração a céu aberto:

“Desde nossa ótica promoveremos políticas de mineração sustentáveis, as quais devem estar baseadas na eficiência produtiva, econômica e social; e que, obviamente, se não há utilidades nem ganhos compartilhados entre as empresas e a comunidade local e regional, não existirá sustentabilidade possível”.

O seu discurso se ocupa do aspecto social, segundo ele as empresas mineradoras poderiam chegar a acordos entre as comunidades em que há a presença de mineração, para poder realizar suas atividades de exploração e extração dos minérios:

“É necessário chegar a consentimentos mínimos, acordos nacionais, diálogos permanentes entre o capital e o trabalho com o Estado, entre as empresas e as comunidades camponesas, procurando vantagens mútuas com políticas estáveis.”

Como já foi tratado na literatura, as empresas mineradoras encontraram resistência, e as propostas apresentadas foram rejeitadas muitas vezes, visto que as comunidades não

possuem a mesma conceituação de desenvolvimento que é oferecida.

O congressista, no seu discurso, traslada as responsabilidades sociais para o setor empresarial, estabelecendo uma lógica de retribuição que finalmente beneficiaria ao setor empresarial:

“Certamente as empresas têm como objetivo primário a acumulação e valorização do investimento. De forma indireta, é também uma responsabilidade do setor privado estabelecer a própria estabilidade social e garanti-la a médio e longo prazo para dar continuidade ao negócio.”

O congressista refere-se também ao Estado como um organismo regulador entre os atores envolvidos: “A mineração está se transnacionalizando (...), e se supõe e impõe que o Estado tenha um papel protetor, de defesa do mais débil.” Segundo os argumentos utilizados pelo congressista Glodomiro, o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado ao aspecto social:

“É necessário dar sustentabilidade à mineração, não só com estrito respeito às normas ambientais, mas também obrigando-a a ter uma maior participação nas compras locais, ou impulsionar a confecção de artesanatos, ou induzindo-a ao investimento de atividades reprodutoras”.

O termo “desenvolvimento sustentável” é abordado no discurso de Glodomiro como um meio para promover a mineração (Kirsch, 2009):

“Temos que converter a mineração na locomotora de um modelo econômico sustentável”; “Temos que dar-lhe sustentabilidade econômica e social, a longo prazo e em harmonia com outros setores.”

Por outro lado, o congressista considera a mineração uma atividade que pode ocasionar os mesmos efeitos negativos que outras atividades extrativas, diminuindo e naturalizando seus verdadeiros impactos. Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a mineração é a fonte mais importante de poluição tóxica naquele país, nos últimos nove anos:

“A atividade da mineração, da mesma forma que outras atividades extrativas ou de transformação, gera impactos ambientais nos elementos do ecossistema, especialmente nos meios físicos e biológicos.”

A intervenção do BM nas reformas profundas das políticas de mineração peruana data desde o primeiro período do governo de Fujimori, e as sugestões outorgadas pelo BM continuam como políticas de transferência fielmente aplicadas: “o Banco Mundial tem recomendado incorporar o conceito de regalias aplicando-se uns 3% sobre o valor dos recursos extraídos”.

Resumindo, os argumentos utilizados por Glodomiro colocam a indústria de mineração privada como a fonte para o desenvolvimento da serra peruana. O conceito de desenvolvimento, segundo o congressista, está relacionado à crença de que o investimento de capital é o elemento mais importante no crescimento e desenvolvimento econômico (Escobar, 1995). Essas presunções acerca do que é necessário e desejável determinam um discurso ideológico baseado na racionalidade econômica dominante.

### **3.1.4 Discurso do Ministro Pedro Sánchez Gamarra**

O Ministro Pedro Sánchez fez o seu discurso para encerrar a 29ª Convenção de Mineração - *Expomin*, na cidade de Arequipa. Ele foi convocado, provavelmente, porque é a máxima autoridade do Ministério de Energia e Minas. O discurso do ministro foi elaborado com o propósito de promover o setor de mineração numa convenção internacional. O governo do presidente Alan Garcia, no qual está inserida a gestão do Ministro Pedro Sánchez, se caracteriza pelo forte apoio ao setor da mineração, e é essencial citar que a mineração no Peru é a atividade de exploração mais importante atualmente. No entanto, os projetos de exploração são considerados fonte de conflitos para as localidades envolvidas.

O discurso apresentado pelo ministro Sánchez carece de interação com outro. O conteúdo e a duração são controlados por ele. O *ethos*, relacionado à construção do “eu” e à sua identidade social no enunciado, é projetado pelo ministro Pedro Sánchez como a máxima autoridade do setor da mineração no Peru, e se consideram legítimas as suas declarações. A imagem discursiva se faz evidente quando utiliza sua posição de ministro e avalia determinados fatos como o êxito do evento, e o destaque da posição competitiva do país. As representações coletivas são evidentes quando o ministro utiliza o pronome “nós”, ou verbos indicativos em plural: “temos”, “contamos”, os quais determinam parcialmente a apresentação de sim.

A oração como unidade principal de análise da gramática pode ter combinação de significados interpessoais e textuais. O tema é o ponto de partida do produtor do texto

numa oração e, geralmente, corresponde ao que pode ser considerada a informação dada, informação já conhecida ou estabelecida para os produtores e intérpretes do texto. Os argumentos utilizados pelo ministro mostram num primeiro plano a racionalidade liberal, expondo as qualidades para a exploração dos recursos minerais. Em todo o texto observamos que as sustentações do ministro Pedro Sánchez são geralmente expositivas, destacando superlativamente os aspectos considerados importantes para o evento.

A nominalização pode ser encontrada em: “mineração moderna”, “mineração sustentável”, “vantagens competitivas”, “responsabilidade ambiental”, “responsabilidade social”, “desenvolvimento sustentável”, “potencial minerador”, “mecanismos”. Outra fase que caracteriza a análise da gramática é a modalidade que trata do grau de afinidade que existe entre o produtor e as proposições. Quando o ministro afirma: “Nós demonstramos uma vez mais que somos como bem diz o *slogan* de *Perumin*”, ele expõe uma relação de comprometimento objetiva com o *slogan*, tornando esta afirmação verdadeira. Outra relação de comprometimento é usada quando o ministro Pedro Sánchez define: “as vantagens competitivas que apresenta o Peru, e o tornam atrativo como destino de investimento”, determinando são as características favoráveis que possui o Peru. Podemos dizer que o discurso do ministro Pedro Sánchez utiliza um léxico que se refere muito à linguagem empresarial, por exemplo:

“Hoje, mais que nunca, as vantagens competitivas que apresenta o Peru o tornam atrativo como destino de investimento para as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, devido ao nosso grande potencial em mineração e à nossa sólida economia. Além de representar uma grande oportunidade para todos os peruanos.”

Enfatizando as qualidades do país como um mercado de produtos minerais que possui uma ilimitada oferta de recursos minerais. “Os anúncios de importantes investimentos representam uma ratificação da confiança contínua no desenvolvimento do Peru.” Segundo esta afirmação o ministro Pedro Sánchez relaciona diretamente os investimentos ao desenvolvimento do país, utilizando o enfoque tradicional mencionado por Davis e Tilton (2002).

O *slogan* utilizado pelo ministro - “Peru minerador, um filão de oportunidades” - responde à frase criada e utilizada para denominar a 29<sup>a</sup> Convenção de Mineração, sendo reafirmada pelo ministro quando integrar a metáfora ao discurso. “Peru minerador, um filão de oportunidades” indica a utilização do vocabulário técnico-empresarial, considerando o país como uma fonte de pureza em mineração.

As metáforas utilizadas no discurso do ministro Pedro Sánchez destacam a intenção de colocar as vantagens que oferece o Peru como um país que possui determinadas quantidades de diferentes minérios. A utilização de metáforas menos perceptíveis como: “centro de atenção”, “cenário ideal”, “hoje mais que nunca”, “há muito caminho por percorrer”, “esforço do governo”, também caracteriza o discurso do Ministro.

No seu discurso a intertextualidade é evidente pela incorporação de outros textos como: “a competitividade do Peru é reconhecida... como mostra o índice de competitividade global do *World Economic Forum*, onde passamos do posto 83 ao posto 78.” Esses dados, obtidos do “*Global Competitiveness Report 2008-2009*”, são baseados em avaliações de vários itens que indicariam a competitividade de cada país. Da mesma forma, o ministro faz referência a outros textos quando cita “*Doing Business - 2009*”: “temos também alcançado 10 posições, e agora estamos no posto 59”. Os dados foram igualmente recolhidos do reporte apresentado pelo BM, o qual avalia as regulações para a atividade empresarial baseado em uma série de indicadores. Segundo o ranking apresentado pelo “*Doing Business - 2010*”, o Peru se encontra no posto 56, e no ranking de 2009 o Peru se encontra no posto 65, avançando 9 posições e não 10 como indicou o ministro Pedro Sánchez. Outra sobreposição de textos é referida quando o ministro cita dados estatísticos recolhidos de outras fontes: “15 milhões de soles entre canon, minério, regalia, direito e aporte voluntário.”

A intertextualidade também está relacionada à representação do discurso, negação, ironia, pressuposição e metadiscurso. Estes dois últimos itens foram identificados no discurso do ministro. Pressuposição também é definida por Fairclough como proposições já estabelecidas. No discurso do ministro Pedro Sánchez observam-se a utilização dessas pressuposições quando menciona: “mineração moderna”, o termo supõe que a atividade de mineração possui um conceito novo que pode abarcar uma série de procedimentos que o ministro dá por tácito. Outro termo é “potencial minerador”, esta frase faz referência às reservas de diversos minérios que o país possui. No que se refere ao metadiscurso, que distingue-se por distanciar-se do texto, o discurso do ministro utiliza formas de metadiscurso quando cita metáforas e expressões evasivas como “*sin embargo*”, “assim como”. As características de negação e ironia estão ausentes no discurso do ministro.

A interdiscursividade também faz parte importante da análise discursiva, pois aborda a questão de como um tipo de discurso é constituído por meio da combinação de

elementos da ordem do discurso. Esses elementos, segundo Fairclough, são extremamente diversos e não é fácil definir os diferentes gêneros, estilos ou discursos. Não existe uma lista determinada deles, não obstante seguiremos os tipos indicados por Fairclough.

O tipo de atividade está definido pela sequência estruturada das ações que é composta pelos participantes envolvidos. Neste caso, temos o ministro Pedro Sánchez como palestrante, produtor responsável pelo discurso de encerramento do evento, e é a única pessoa que fala durante todo o discurso. A natureza mesma do discurso não permite uma interação com os assistentes, e eles se situam somente como ouvintes. Podemos dizer que o estilo é oficial, já que o ministro é representante do Ministério de Energia e Minas, e a sua presença outorga um caráter oficial do Estado ao evento. Podemos também qualificar como um estilo expositivo. Quanto ao gênero do discurso, corresponde a uma palestra apresentada para o encerramento da 29<sup>a</sup> Convenção de Mineração, dirigida a pessoas e a entidades envolvidas na mineração.

O discurso do ministro Pedro Sánchez utiliza repetidamente a linguagem empresarial, construindo um discurso técnico-empresarial sobre mineração.

As condições das práticas discursivas do ministro Sánchez são colocadas num contexto social particular. A Convenção Mineradora *Perumin* é um evento que convoca entidades e pessoas relacionadas apenas à área de mineração, muitas dessas com interesses específicos. Assim, o texto foi produzido de maneira particular, considerando o contexto social. Entre as condições das práticas discursivas vemos o ministro Pedro Sánchez como autor responsável pelo texto falado e como reproduzidor do mesmo, sendo que sua posição está representada pelas palavras. Embora o consumidor possa ocupar um conjunto de posições, e cada uma dessas posições pode também ser ocupada de forma múltipla, os receptores seriam todos os ouvintes participantes do evento. Quanto à reprodução do texto, as cadeias intertextuais podem ser muito complexas ou simples e as transformações podem ser de diversos tipos, como artigos, relatórios. O discurso do ministro Pedro Sánchez pode ser transformado em outros textos como reportagens, comentários, análises, informes, artigos acadêmicos. O discurso do Ministro Pedro Sánchez é notável por ser promotor do setor de mineração. As abordagens do aspecto econômico no discurso promovem fortemente o investimento na mineração, destacando os logros alcançados e as vantagens que o setor oferece:

“Os recursos gerados pela mineração e aportados às regiões nos últimos três anos alcançam os 15 milhões de soles entre *canon* mineiro, regalia de mineração, direitos e aporte voluntário”; “Temos outorgado 34 mil direitos mineiros, número que mostra

o enorme interesse dos investidores no Peru”; “No Peru contamos com abundantes recursos minerais, ocupamos os primeiros lugares a nível mundial em produção e temos importantes projetos”; “Tão importante como a promoção interna é a promoção externa, é necessário lograr a aceitação da atividade de mineração em nosso país”; “Convido vocês a continuar trabalhando nesta grande jazida de oportunidades que representa o investimento mineiro no país, com uma profunda responsabilidade ambiental e social que se reflete na redução da pobreza, no desenvolvimento e no bem-estar da nossa comunidade. Agradeço a todos vocês pela participação ativa neste evento e lhes convido a seguir apostando e investindo no Peru.”

O discurso do ministro se caracteriza também pela auto-glorificação nacional, ele cita referências positivas e elogios que têm como objetivo promover o país:

“As vantagens competitivas apresentadas pelo Peru o tornam atrativo como destino de investimento para as empresas privadas, nacionais e estrangeiras, devido ao nosso grande potencial de mineração e à nossa sólida economia”; “A competitividade do Peru é reconhecida pelo mundo inteiro, como mostra o índice de competitividade global do *World Economic Forum*, onde temos passado do posto 83 ao posto 78, e também no *Doing Business - 2009* temos alcançado 10 posições e agora estamos no posto 59”; “No Peru contamos com abundantes recursos mineiros, ocupamos os primeiros lugares a nível mundial em produção e temos importantes projetos como foi indicado aqui. Projetos que são 24 mil, mas hoje se falaram que já são 30 mil, que serão materializados no curto e mediano prazo.”

O ministro também destaca e eleva o evento *Perumin-29* visando promover o setor na procura de maiores investimentos seguindo a lógica do pensamento neoclássico de Nurkse entendia que o Estado pode transformar-se na agência creditícia e no empresário inovador, promovendo a industrialização e o desenvolvimento (Souza, 2009):

“Nestes dias o Peru tem sido centro de atenção da mineração no mundo, e Arequipa tem sido o cenário ideal. Caminhar os 64 mil metros quadrados entre os mais de sete mil participantes compartilhando experiências com as delegações dos 43 assistentes”; “A convenção tem nos convertido, sem sombra de dúvida, no principal evento de mineração na América Latina”; “O sucesso deste evento expressado na participação de investidores, empresários, profissionais e estudantes, assim como os anúncios de importantes investimentos, representam uma ratificação da confiança sustentada no desenvolvimento do Peru que iniciou um retorno firme ao crescimento, apesar dos efeitos da grave crise econômica internacional. Deste evento saímos muito fortalecidos como país, pois os anúncios de investimento são da ordem de 30 mil milhões de dólares que, há alguns anos, teriam sido simplesmente impensáveis”

O discurso do ministro Pedro Sánchez se ocupa do aspecto social e ambiental mediante o conceito de “responsabilidade social”, utilizado como um mecanismo para a

maximização positiva e a minimização negativa dos impactos social e ambiental (Holme e Watts 2000). Não obstante graves problemas sociais e ambientais persistem sem ter solução ou pior ainda os problemas são adiados como nos casos da *La Oroya* e *Choropampa*, onde organismos civis demandam ao Estado Peruano por violação aos direitos humanos. O termo “desenvolvimento sustentável” também é utilizado para abordar a dimensão social e ambiental, visando destacar a indústria de mineração como uma oportunidade que precisa ser aproveitada:

“Representa o investimento mineiro no país com uma profunda responsabilidade ambiental e social que se reflete na redução da pobreza, no desenvolvimento e no bem-estar da nossa comunidade”; “Os projetos desenvolvidos com responsabilidade ambiental e social são uma oportunidade para a luta contra a pobreza, sobretudo nas populações localizadas no entorno dos projetos, propiciando seu desenvolvimento integral e sustentável”; “A variedade de eventos, exposições, rodadas de negócios e apresentações nestes dias, nos fala de uma nova perspectiva, de uma mineração moderna, sustentável e impulsora, com responsabilidade social e respeito pelo meio ambiente”; “O governo tem definido a ordem de inclusão social como um eixo central nas suas políticas e, nesse marco, o Ministério de Energia e Minas promove o desenvolvimento de uma mineração participativa e inclusiva, na qual estejam envolvidos todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento social sustentável das populações.”

A utilização do termo “desenvolvimento sustentável” responde a uma nova lexicalização definida pelo setor de mineração. Não obstante a conceição de desenvolvimento sustentável seguida pelo Estado Peruano não considera custos importantes como a diminuição das reservas de minérios, a depreciação destes recursos e a degradação do meio ambiente (Arana, 2009). Segundo a definição do MMSD, desenvolvimento sustentável consistiria em ser um dos maiores desafios, que busca integrar a atividade econômica com a preservação ambiental, as preocupações sociais e os sistemas eficientes de governança.

O discurso ideológico do ministro Sánchez, baseado numa linguagem empresarial, se torna natural e consegue atingir o status de senso comum. Os argumentos utilizados para promover o setor de mineração industrial se baseiam nas regras de mercado e lógicas competitivas, utilizando lexicalizações que são citadas repetidamente e de forma tácita, entre elas: mineração moderna, confiança contínua, desenvolvimento sustentável, inclusão social, mineração participativa, mecanismo de comunicação.

### 3.2 Resultados da análise de conteúdo da política de mineração peruana

#### 3.2.1 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Cada revista publica mensalmente uma edição, foram revisadas 146 revistas. *Desde Adentro* tem 78 edições publicadas, identificamos 103 artigos durante os últimos sete anos. Foram pesquisadas 71 edições da revista *Mineria*, localizando 43 artigos sobre as narrativas da política de mineração peruana no período compreendido entre 2003-2009. A partir da análise dos artigos das revistas *Desde Adentro* e *Mineria* foi possível distinguir pelo menos quatro artigos, com a intervenção de um representante do Estado peruano falando da política de mineração peruana. Segundo os 146 artigos analisados, observamos que as narrativas correspondem a diferentes autoridades do Estado peruano entre presidentes, ministros, vice-ministros, *premiers*, presidentes de região. *Mineria* apresenta uma quantidade menor de artigos identificados, porque é uma revista técnica que dá preferência aos temas técnicos de exploração e extração, limitando o espaço para a questão política. Ver a listagem dos artigos no anexo 4.

Tabela 1 - Número de artigos por revista, com abordagem em políticas de mineração

<b>Anos</b>	<b><i>Mineria</i></b>	<b><i>Desde Adentro</i></b>
2003	8	10
2004	9	12
2005	4	13
2006	5	13
2007	5	16
2008	7	18
2009	5	21
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>103</b>

Existe uma semelhança entre os artigos das duas revistas em determinados meses, já que as duas revistas abordam temas sobre políticas de mineração em comum, como as convenções, congressos ou eventos relacionados às atividades do setor e onde se teve presença de um representante do Estado peruano. Todos os textos identificados correspondem às autoridades mais representativas do governo peruano e do setor de mineração, pessoas responsáveis pela reprodução das diretivas das políticas de mineração. Os resultados da pesquisa evidenciaram o uso de um léxico similar utilizado para cada ocasião.

Tabela 2 - Classificação por categorias analisadas e códigos identificados

	<b>Códigos</b>
Desenvolvimento	Crescimento contínuo, processo, progresso sustentável, benefício, projeto, econômico social, ambiental, investimento, desafios objetivos, produtividade, bem-estar, potencial.
Econômico	Aporte, políticas, valor agregado, exportações, investimento, <i>canon</i> , regalia, investimento, reinvestimento, utilidades/ganhos.
Social	Investimento, responsabilidade, pobreza, comunidades, população, negociação, compromisso, diálogo, saúde, desigualdade, política, concertação, exclusão, atores sociais, infraestrutura, sociedade civil, conflitos, impacto, gestão, convivência harmoniosa.
Ambiental	Responsabilidade, impactos ambientais, contaminação, sustentabilidade, meio ambiente, gestão ambiental, respeito, políticas, controle, passivos, problemática, padrões internacionais, investimentos.

No que se refere ao critério de desenvolvimento, os termos identificados são os que estão vinculados ao grande tema de desenvolvimento e que se repetem periodicamente. Na totalidade dos textos encontramos a palavra “desenvolvimento” citada frequentemente,

independentemente ou relacionada em grande parte a outras de forma positiva. Entre os termos com maior destaque: sustentável, econômico, social, processos, investimento, progresso, benefício, produtividade.

Segundo o critério econômico, os termos identificados são os que estão relacionados ao aspecto econômico e do setor minerador. Entre os termos mais destacados: investimento, inversão, exportações, *canon*, aporte, ganhos.

O critério social compreende a maior quantidade de termos identificados em relação aos outros critérios. A relação da mineração com o aspecto social é um tema que tomou grande relevância nos últimos anos devido à resistência nas localidades onde há exploração de minerais. Entre os termos utilizados com maior frequência: investimento, responsabilidade, pobreza, comunidades, compromisso social, negociação, diálogo, desigualdade, concertação, exclusão, infraestrutura, conflitos, gestão.

No que diz respeito ao critério ambiental, identificamos os termos que são vinculados ao setor de mineração: sustentável, responsabilidade, investimentos, impactos ambientais, contaminação, meio ambiente, gestão, respeito, controle, passivos ambientais. Com base nos resultados, elaboramos um quadro resumo que codifica e categoriza os termos frequentemente utilizados dentro da narrativa da política de mineração.

Tabela 3 - Categorias da análise e conteúdo

<b>Políticas de Mineração</b>	<b>Categorias Finais</b>
Políticas de Desenvolvimento	Desenvolvimento sustentável
	Desenvolvimento econômico
	Desenvolvimento social
	Desenvolvimento ambiental
Política Econômica	Gestão econômica
	Aportes econômicos
	Indicadores econômicos
Política Social	Responsabilidade social
	Compromisso social
	Problemática social
	Atores sociais
Política Ambiental	Responsabilidade ambiental
	Impactos ambientais

#### **4 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO E ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Este estudo se preocupou por abordar a análise das quatro dimensões, considerando as categorias definidas na tabela 2. As dimensões desenvolvimento, econômico, social e ambiental, foram estabelecidas como categorias de análise para orientar a ACD e a AC, as quais foram identificadas nos três discursos das autoridades e nos diversos artigos revisados das revistas especializadas no tema da mineração. A técnica da ACD permitiu avaliar os discursos em três dimensões: a análise textual, a análise discursiva e a análise social, levando em consideração a sobreposição que existe entre elas. A análise textual identificou os aspectos formais dos textos, e as principais propriedades identificadas nos discursos foram o grau de nominalização, que esteve presente nos três discursos. A nominalização definiu a conversão de processos como: “efeitos multiplicadores”, “mecanismos”, “vantagens competitivas”. As lexicalizações identificadas relacionadas com o termo desenvolvimento foram múltiplas: “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento social”, “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento”, “desenvolvimento do país”, “programas de desenvolvimento”, “desenvolvimento da mineração”. Quanto à identidade social, as três autoridades se apresentam de forma categórica, e não estabelecem interação com seus ouvintes. Nos discursos, os produtores dos mesmos se projetam como os representantes da política de mineração peruana, e possuidores do conhecimento, o que é comprovado através do uso de proposições no modo indicativo. Eles também projetam uma imagem coletiva mediante o uso do pronome “nós”, ou verbos indicativos em terceira pessoa. Na análise discursiva, um dos pontos mais importantes é o da intertextualidade, que ressalta a incorporação de outros textos, como: dados estatísticos, índices de competitividade, ou de uma forma menos clara a incorporação de políticas de transferência aplicadas de organizações internacionais, as quais vão moldando a interpretação do texto. Outra característica da intertextualidade mostrou as autoridades das políticas de mineração como falantes ou produtoras do discurso, capazes de controlar e manipular o conteúdo e a interação com os consumidores desse discurso. O uso da negação e as metáforas também evidenciam outras formas de controle dos discursos.

O objetivo da análise social é especificar a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar porque a prática discursiva é como é, e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social (Fairclough, 2001). Considerando esta definição, a análise social dos discursos evidencia o condicionamento que foram adotando as políticas, a reprodução da ordem do discurso e das relações sociais com respeito aos “impases” que foram surgindo no contexto social.

O discurso de desenvolvimento também inclui lexicalização de palavras como “desenvolvimento sustentável”, que inicialmente alertava sobre o caráter esgotável dos recursos naturais. Segundo o discurso do ministro Pandolfi, as políticas de mineração consideravam desenvolvimento sustentável como o controle e a eliminação de antigos passivos ambientais. Estas políticas foram inseridas pelo BM, o qual definiu em que condições se alcançaria a sustentabilidade necessária para o setor de mineração:

“o conceito de sustentabilidade encerra (...) considerar a substituição de antigas minas por outras dentro do mesmo distrito mineiro, (...) a criação de vilas e cidades produto da atividade de mineração (...) completar o ciclo de exploração até o encerramento da mina” (BM, 1996).

Desta forma, o conceito de “desenvolvimento sustentável” diminui os impactos ambientais entre outros causados pela indústria da mineração, principalmente pela mineração a céu aberto. Uma observação importante sobre este aspecto é destacada por Banerjee (1999), ao considerar que os impactos socioculturais não são quantificados nem considerados dentro da equação dos custos, como também não são considerados os custos relacionados à diminuição das reservas de minérios, a depreciação dos recursos e a degradação do meio ambiente (Orihuela e Ponce, 2006; Hartwik, 1990; Repetto et al., 1989).

Já os discursos do Congressista Glodomiro Sanchez e do Ministro Pedro Sanchez integram o fator social, devido provavelmente aos conflitos que existem há vários anos entre as comunidades envolvidas e as mineradoras. Os discursos destacam um possível “desenvolvimento social” promovido pelas mineradoras. Argumentos que se assemelham ao novo conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo MMSD no ano de 2002, o qual considera os aspectos econômico, social, ambiental e de governança como fatores de sustentabilidade:

“Os maiores desafios enfrentados pelo mundo atual é a integração da atividade econômica com a preservação ambiental, as preocupações sociais e a procura por sistemas eficientes de governança. O logro desta integração pode ser denominado desenvolvimento sustentável” (MMSD, 2002).

Não obstante, as intenções parecem contraditórias com os efeitos. De acordo com o estudo feito por Zegarra, Orihuela e Paredes (2007), só se teriam impactos positivos nos ingressos e gastos meios das famílias urbanas, e não nas famílias rurais, e uma perda da área agrária em detrimento da atividade de mineração. A mineração industrial gera uma baixa taxa de emprego (Glave e Kuramoto, 2002; Barrantes, 2005). Outra referência importante é apontada pela UNCTAD (2008), segundo os dados do Índice de Desenvolvimento Humano, que mostram níveis persistentes altos de pobreza e desigualdade, que não têm melhorado com a recuperação econômica produzida desde a década de 90. Também não se pode afirmar, em termos sociais, que as áreas afetadas pela atividade de mineração tenham se beneficiado com a recuperação econômica.

As análises textual, discursiva e social evidenciaram a apropriação do discurso de “desenvolvimento”, o qual incorpora conceitos, definições e políticas de acordo aos novos desafios que se vão apresentando no setor. A AC foi utilizada como uma ferramenta complementar, que permitiu trabalhar com uma maior quantidade de dados e fazer possível a revisão de diversos artigos entre 1990 e 2008, dando uma visão mais abrangente, embora menos profunda, das dimensões econômica, social e ambiental. Os códigos recorrentes identificados com base nas três dimensões evidenciaram a apropriação de definições como “desenvolvimento” e “desenvolvimento sustentável”, nas políticas peruanas de mineração. Desta forma, a indústria de mineração é considerada de forma tácita como uma atividade de bem-estar, capaz de preservar o meio ambiente, trazer benefícios para as comunidades e gerar importantes aportes econômicos. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso de desenvolvimento apresenta um alto grau de recorrência influenciando as práticas discursivas.

Tanto na ACD como na AC, ficou evidente que as práticas discursivas dos políticos peruanos incorporaram o discurso de desenvolvimento sustentável visando promover e incrementar o setor de mineração, com a utilização de lexicalizações e nominalizações como: “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento social”, “mineração moderna”, “gestão ambiental”. Ou seja, a utilização de termos, conceitos e argumentos presentes tanto nos discursos como nas narrativas descritas nos distintos artigos publicados nas revistas *Desde Adentro* e *Mineria*, evidenciam a incorporação e a apropriação de um discurso

transferido de outros contextos para a política de mineração peruana, privilegiando o modelo neoliberal econômico imposto desde a década de 1990 (Ugarteche, 2004). Os discursos das autoridades foram consequentes com as novas políticas estabelecidas, introduzindo novas ordens de discurso e novas hegemonias discursivas à reprodução das políticas de mineração, rearticulando cumulativamente mudanças estruturais. As novas ordens de discurso incorporadas respondem ao processo pelo qual o conhecimento sobre como políticas, arranjos administrativos de instituições e agências internacionais como BM, IIED, WBCSD, ICMM, MMSD, é usado no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias do contexto político peruano. O conceito de desenvolvimento definido pelo Estado peruano, segundo sua Carta Magna (1993), foi recolhido da definição de desenvolvimento sustentável da Comissão de Brundtland. Esta definição foi introduzida inicialmente durante a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, promovida pela ONU em 1972. Assim, o termo desenvolvimento sustentável foi conceito presente nos discursos das agências internacionais, que influenciaram a formulação de políticas públicas em escalas nacionais (Escobar, 1995). As empresas associaram o conceito de desenvolvimento sustentável dentro de um marco de execução de estratégias orientadas a colocar as empresas como entidades socialmente responsáveis. Assim, CSR delinea as políticas e práticas corporativas, a fim de assegurar a reputação das empresas e seu acesso ao capital, terra e mercados (Hamann e Kapelus, 2004). Desenvolvimento sustentável foi considerado como a maximização do aporte de bem-estar da geração atual, de forma que garante uma distribuição equitativa de custos e benefícios sem reduzir as possibilidades de satisfação de necessidades futuras (MMSD, 2002). Esta definição constitui o *oxymoron* promovido pela “mineração sustentável” (Kirsh, 2004).

As políticas de transferência são hegemônicas porque são lideradas por instituições internacionais como BM, OCDE, FMI e suas agências internacionais. Estas políticas são incorporadas através do Estado e seus aparelhos ideológicos. No decorrer das análises ficou também evidente o caráter hegemônico do discurso ideológico que privilegia principalmente o aspecto econômico. Desenvolvimento foi relacionado diretamente à modernização (Escobar, 1995; Rapley, 2004; Pieterse, 2000) pelos políticos peruanos, considerando a industrialização e a urbanização como questões inevitáveis e necessárias. Somente através do avanço dos materiais, podia o progresso cultural, social e político ser alcançado (Escobar, 1995). Esta visão determinou a crença de que o investimento de capital era o elemento mais importante no crescimento e desenvolvimento econômico. Segundo as

narrativas dos políticos peruanos, a política implementada desde o primeiro período de Fujimori, coloca a indústria da mineração como uma atividade chave para a economia, potencialmente importante enquanto aporte macroeconômico mediante o pagamento de impostos, regalías, *Canon minero*, aporte voluntário. A forte promoção da indústria da mineração estaria identificada com o modelo econômico de Hirschman, que considerava a exploração dos recursos internos um fator importante para o desenvolvimento mediante o financiamento externo.

## 5 CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A temática sobre a relação entre desenvolvimento e mineração foi a minha principal inquietação para o desenvolvimento deste estudo. De fato, os conflitos suscitados entre o Estado, as empresas mineradoras e a população são questões do debate atual e, portanto, optou-se por trazer um enfoque específico para esse tema. Inserido em tal contexto, este trabalho se dedicou a realizar a análise das práticas discursivas da política de mineração peruana, em relação à construção dos discursos de desenvolvimento.

Baseada na análise crítica de discurso e na análise de conteúdo é possível afirmar que as políticas de mineração reproduzidas pelas autoridades do Estado peruano introduziram práticas discursivas sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável desde as reformas neoliberais (Ugarteche, 2004; Campodonico, 1999) implantadas na década de 1990, e que essas se mantêm conseqüentes com as novas ordens de discurso e novas hegemonias discursivas. Os discursos se mantêm consoantes com as mudanças das políticas e essas, por sua vez, alinhadas aos marcos das políticas de transferência. Inicialmente, as grandes preocupações surgiram pelos impasses ambientais, e foi preciso abordar o tema da sustentabilidade (BM, 1997), e da crescente resistência das populações afetadas, enfocando o lado social (Bebbington, 2007; Warhust, 2002).

Acredito que deve ser desenvolvida uma conceição própria sobre desenvolvimento para os peruanos, levando em consideração as diversas conceições culturais sobre desenvolvimento, futuro desejável e direito a decidir sobre o próprio destino descritos por De Echave et al.,(2009) que caracterizam a população peruana, que são resistidas, hibridizadas com formas locais e transformadas em uma produtividade cultural que necessita ser entendidas (Escobar, 1995).

Considero que o atual modelo econômico que seguido pelo Estado peruano esta baseado principalmente na exploração e a exportação primária de seus recursos, sustentado em políticas da economia neoclássica propostas por Ricardo, (1982); Hirshman; (1961); Nurkse, (1957). Acredito que um modelo baseado na exploração de recursos não renováveis constitui uma dependência arriscada, que fornece poucos benefícios para os países produtores de minérios, os quais ficam limitados aos lucros econômicos ou rendas recolhidas através dos impostos (Davis e Tilton, 2002). De fato a falência do sistema

financeiro mundial e a queda dos preços das matérias primas durante o último trimestre do ano 2008 (Baça et al., 2009) prevê uma diminuição da produção, da arrecadação de impostos, recursos do *canon* e o aporte solidário no 2010. Por tanto corresponde ao Estado delinear suas melhores políticas para alcançar o desenvolvimento.

De acordo com a análise dos dados o Ministério de Energia e Minas, seria a instituição que incorpora e executa as políticas de transferência dos organismos internacionais. As dimensões econômica, social e ambiental foram identificadas nas práticas discursivas da política de mineração peruana, consideradas como suas principais preocupações. Nesse sentido, parece que os discursos das políticas de mineração procuram legitimar as práticas da atual indústria de mineração. O uso de conceitos como “desenvolvimento sustentável” e “responsabilidade social” no setor de mineração procura suavizar seus impactos tanto na área social como ambiental, buscando reconciliar interesses opostos. Porém, existiria uma contradição de termos entre “sustentabilidade” e “desenvolvimento”, a qual está baseada em diferentes e incompatíveis suposições (Banerjee, 2003).

Considero que a análise crítica de discurso foi a metodologia ideal para essa pesquisa, mas é importante considerar as limitações sujeitas à aplicação do método em si, e as possibilidades de vieses que podem ter ocorrido durante a análise dos discursos. De maneira diferente, a análise de conteúdo foi uma ferramenta mais objetiva. A construção deste estudo foi prejudicada em função das dificuldades encontradas para coletar os discursos dos representantes da política de mineração peruana, além da indisponibilidade de algumas edições.

Este estudo se preocupou em oferecer uma visão diferente dos discursos da política de mineração no Peru, por meio da pesquisa qualitativa de natureza crítica. Cabe salientar que este estudo não se preocupou pela análise aprofundada das políticas que governam o setor de mineração no Peru, ou pelo estudo das teorias sobre desenvolvimento.

Acredito que este estudo apresente algumas contribuições para a realização de futuros estudos. Nesta pesquisa o foco da análise foi os discursos das políticas de mineração. As práticas discursivas do setor empresarial podem ser incluídas em estudos posteriores abordando, inclusive, a análise no âmbito público/privado, além de considerar

outros setores que envolvam as práticas discursivas das organizações não governamentais e dos organismos da sociedade civil.

Como afirma Fairclough (2001), a análise de discurso poderia ser usada como um método dentro de outros; por isso, o estudo sobre as práticas discursivas das políticas de mineração peruana poderiam ser analisadas utilizando outras metodologias e enfoques.

Seguindo a principal questão deste estudo, acredito que é importante realizar outros tipos de abordagens críticas como pós-colonialismo, indigenismo e feminismo.

Considerando as estratégias delineadas e implantadas em muitos países de América Latina pelo BM (1992) outros estudos podem ser feitos comparando distintos casos entre distintos países como Guatemala, Equador, Peru, Chile Brasil e Argentina.

As revistas e discursos selecionados são somente alguns dos que foram incluídos por questões de acessibilidade. Para trabalhos futuros sugere-se incluir um maior número de discursos, e outras revistas locais e/ou internacionais.

## REFERÊNCIAS

ABUSADA, Roberto. **La reforma incompleta: rescatando los noventa**. Lima: Universidad del Pacifico, 2000.

AMADO, João. **A técnica de Análise de Conteúdo**. Revista Referência. v. 5, Issue: Nov, 2000.

AMIN, Samir. The Millenium Development Goals: A Critique from the South. **Monthly Review**. New York: Março/2006, n. 10, v. 57, Disponível em <<http://www.monthlyreview.org>>. Acesso em: 2 ago. 2009.

ANTONELLI, Mirta. **El discurso de la “Minería Responsable y el Desarrollo Sustentable**. maio, 2009. Disponível em <<https://ramonnavarro.wordpress.com/2009/05/17/el-discurso-de-la-%E2%80%9Cmineria-responsable-y-el-desarrollo-sustentable%E2%80%9D/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ARANA, Marco. **Resolución de Conflictos Medioambientales en la Microcuenca del Río Porcón, Cajamarca 1993-2002**, 2002, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Escola de Graduados. Universidade Católica do Peru. Lima.

\_\_\_\_\_. **"Cuidar el agua, es cuidar la vida" Aportes de la cultura andina a la nueva cultura del agua**. In: DE ECHAVE, José; HOETMER, Raphael; PALACIOS, Mario (Coord.) **Minería y Territorio en el Perú: Conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización**. Lima: Fondo Editorial UNMSM, 2009.

ARBIX, G.; LAPLANE, M. Estagnação Liberalização e investimento externo na América Latina. In: ARBIX, G.; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.) **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo: Unesp, 2000.

ARDITO, W. et al. **Serios Peligros para los Derechos Humanos. La criminalizacion de la protesta em el gobierno de Alan Garcia**. Lima: Aprodeh, 2008. Disponível em: <<http://www.aprodeh.org.pe/criminilizacion/documentos/folletocriminalizacion.pdf>> Acesso em: 20 de Nov. 2008.

ASTE, Juan; DE ECHAVE, Jose; GLAVE, Testino. **Resolviendo Conflictos entre el Estado, las empresas mineras, las comunidades campesinas y los organismos de la sociedad civil: procesos de concertacion em zonas mineras en el Perú**. Lima: Grade, 2004.

ÁVILA, Rocio. **Tambogrande: Conflicto Socioambiental y participación ciudadana.** Lima: Em Páginas, n.174, p. 34-41, 2002.

BACA, Epifanio; ÁVILA, Gustavo; MANSILLA, Hernán. Vigilancia de las Industrias Extractivas 2004–2008. **Reporte Nacional. Área de Vigilância Ciudadana.** Lima: Grupo Propuesta Ciudadana, 2009.

BANCO MUNDIAL, Reporte annual. Washington D.C.: WB, 1978.

BANCO MUNDIAL, **Mining Strategy for Latin America and the Caribbean** D.C.: WB, 1996.

BANERJEE, Subhabrata. Whose Mine is it Anyway? National Interest, Indigenous Stakeholders and Colonial Discourses: The Case of the Jabiluka Uranium Mine. Paper presented at the Critical Management Studies Conference, UK, 1999.

BANERJEE, Subhabrata. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. **Organization Studies**, n. 24, p. 143-180, 2003.

BARAN, Paul. **The Political Economy of Growth.** Monthly Review Press, 1957.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRANTES, Roxana. Minería, Desarrollo y Pobreza en el Perú, o de Cómo Todo Depende del Cristal con que se Mire, In.: Barrantes, R; Zarate, P; Durand (Ed.), **Te Quiero pero no: Minería, Desarrollo y Poblaciones Locales,** Lima: IEP, 2005.

BEBBINGTON, Anthony et al. **Minería y desarrollo en el Peru con especial referencia al Rio Blanco, Piura.** Lima: CIPCA / IEP / Oxfam Peru / Support Group, 2007.

BOOTH, D. **Rethinking Social Development.** Harlow: Longman, 1994.

BOISIER, Sérgio. El Desarrollo Territorial a partir de la Construcción de Capital Sinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Recife, n. 2, p. 39-54,1999.

BROHMAN, John. **Popular Development. Rethinking the Theory and Practice of development.** Oxford: Maxwell, 1996.

BROWN, Kendall. Workers Health and Colonial Mercury Mining at Huancavelica, Peru. **The Americas**, v.57, n. 4, p. 467-496, 2001.

BURY, Jeffrey. Mining Mountains: neoliberalism, land tenure, livelihoods, and the new Peruvian mining industry in Cajamarca. **Environment and Planning**, v. 37, p. 221-239, 2005.

CAMPODONICO, Humberto. Las Reformas Estructurales em el Sector Minero Peruano y las Caracteristicas de la Inversión 1992-2008. **Série Reformas Econômicas**, n.24. Santiago de Chile: Cepal, 1999.

CAMPODONICO, Humberto; ORTIZ, Georgina. Características de la inversión y del mercado mundial de la minería a principios de la década de 2000. **Série Recursos Naturales e Infraestructura**. N° 49, Chile: CEPAL 2002.

CEPAL. **La inversión extranjera directa de América Latina y El Caribe 2009**. Unidad de Inversiones y estrategias empresariales de la División de desarrollo productivo y empresarial de la CEPAL. 2009

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CMMAD. **Nuestro Futuro Comum**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

COWEN M; SHENTON, R. **Doctrines of Development**. London: Routledge, 1996.

CRUSH, J. **Power of Development**. London: Routledge, 1995.

DAFFOS, A.; DE ECHAVE, J.; GLAVE, T. **Resolviendo conflictos entre el estado, las primeras, las comunidades campesinas y las organizaciones de la sociedad civil: procesos de concertación en zonas de mineración**. Lima: GRADE / ECO, 2004.

DANIELSON, Luke. **Breaking new ground: Mining, minerals and sustainable development**. International Institute for Environment and Development. London: Earthscan. 2002. Disponível em <<http://www.iied.org/mmsd/finalreport/index.html>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

DAVIS, Graham; TILTON, John. **Should developing countries renounce mining? A perspective on the debate**. Working Paper. Colorado School of Mines of Economics and Business, 2002.

DE ANGELIS, Massimo. Oxymoronic creatures along the river Thames: Reflections on “Sustainable communities”, **Neoliberal Governance and Capital’s Globalization**. 2007. Disponível em <<http://www.commoner.org.uk/?p=38>>. Acesso em: 30 out. 2009.

DE ECHAVE, José; HOETMER, Raphael; PALACIOS, Mario (Coord.) **Minería y Territorio en el Perú: Conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización**. Lima: Fondo Editorial UNMSM, 2009.

DE ECHAVE, et al. **Minería y Conflicto Social**. Lima: IEP, CIES, CIPCA, CBC, 2009.

DIBNER, B. **Heralds of Science as represented by two hundred epochal books and pamphlets in the Dibner Library, Smithsonian Institution**. Burndy Library and Smithsonian Institution, 1981.

DOS SANTOS, Theotônio. **Do Terror à Esperança - Auge e Declínio do Neoliberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

DURAND, Francisco. **La mano Invisible en el Estado**. Lima: Fundación Friedrich Ebert, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **The making and Unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary. A guide to Knowledge as Power**. London: Zed Books, 1992.

EVANS, Geoff; GOODMAN, James; LANSBURY, Nina. **Moving Mountains: Communities Confront Mining and Globalization**. New York: Zed Books, 2002.

EVANS, Peter. Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 5, p.20-63, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Londres e Nova York: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **Critical Discourse Analysis**. Londres e Nova York: Longman, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Media Discourse**. Oxford: Edward Arnold, 1995b.

\_\_\_\_\_; WODAK, Ruth. Análisis crítico del Discurso. In: VAN DIK, Teun. **El discurso como interacción social - Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 1997.

\_\_\_\_\_. **New Labour, New Language**. Londres e Nova York: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. Londres: Routledge, 2003.

FURTADO, Celso. **El subdesarrollo latinoamericano: Ensayos de Celso Furtado**. Fondo Cultura Económica, 1982.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAVE, Manuel; KURAMOTO, Juana. La minería peruana: lo que sabemos y lo que aún nos falta por saber. In: **Investigación, políticas y desarrollo en el Perú**. p.135-181. Lima: GRADE, 2007.

GONZALES, Jorge. **Crecimiento Económico y Desarrollo Sustentable: El Rol de los recursos naturales en la economía peruana: 1970-2005**. Informe Final. Piura: CIES/ACDI/IDRC, 2006.

GRAULAU, Juana. Is mining good for development?: the intellectual history of an unsettled question. **Progress in Development Studies**, v. 8, n° 2, p. 129–62, 2008.

HAMANN, Ralph; KAPELUS, Paul. Corporate Social Responsibility in Mining in Southern Africa: Fair accountability or just greenwash?. **Development**, nº 47, v. 3, p. 85–92, 2004.

HARTWICK, John. Natural Resources, National Accounting and Economic Depreciation. **Journal of Public Economics**. Vol. 43, p. 291-304, 1990.

HARVEY, Charles; PRESS, Jon. Issues in the History of mining and metallurgy. In: HARVEY, Charles; PRESS, Jon (Ed.) **International competition and industrial change: essays in the history of Mining and Metallurgy 1800-1950**. London: Frank Cass & Co., 1990.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HELLINGER, Daniel. Chile, CIPEC and the Neoliberal Regime in the Production and Trade in Copper. **Meeting of the Latin American Studies Association**, Las Vegas, Nevada, Oct. p. 7-9, 2004.

HIBA, Juan Carlos. **Condiciones de trabajo, seguridad y salud ocupacional en la minería del Perú**. Lima: Organización Internacional del Trabajo, 2002. Disponível em <[www.oit.org.pe](http://www.oit.org.pe)> Acesso em: 20 de Nov. 2008.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOLME, Richard, WATTS, Phil. **Responsabilidad social corporativa: dándole buen sentido empresarial**. WBCSD, 2000.

HUMPHREYS, M.; SACHS, J.; STIGLITZ, Joseph. **Escaping the Resource Curse**, New York: Columbia University Press, 2007.

ILLICH, Ivan. Needs. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary. A guide to Knowledge as Power**. London: Zed Books, 1992.

ĨNIGUEZ, Lupiziño. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

KIRSCH, Stuart. Sustainable Mining. **Dialect Anthropol**. 2009.

- LEYS, Colin. **The Rise and fall of development theory** London: James Currey, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise de discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- MANTEGA, Guido. Teoria da Dependência Revisitada: Um Balanço Crítico, **FGV/NPP**, nº. 27, 1997.
- MARTÍN, Luiza. A fronteira interior - análise crítica do discurso: um exemplo sobre racismo. In: IÑIGUEZ, Lupiziño. **Manual de Análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARTINS, Gilberto. Metodologias Convencionais e não convencionais e a Pesquisa em Administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, nº1, p. 2-6, 1995.
- MEG. **Tendencias de Exploración Mundial, Informe especial del Metals Economic Group para La convención Internacional PDAC**, 2010. Disponível em <[www.metalseconomics.com](http://www.metalseconomics.com)>. Acesso em: mar 2010.
- MONTEIRO, Maurilio; COELHO, Maria C. Mineração e entropia: notas sobre interação com processos de desenvolvimento. **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, nº 1, p. 23-44, jun. 2007.
- MOODY, Roger. **Rocks & Hard Places. The Globalization of Mining**. Canada: Fernwood, 2007.
- MUNARRIZ, Gerardo. Rhetoric and Reality: The World Bank Development Policies, Mining Corporations, and Indigenous Communities in Latin America. **International Review**. 2008.
- NABATCHI, Tina. Assesing Sustainable Developmnet Administration: A Framework and Implications for Organizational Structure. In: FARAZMAND, Ali, PINKOWSKI, Jack. **Handbook of globalization, governance and public administration**, California: Taylor & Francis, 2007.
- NORGAARD, R. **Development Betrayed. The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future**. London: Routledge, 1994.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P. ; GIBBONS, M. **Re-thinking science: Knowledge and the public in an age of uncertainty.** Cambridge: Polity, 2001.

ONU. **Sobre a ONU.** Disponível em <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Declaração do Milênio. Lisboa: ONU, 2000.

\_\_\_\_\_. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Johannesburg: ONU, 2002.

ORIHUELA, Carlos; PONCE, Roberto. **Ingreso Nacional “Verde”: El Caso de La Minería Peruana durante 1992-2004.** XXIV Encuentro de Economistas del Banco Central de Reserva del Perú. Lima: Nov. 2006

PALMER, M. et al. **Mountain Mining Consequences.** Science. Jan 2010.

PECK, Jamie; WAI-CHUNG YEUNG, Henry. **Remaking the Global Economy: Economic-geographical Perspectives.** London: Sage Publications, 2003.

PEDRO, Antonio. Mainstreaming Mineral Wealth in Growth and Poverty Reduction Strategies. **Minerals and Energy Raw Materials Report.** Ethiopia: ECA, 2006.

PERU. Ministerio de Energía y Minas, Anuario Minero del Perú 1996, Lima, 1996.

PERU. Ley del Canon. Ley 27506. Lima: 2001.

PERU. Normas Legales N° 335082. Lima: El Peruano, 2006.

PERU. Ministerio de Energía y Minas. Política Minera. Disponível em <<http://www.minem.gob.pe/descripcion.php?idSector=1&idTitular=158&idMenu=sub149&idCateg=158>>. Acesso em: 30 jun. 2009b.

PERU. Ministério de Economía y Finanzas. Estadísticas Económicas. Disponível em <[www.minem.gob.pe/mineria/estad\\_inicio.asp](http://www.minem.gob.pe/mineria/estad_inicio.asp)>. Acesso em: 30 jun. 2009a.

PHILLIPS, N.; HARDY, C. **Discourse Analysis: Investigating Processes of Social Construction**. SAGE Publications, 2002.

PIETERSE, Jan. My Paradigm or Yours? Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development. **Development and Change** v. 29, p. 343-373, 1998.

PIZARRO, Rodrigo. **A consagração do royalty no Chile. Série Mineração e Desenvolvimento Sustentável**. Nº 2, IIPM/IDRC, 2004.

PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2008.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. New York: PNUD, 2008. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2008.

PREBISCH, Raul. **El Desarrollo Económico de Latino-América y algunos de sus principales problemas**: CEPAL, 1949.

PRESTON, Peter. **Development Theory**. Oxford: Blackwell, 1996.

RAHNEMA, Majid. **The Post-Development Reader**. London: Zed Books, 1997.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em Discurso**. v. 5, n. 1, p. 185-207, Jul./Dez. 2004.

RAPLEY, John. Development studies and the post-development critique. **Progress in Development Studies**, n. 4, v. 4, p. 350-354, 2004.

REDCLIFT, Michael. Pós-sustentabilidade e Novos Discursos de Sustentabilidade. **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 1, p.124-136, 2002.

REDCLIFT, Michael. Sustainable Development (1987-2005) an oxymoron comes of age. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 65-84, Jan/Jun. 2006.

REPETTO, Robert. **Wasting Assets: Natural Resources**. In: Repetto et al., World Resources Institute. Washington DC, 1989.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril, 1985.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problemas da Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. (1943). In: AGARWALA, A. ; SINGH, S. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 251-262.

ROSS, Michael. **Extractive Sectors and Poor**. Oxfam America Report, 2001.

ROSTOW, Walter Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SACHS, Ignacy. How to Handle the Macroeconomics of Oil Wealth?, In: SACHS, J. STIGLITZ, Joseph; HUMPHREYS, (Ed.). **Escaping the Resource Curse**, New York: Columbia University Press, 2007.

SACHS, Jeffrey; WARNER, Andrew. Natural Resource and Economic Growth. **Development Discussion Paper** n. 517. Harvard Institute for International Development, Harvard University, Cambridge, 1995.

SACHS, Wolfgang. One World In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary. A guide to Knowledge as Power**. London: Zed Books, 1992.

SAMAMÉ, Mario. **El Perú Minero**. Lima: INGEMENT, 1979.

SAGUIER, Marcelo. **En el banquillo de los acusados: Empresas Transnacionales y violaciones de derechos humanos em América Latina**. n. 43, Argentina: FLACSO, 2010.

SLACK, Keith. **Conflictos Mineros en el Perú: Condición Crítica**. Washington DC: Oxfam América, 2009.

SCHUURMAN, Frans. Paradigms lost, paradigms regained? Development studies in the twenty century. **Third World Quarterly**. n.1, v. 21, p. 7-20, 2000.

SEN, Amartya. The concept of development. In: CHENERY, H; SRINIVASAN, T. **Handbook of development economics**. North Holland: Amsterdam, 1988.

SEN, Amartya. Trabajo y Derechos. Organización Internacional del Trabajo. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 119, 2000. Disponível em <<http://www.ilo.org/Search3/searchOnFast.do>>. Acesso em: nov. 2008.

SIMON, David. Dilemas of development and the environment in globalizing world: theory, policy and praxis. **Progress in Development Studies**. v.1, p. 5-41, 2003.

SKLAIR, L. **Sociology of the Global System**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **Globalization, capitalism and its alternatives**. 3. ed. Oxford: Oxford University, 2002.

SOROS, George. Foreword. In: HUMPHREYS, M.; SACHS, J.; STIGLITZ, J. **Escaping the Resource Curse**. New York: Columbia University Press, 2007.

SOUZA, Nali J. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SPINK, Mary Jane; MINCOFF, Vera. Práticas discursivas como estratégias de governamentalidade: a linguagem dos riscos em documentos de domínio público. In: INIGUEZ, Lupicínio (Org.). **Manual de análise de discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SVAMPA, Maristella. La disputa por el desarrollo: conflictos socio ambientales, territorios y lenguajes de valoración. In: DE ECHAVE, José; HOETMER, Raphael; PALACIOS, Mario (Coords.) **Minería y Territorio en el Perú: Conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización**. Lima: Fondo Editorial / UNMSM, 2009.

SZABLOWSKI, David. Mining, Displacement and the World Bank: A Case Analysis of Compania Minera Antamina's Operations in Peru. **Journal of Business Ethics**. n. 39, p. 247-273, 2002.

TRUMAN, Harry. **Inaugural Address**. 1949. Disponível em <<http://www.bartleby.com/124/pres53.html>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

UGARTECHE, Oscar. **Adios Estado Bienvenido Mercado**. Lima: Fundación Friedrich Ebert, 2004.

UNCTAD. **World Investment Report 2007**, Geneva: UNCTAD, 2007.

\_\_\_\_\_. **Perú Desafío de la riqueza mineral: utilizar la dotación de recursos para impulsar el desarrollo sostenible**. Geneva: UNCATD, 2008.

VAN DIJK, Teun. **Handbook of Discourse Analysis**. 4 vols. Nova York: Academic Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **Racism in the Press**. Londres: Edward Arnold, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. Londres: Sage, 1998.

\_\_\_\_\_. Política, Ideología y discurso. **Qúorum Académico**. n. 2, p. 15-47, 2005.

\_\_\_\_\_. Critical Discourse Analysis. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (Eds.), **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford: Blackwell, 2001.

\_\_\_\_\_. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: um alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

\_\_\_\_\_. **De la Gramática del Texto al Análisis Crítico del Discurso. Una breve autobiografía académica**. 2006. Disponible em [www.discursos.org/cv/index.html](http://www.discursos.org/cv/index.html). Acceso em: 30 set. 2009.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

WARHUST, Alyson. **Sustainability Indicators and Sustainability Performance Management**. Canada: IIED, WBCSD, 2002.

WBCSD. **Annual Review 2008 - What a way to run the world**. Disponible em <http://www.onu-brasil.org.br>. Acceso em: 24 set. 2009.

WILLIS, Katie. **Theories and Practices of development**. London: Routledge, 2005.

WODAK, Ruth. **Disorders of Discourse**. Nova York: Longman, 2006.

\_\_\_\_\_. De que trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: MEYER, Michael. **Métodos de Análisis Crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

YAKOVLEVA, Natalia. **Corporate Social Responsibility in the mining industries.** Great Britain: MPG Books Ltd., 2005.

ZEGARRA, E.; ORIHUELA, J.; PAREDES, M. **Minería y economía de los hogares en la sierra peruana: Impactos y espacios de conflicto.** Lima: GRADE/CIES, 2007.

## **ANEXO 1- Discurso do Ministro Alberto Pandolfi Arbulú**

Exposición del señor Ministro de Energía y Minas, Ing. Alberto Pandolfi Arbulú.-

Quisiera iniciar mi exposición con una adición y perspectivas de la minería peruana.

El Perú además de haber avanzado firmemente en una estabilidad política y reflejar notables avances en el proceso de pacificación ha alcanzado importantes progresos en nuestra economía en el contexto de un programa sustentado en la estricta disciplina fiscal y monetaria, la liberación de precios y tarifas y eliminación de subsidios, simplificación de tributos y eficiencia de los impuestos; tasas de cambio interés fijadas para el mercado y privatización del sistema bancario y financiero estatal. La apertura al comercio internacional, la prohibición constitucional de financiar el déficit público a través del Banco Central de Reserva y por último la adecuación de las normas laborales a un entorno competitivo.

Acá tenemos los datos que ustedes ya conocen y quisiera coger de este dato el de las exportaciones, donde tenemos 5,962 millones de dólares en el 96; 6,497 en el 97 estimados y 7,004 en el 98. En 1996 los ingresos del gobierno crecieron hasta representar el 13% del PBI. La inversión gubernamental subió al 19% el gasto social se ubicó en orden del 2% del PBI. En el primer semestre del presente año los ingresos del gobierno central aumentaron en 5.6% en términos reales. El Perú ha suscrito acuerdos con el Migan, Opic, el Ciade y además los inversionistas tienen opción de contratar con el Estado estabilidad jurídica, tributaria y administrativa. Se encuentra en desarrollo un programa de privatización de las empresas y activos del Estado y se ha iniciado un agresivo programa de concesiones de bienes y de servicios públicos. A diciembre del 96 el avance de la privatización minero estatal representa un 75%. El proceso de modernización del Estado a redefinido su rol de esta en una economía de mercado, asignada en función normativa promotora y fiscalizadora.

Se promueve con éxito la inversión privada nacional y extranjera, el Estado garantiza la propiedad, la inversión, la libre remisión de utilidades y la repatriación de capitales, los inversionistas extranjeros reciben igual trato que los nacionales. En este contexto el stock de inversión extranjera ha pasado de 1,300 millones de dólares en el 90 a 6,863 millones de dólares a julio de 1997.

El stock de inversión extranjero registrado en Conite es de 6,863 millones de dólares, el stock pendiente de registro 1962 millones de dólares y la inversión extranjera registrada en bolsa 5,263 millones de dólares. La inversión registrada en minería es de mil 122 millones de dólares. La flexibilización de las normas laborales y la pacificación del país han logrado generar mayor armonía laboral.

En el país las horas hombre pedida por huelgas disminuyeron de 15 punto un millones en 1990 a uno 1 punto 4 millones en el 96. Y a julio del 97 hay 144,354 horas hombre perdidas. En el sector minero las horas hombre perdidas disminuyeron de 5.4 millones en el 90 a 0.5 millones en el 96. BHP Tintaya en el Perú firmaron acuerdo de 5 años con sus trabajadores. A julio del 97 no ha habido huelgas ni horas perdidas. En el sector minero como todas las actividades del país se observa un incremento de la producción y la productividad. Creo que ahora si podemos pasar después de describir el marco pasar a lo que es la participación en las exportaciones.

La minería durante el 96 fue el principal sector exportador del país, con el 45% del valor de

las exportaciones. En los 10 principales productos de exportación. Se encuentran el cobre con el 17%, el oro con el 10%, zinc con el 7% del total de las exportaciones.

Ocuparon el primer, tercer y cuarto lugar respectivamente dentro de los productos de exportación del Perú. El plomo ocupa el quinto lugar y la plata el noveno lugar respectivamente. El total distribuido de derechos de vigencia pagado por los titulares de los derechos mineros desde el año 93 hasta el 31 de julio del presente año. Tenemos un total de dólares 14 millones 840,832 que en soles (3) significaba en ese momento 22 millones 905 mil 292, de los cuales los gobiernos regionales recibieron, perdón estos se suman son 14 millones más 22 millones de soles, de los cuales los gobiernos regionales recibieron 13 millones de dólares 839 mil 468 más soles 14 millones 916 mil 237; y los gobiernos municipales Un millón 1,364 dólares y soles Siete millones 989 mil cero cincuenticinco.

Con respecto al canon minero el Tesoro Público ha distribuido en el año 96 la suma de 21.4 millones de soles y en el presente año de 1997 se han distribuido 42.6 millones de soles. Respecto a la distribución del canon podemos decir que nos hemos puesto al día con los montos de los años 92, 93, 94 y 95, habiéndose iniciado la distribución de los montos correspondientes al 96. Creo que el día de hoy tenemos un dispositivo.

Señores congresistas, el día de hoy ha sido publicado un decreto supremo firmado por los señores ministros de Energía y Minas y de Economía y Finanzas, por los cuales se calendariza el pago del canon del año 96 en una suma aproximada de 9 millones mensuales que van a ser cancelados a partir de agosto el canon que corresponde por impuestos pagadas por las empresas el año 96.

Proyectos en exploración intensa:

En relación con los dos millones de dólares que se invertirán en proyectos actualmente sometidos a exploración intensiva y que deben iniciar en breve plazo sus estudios de factibilidad destacan los siguientes:

En Antamina, una vez efectuada la transferencia en setiembre del 96 se han realizado 21 mil metros de sondaje diamantinos que han permitido cubicar 400 millones de toneladas de mineral con 1.2 por ciento de cobre, 1.1 por ciento de zinc, 13 gramos de plata y 0.03 por ciento de molibdeno.

Pierina de Barry Gold ha declarado como total de reservas probadas-probables 6.5 millones de onzas de oro, pero se considera la existencia de un importante potencial adicional. La empresa ha dado a conocer la intención de iniciar en el 99 la producción de 500 mil onzas año.

En el siguiente cuadro tenemos el proceso de privatización en minería. Tenemos a la COPRI que está integrada por los Ministros de Trabajo, que la preside; Energía y Minas; Economía y Finanzas y Presidencia; que son los encargados de establecer las políticas y objetivos, nombrar los miembros de los CEPRIS y aprobar las decisiones claves. Tenemos a la dirección, a la alta dirección y los comités. La alta dirección aprueba los procedimientos, supervisa el proceso y da el apoyo técnico y los comités planifican el proceso, contratan los consultores y ejecutan la privatización.

En los resultados alcanzados a nivel nacional el proceso incluye a más de 200 empresas estatales a nivel país, de los cuales privatizaciones realizadas 135 y empresas en proceso de privatizarse 50. Ingresos por ventas total 7,145 millones de dólares. En ventas en acciones o activos 6,744. En ventas de activos y otros ingresos 28. Concesiones 373. Opción de

transferencia 4. Total de los compromisos de inversión en adición a los ingresos por ventas 7,713 millones de dólares. Estamos hablando prácticamente de 15 mil millones de dólares. Aquí es prácticamente la misma información. La barra negra se ve muy mal, pero en la barra de la izquierda son los ingresos y la barra de la derecha los compromisos de inversión. Año a año desde que se inició la privatización, acumulado.

Y después tenemos en este cuadro los ingresos por sectores: Finanzas, Industrias, Minería, Hidrocarburos, el sector Eléctrico y el sector de Telecomunicaciones que es el que debe ser del orden por lo que aprecio ahí de los 2,700 millones de dólares. Minería que se acerca a los mil millones de dólares. Hidrocarburos del orden de 770 a 800 millones de dólares. Y en este cuadro se muestran los compromisos de inversión que ahí sí se ve que en minería son los más altos. Cerca de 4,700 a 4,800 millones de dólares, seguidos por telecomunicaciones con 2,200 millones de dólares.

El Decreto Legislativo 674 declaró de interés nacional -como ustedes saben- la promoción de la inversión privada en minería con el propósito de desarrollar las empresas mineras y los proyectos en poder del Estado, mediante su transferencia al sector privado estableciendo objetivos básicos de producción e inversión. Generar la confianza de la inversión privada eliminando los privilegios a las empresas estatales en grandes áreas de exploración. El proceso de transferencia de las operaciones y prospectos iniciados en el 92 ha tenido un gran impacto en la industria incrementando la producción de la mayoría de metales, en especial el cobre, oro, zinc, hierro y estaño. A la fecha se han privatizado 24 propiedades lo que ha representado 884 millones en efectivo y 4,690 millones en compromiso de inversión.

Los nuevos propietarios están efectuando inversiones en proyectos que estuvieron paralizados por muchos años, vienen aplicando nuevas tecnologías en la exploración, así como en la ampliación de reservas y la producción. De otra parte las empresas estatales lograron revertir la situación deficitaria en la que se encontraban.

Privatizaciones efectuadas en el 1996:

Durante el 96 todas las privatizaciones efectuadas en el sector minero correspondieron a proyectos de unidades de operación de la Empresa Minera del Centro del Perú, Centromin. El prospecto aurífero Paucaray, Caravelí en Arequipa fue adjudicado el 31 de enero a Inversiones Mineras del Sur, grupo Buenaventura, en 215 mil 500 dólares al contado. El 12 de julio de adjudicó Antamina en Huari-Ancash al Consorcio Inmet Mining Corporation y Rio Alghon por 20 millones al contado y una propuesta de inversión de 13.2 millones en dos años. Para ejercer la opción el consorcio debería realizar una inversión adicional de 2,506.8 millones de dólares.

La Empresa Minera Martunel, filial de Centromin Perú, conformada por las unidades de San Cristóbal y Andachagua y sus concentradoras se subastó al 100 por ciento de las acciones el 18 del julio del 97, y el ganador fue VOLCAN Compañía Minera Sociedad Anónima, empresa minera peruana al ofrecer 127.78 millones y un compromiso de inversión de 60 millones en los próximos cinco años.

Quisiera pasar ahora al tema de lo que es el Registro Público de Minería. La Ley del Catastro Minero Nacional de mayo del 96 perfecciona el procedimiento ordinario minero sólo en cuanto ya no hay respeto relativo, sino absoluto. Gracias a las coordenadas definitivas del propietario. El Catastro Minero Nacional se constituye en el padrón de las concesiones mineras que para todo efecto jurídico determina la ubicación de las concesiones en el territorio nacional.

La Ley de Catastro establece unificar el sistema de ubicación de los derechos mineros otorgados o en trámite anteriores al Decreto Legislativo 708, Decreto Ley 708. Con el sistema de ubicación por coordenadas UTM del Decreto Ley 708, la incorporación de las

concesiones antiguas al catastro se logra a través de un proceso que contempla la incorporación automática de las concesiones que tienen coordenadas definitivas (5) y la publicación y consentimiento a las coordenadas de aquellas concesiones que no las tuvieran.

Lo de hecho minero ya incluidos en el catastro minero nacional sobre concesiones, y en el precatastro denuncios mineros y petitorios en trámite, se encuentran disponibles en mapas a las escalas requeridas así como en forma digital en diskette. Cuáles son los objetivos de la ley del catastro minero:

Consolidar las concesiones mineras mediante su ubicación definitiva en un sistema único.

Reducir y eventualmente eliminar el trámite contencioso del procedimiento o otorgamiento de títulos, otorgar garantías a la propiedad minera y la libre disponibilidad de los derechos adquiridos.

Facilitar la administración de los derechos mineros por el Estado mediante un sistema eficiente y público, que implica transparencia, tiempo y dinero a los inversionistas.

En consecuencia los objetivos de la ley de catastro, son el de favorecer la exploración del territorio nacional y facilitar la consolidación necesaria de la propiedad para el desarrollo de los recursos.

Las funciones del Registro Público son las siguientes: Aplicar eficazmente la ley de catastro minero nacional.

Continuar con el trámite de concesiones mineras por el procedimiento ordinario de la Ley General de Minería y su reglamento.

Registrar los actos jurídicos y contratos relativos a derechos mineros, así como a las personas jurídicas mineras, poderes y otras transacciones otorgando la fe correspondiente.

Desarrollar un sistema de información documental y digital integral actualizado, verificable, accesible y libre de influencias.

En cuanto a la evolución de los derechos mineros tenemos en este cuadro los antiguos al 91, tenemos 31,508 y a la fecha 12,724 y los del decreto ley 708 que comienza el 92 con 640 y actualmente tiene 21,604. O sea que en total tenemos 34,328 derechos.

En cifras acumuladas y en números de derechos podemos ver que la información que acabo de darles de cómo se han ido reduciendo los antiguos y cómo se han ido implementando los nuevos, tenemos en hectáreas los derechos mineros vigentes, los antiguos, los del decreto ley 708 y el hectareaje total.

A continuación tenemos los derechos mineros y sus distribución por hectáreas y por zona geográfica: Ucayali, Loreto, de más a menos y hasta la zona de Arequipa, y el porcentaje que significa el hectareaje total: En el Cusco: 5.63; en Apurímac: 5.54; en Lambayeque:1.13; Moquegua:3.49; Huancavelica: 3.59; Piura: 4.06. Al cierre al mes de julio el 97 se encuentran en trámite 2,384 denuncios con un área de 0.84 millones de hectáreas, la mayor parte de ellos contenciosos, en consecuencia de extenso trámite administrativo y/o judicial.

En 1997 y 98 son los años en que se dará un gran impulso a la solución de los antiguos expedientes, de tal manera de tener antes de fin de siglo una administración minera simple,

clara fluída y libre de conflictos. En cuanto al Instituto Geológico Minero Metalúrgico - INGEMET-, tenemos que sus funciones son la carta geológica nacional que es mapear el territorio nacional, el inventario de los recursos naturales y el difundir la información.

La carta geológica nacional en el año 93 se reorientó el INGEMET exclusivamente a la carta geológica nacional, y a preparar los inventarios de recursos mineros del territorio. La Ley General de Minería en su título preliminar establece: "Que el Estado evalúa y preserva los recursos naturales, debiendo para ello desarrollar un sistema de información básica para el fomento de la inversión". El conocimiento del territorio es indispensables, el bienestar económico se base en el uso óptimo de los recursos naturales y en el conocimiento en profundidad del territorio. El mapeo geológico es el medio más importante para obtener este conocimiento, la información se requiere para establecer políticas, programa de desarrollo y planes de inversión. Y en minería y petróleo la información geológica es indispensable para orientar la inversión privada en la exploración del territorio.

Origen y características del territorio peruano:

Ubicado en la margen occidental del continente asociado al tectonismo de placas presenta una amplia y compleja historia geológica y un territorio montañoso y de difícil acceso por la intensidad del magmatismo registrado en diversas épocas existe un elevado número de ocurrencias minerales. Es un territorio en consecuencia sumamente agreste, en gran parte difícil y costoso para desarrollar actividades, sobre todo el transporte de productos en forma económica.

Sin embargo esta característica desfavorable del territorio por su origen geológico se compensa en parte con un gran número de ocurrencias minerales, lo que es una ventaja comparativa que orienta la política de impulsar el desarrollo de la industria minera.

En cuanto a la base de la carta geológica nacional, durante el presente año se concluirán 50 cuadrángulos que cubren un área de 150 mil kilómetros cuadrados del territorio de la cordillera oriental que es de gran interés para la inversión minera por ser una región virtualmente inexplorada.

A inicios del presente mes se presentaron al público 22 de estos cuadrángulos, los restantes 28 se encuentran en imprenta y se publicarán la primera semana de diciembre. El nivel de avance actual se aprecia mejor si se compara el número de cuadrángulos publicados cada año de los últimos cuatro años con el promedio de publicaciones de las tres décadas del 60 al 80, cuando en promedio se publicaban dos a tres cuadrángulos por año.

En este cuadro el avance de la carta geológica nacional se aprecia mejor en este gráfico, donde se aprecia el notable avance de los últimos cuatro años.

En cuanto a la proyección del avance de la carta geológica, en el presente gráfico se aprecian en rojo la proyección del trabajo para los próximos cinco años, o sea del 97 al año 2001. La meta de 501 cuadrángulos que se piensa culminar en el año 2001 podría adelantarse con los métodos modernos que se vienen implementando de cartografía digital, interpretaciones de imágenes por satélite.

Las facultades de geología realizaron seis nuevos cuadrángulos durante 1995, o sea las universidades han venido trabajando estrechamente con el sector. La Universidad Nacional de San Marcos, San Pedro de Chonta y Singas, la Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, la Rinconada y Putina y la Universidad Nacional San Antonio de Abad del Cusco, en Calca y Anta.

El esfuerzo principal del INGEMET consiste en culminar la carta geológica nacional su primera edición de todo el territorio del país para el año 2001 o antes, y el orden previsto es el siguiente: Primero completar la Cordillera Oriental, después completar la Región Surandino oriental y después completar la región amazónica. El esfuerzo principal y como

señalo es tratar de hacerlo antes del 2001. En cuanto al Consejo de Minería, es el órgano de la jurisdicción administrativa en minería encargada de conocer y resolver en última instancia en asuntos relacionados con otorgamiento de título de concesiones mineras de beneficio, de labor general y de transporte minero. En resumen, extracciones de mineral en agravio del Estado, internamientos en concesiones mineras vecinas o colindantes, incumplimiento de normas de seguridad, higiene minera, incumplimiento de normas sobre medio ambiente.

Adicionalmente el Consejo es el encargado de uniformar la jurisprudencia minera y proponer normas legales para la mejor marcha del subsector minero y opinar sobre asuntos que le sean solicitado. Ejerce las demás funciones que se le asigna a la Ley General de Minería y otros dispositivos legales.

Las resoluciones del Consejo de Minería:

Luego de un exhaustivo análisis del caso de los antecedentes y de las normas legales que regulan el acto, así como los puntos de vistas de los interesados y de sus asesores legales y técnicos en la vista de causa y en la audiencia pública ponen fin a la instancia administrativa minera.

La resolución significa la posición del subsector minería en el campo del derecho administrativo minero. La propiedad de las resoluciones es reconocida por los propios interesados y por el Estado, así lo demuestra el hecho de que un promedio de 2,000 resoluciones que se emiten al año, 200 son impugnadas ante el Poder Judicial, es decir el 10% de las cuales a nivel de la Corte Suprema se han confirmado un 97% y se han revocado un 3%.

Se resuelve esos recursos de revisión en asuntos relacionados al otorgamiento de título de concesiones de beneficio, labor general, transporte minero, formación de unidades administrativas y cumplimiento de los reglamentos de seguridad, minera y medio ambiente. Sobre recursos de revisión relacionados con la extinción de derechos mineros y procedimiento de oposición, sobre recursos de revisión de asuntos relacionados con el desarrollo del procedimiento ordinario para titular concesiones y denuncias de internamiento en concesión minera ajena y otros.

Con la dación de la Ley General de Minería en el año 81, decreto legislativo 109, es que se reestructura la jurisdicción administrativa minera, de tal forma que el Consejo de Minería adquiere atribución de ser el órgano resolutor administrativo de última instancia en asuntos mineros.

Esta importante atribución importó la reestructuración de la conformación del Consejo de Minería integrado de la fecha por 5 miembros, desde esa fecha por 5 miembros: tres abogados y 2 ingenieros de minas o geólogos con un mínimo de 10 años de experiencia y especialización en asunto de minería, y disponiéndose que sus miembros desempeñarán el cargo a tiempo completo y con dedicación exclusiva con reuniones a llevarse a cabo diariamente, lográndose a conformar así un ente dinámico y permanente acorde con el progresivo incremento de la actividad inera en el país.

Desde la reestructuración del Consejo de Minería por el decreto legislativo 109 ha mantenido su estructura y sus funciones, fortalecida al presente ha permitido incrementar sustancialmente la carga de trabajo lo que ha facilitado la atención de 8,000 trámites en los últimos cuatro años, permitiendo la rápida aplicación de la ley de promoción de las inversiones del sector minero, decreto legislativo 708 y la ley de catastro resolviendo los asuntos en los plazos de ley.

El flujo de expedientes en el Consejo de Minería del 82 al 96 y de enero a agosto del 97 se

presenta en los cuadros, apreciándose el incremento gradual de expedientes ingresados los que han sido resueltos oportunamente, prácticamente los casos que tiene actualmente son poquísimos.

De conformidad con el artículo 64 del reglamento de organizaciones y funciones del Consejo de Minería, la Resolución Ministerial 028-82-CM, corresponde al Presidente del Consejo de Minería señalar las causas a verse y el posible orden de ingreso.

Para llevarse a cabo la audiencia se requiere la asistencia mínima de 4 vocales, las audiencias son públicas y los abogados de las partes pueden informar verbalmente previa solicitud escrita, para la emisión de la resolución se requiere un mínimo de tres votos conforme.

Si no se emitiera un fallo dentro de un plazo máximo de 15 días, el Consejo está facultado para designar nueva fecha de esta audiencia y resolverla. El plazo de 7 días tiene (6) como fin que una vez notificado los interesados de ser el caso, solicitan la corrección de error material o ampliación de fallos sobre puntos omitidos en las resoluciones.

Y por último quisiera tocar el tema del equilibrio entre el medio ambiente y el desarrollo minero. Bajo el capítulo del Ambiente y los Recursos Naturales en la nueva Constitución Política del Perú aprobada por Referéndum el 93, precisa que el Estado debe tomar sobre el ambiente y los recursos naturales. La constitución no sólo confirma el derecho de gozar de un ambiente equilibrado y adecuado al desarrollo de la vida, sino que establece la necesidad de proteger el ambiente promoviendo el uso sostenible de los recursos naturales tomando en consideración la importancia del patrimonio ambiental; el gobierno peruano ha dispuesto que los sectores comprometidos adopten medidas cautelares y de protección.

El marco legal destinado a promover el desarrollo sostenible de las actividades mineras comprende, además, de la constitución las siguientes normas generales: El Código de Medio Ambiente y los Recursos Naturales, el Código Penal título XIII, Delito contra la Ecología. Asimismo se han establecido las siguientes normas sectoriales: Reglamento para la Protección Ambiental, Reglamento de Audiencia Pública que regula la participación ciudadana, límites máximos permisibles que definen metas para los programas ambientales, publicación de medidas ambientales para apoyar el cumplimiento de la normatividad, registro de empresas para realizar estudio de impacto ambiental en concordancia con lo establecido en el Código de Medio Ambiente y los Recursos Naturales, modelo de contrato de estabilidad tributaria ambiental que da garantías al inversionista que requiere desarrollar proyectos ambientales, reglamento de fiscalización de las actividades minera energéticas por terceros que permite la realización de la labor de seguimiento del cumplimiento de las normas utilizando empresas consultoras privadas.

Otras normas que regulan en forma indirecta las actividades mineras en aspectos ambientales son las que se muestran en esta lámina: La Ley de creación del CONAM como organismo rector de la política ambiental nacional, la Ley Marco para el Crecimiento de la Inversión Privada que ordena aspectos del Código del Medio Ambiente para evitar confusión entre los inversionistas, la Ley de Áreas Naturales protegidas que establece las restricciones y cuidados especiales que deben tenerse en cada una de ellas, la Ley General de Aguas que incluye dentro de su reglamentación los niveles y calidad de aguas de acuerdo a su utilización, la Ley General de Salud referida principalmente a los objetivos del cuidado del ambiente para la protección de la salud humana, la norma que regula la formalización de la denuncias ambientales para evitar contradicciones entre diferentes autoridades de gobierno, ley orgánica para el aprovechamiento de los recursos naturales que establece los criterios de uso en concordancia con el principio de desarrollo sostenible, la ley sobre la conservación y aprovechamiento sostenible de la diversidad biológica que define los derechos de uso de la diversidad biológica desde el punto de vista de patrimonio del Estado, la ley de evaluación del impacto ambiental para otras actividades que coordina

los esfuerzos ambientales de diferentes sectores y por último la Ley de Fondo Nacional de Ambiente, FONAM, que permitirá financiar proyectos ambientales de interés nacional para la conservación del patrimonio natural de la nación así como para mantener la capacidad productiva de los recursos.

¿Cuál es la política ambiental del sector energía y minas? El Ministerio de Energía y Minas es la autoridad competente en materia ambiental tanto en minería como en hidrocarburos y electricidad de acuerdo a lo que señale el Decreto Legislativo 757, Ley Marco para el Crecimiento de la Inversión Privada. Cumpliendo con este mandato se ha establecido un modelo de desarrollo sostenible que armoniza la protección del ambiente, el desarrollo económico y la explotación urgente de los recursos. En este marco el Estado conserva su rol normativo, fiscalizador exigente en la actividad minera privada y promotor de la inversión, además debe orientar sus esfuerzos hacia la modernización e incremento de la eficiencia y reducción del aparato estatal, ¿cuál es la misión? Lograr el crecimiento del sector sin contaminar, reduciendo sostenidamente sus efectos negativos sobre el ambiente.

Los objetivos para el desarrollo sostenible de la minería son la adecuación ambiental de las operaciones en marcha, eliminar el pasivo ambiental histórico y las operaciones nuevas sin problemas ambientales; en consecuencia, esta estrategia de desarrollo sostenible se orienta a estos tres objetivos, mitigar y eventualmente eliminar los efectos en el ambiente de las operaciones que ya están en marcha en plazos razonables considerando que la paralización de éstas afectaría significativamente el desarrollo del país; identificar y proponer soluciones al pasivo histórico y ejecutar una restauración en base a la gravedad de sus efectos. El pasivo ambiental histórico es producto de más de 400 años de actividad minera ininterrumpida en el país correspondiendo al Estado el asumir responsabilidad de su recuperación y lograr que la nueva operación se construya incorporando todos los elementos necesarios en una operación limpia y que adicionalmente minimice la disturbación del terreno.

Para alcanzar el primer objetivo que son las empresas en marcha, se ha establecido como meta mediante la ejecución de los Programas de Adecuación y Manejo Ambiental, PAMAS. Las operaciones en marcha que presentan problemas ambientales que mejore sus instalaciones y procesos a fin de alcanzar una recuperación del 90% de las emisiones de gas y partículas y una recuperación del 95% del contenido de metales en sus efluentes líquidos, para indicar que en el caso de la emisión de gaseosas el principal efluente que es el SO<sub>2</sub> o dióxido de azufre que es la materia prima de la producción de ácido sulfúrico, las estrategias que se han empleado y se vienen aplicando para llevar esta meta son:

1. Elaborar las evaluaciones ambientales preliminares, las EVAP, como sistema para identificar y cuantificar los problemas ambientales de cada operación.
2. Se ha efectuado una cuidadosa evaluación de los PAMAS mediante la contratación de empresas especializadas y sosteniendo reuniones con cada una de las empresas operadoras.
3. También cada empresa está presentado, al menos, un cronograma mensualizado de los PAMAS para permitir un seguimiento cerrado de sus operaciones y del cumplimiento de sus compromisos; y,
4. Se efectuarán inspecciones de oficio a las diferentes operaciones en adición a la fiscalización regular para verificar el cumplimiento de los PAMAS.

En esta lámina se muestra el trámite de formulación y aprobación de un PAMA. Éste se inicia con la elaboración de un monitoreo de los efluentes de operación con cuyos resultados se elabora la evaluación ambiental preliminar o EVAP. La EVAP que identifica los problemas ambientales de la operación se somete a la aprobación del Ministerio de Energía y Minas, una vez aprobada la EVAP se prepara el Programa de Adecuación y Manejo Ambiental, PAMA, que es el conjunto de proyectos de mejoramiento de procesos e instalaciones para que la operación cumpla con los niveles máximos permisibles en los

plazos autorizados por la ley y la aprobación del PAMA determina la fecha e inicio de su ejecución. En esta lámina se muestra el cronograma y ejecución del PAMA de la industria minera, estos programas contienen las acciones e inversiones necesarias para reducir o eliminar las emisiones o vertimientos y cumplir con los niveles máximos permisibles. El programa debe señalar las acciones y el cronograma de inversiones así como el diseño y ejecución del control de efluentes, los plazos de ejecución en ningún caso exceden los 5 años excepto para los procesos de sinterización o fundición cuyo plazo es de 10 años como máximo. Asimismo el programa debe iniciar un plan de cierre que garantice la estabilidad y recuperación del terreno al finalizar sus operaciones.

En la lámina que se proyecta se observan las inversiones que realizarán las empresas de la minería grande, mediana y pequeña para el cumplimiento del PAMA, la inversión anual mínima se no puede ser menor al 1% del valor de las ventas anuales. Al presente estas inversiones sobrepasan 300 millones de dólares encontrándose a 72 empresas minero metalúrgicas comprometidas a realizar un total de 961 millones de dólares en inversiones para adecuarse a las disposiciones ambientales según los PAMAS presentados al Ministerio de Energía y Minas.

La mayor parte del total, 681 millones corresponden a instalaciones de fundición y/o sinterización con una plazo de adecuación de 10 años y los restantes 280 millones y las demás operaciones con una plazo de adecuación de 5 años. Durante los 5 primeros años de ejecución de estos programas, las inversiones corresponden a la planta de fundición de sinterización totalizarán 330 millones de dólares.

En adecuación ambiental la legislación minera exige una inversión anual mínima como he señalado del 1% a los ingresos, no obstante la importancia de esta cifra en relación a las utilidades, los PAMAS presentados superan este mínimo ya que los 100 millones de dólares promedio anual de PAMAS superan el 3% del valor de venta del sector minero. Las cifras destinadas a la adecuación ambiental no incluyen las inversiones ambientales en los proyectos para nuevas operaciones que verán cumplir desde su inicio con los niveles máximos permisibles de emisión de efluentes líquidos y gaseosos por lo que las inversiones ambientales en las operaciones en construcción o que se construyan en el futuro serán igualmente importantes, destacándose que las empresas en operación son fuentes de trabajo y de divisas y que representan polo de desarrollo económicos en áreas deprimidas y aisladas y que en conjunto resultan indispensables para la estabilidad económica del país.

El segundo objetivo del plan ambiental para el desarrollo sostenible de la minería es la eliminación del pasivo ambiental histórico, habiéndose fijado como meta el iniciar la restauración de áreas afectadas por operación de mineras abandonadas. Para alcanzar esta meta se están elaborando evaluaciones ambientales territoriales, la EVAT que dará lugar a un diagnóstico ambiental de cada área y cuenca evaluada, identificando las posibles soluciones y estimando los costos de ejecución mediante perfiles de proyectos. Los proyectos de esta lista serán priorizados teniendo en cuenta factores como el nivel de contaminación, población afectada y relación costo-beneficio entre otros.

Asimismo con el fin de implementar estos trabajos se buscará el financiamiento mediante sistemas tales como cambio de deuda por ambiente, cooperación internacional y en todo caso por presupuesto del tesoro público si la situación lo amerita.

EVAT en ejecución. El Ministerio de Energía y Minas está realizando el diagnóstico del grado de contaminación atribuible a la actividad minera y analizando el presente alternativa de solución en las siguientes cuencas y áreas. Cuenca del río Mantaro con una extensión de 3 millones 700 mil hectáreas que incluye los ríos San Juan, Yauli, Wari, Yupamayo entre

otros, también incluye el Lago Junín habiendo establecido un diagnóstico de su situación. Cuenca Alta del río Huallaga, con una extensión de 192 mil hectáreas, 504 lagunas, aguas arribas del río Magdalena hasta la línea de cumbres, comprende los ríos Magdalena, Monzón, Higueras, Huertas, Tingo, Apusana, Valdizán, Caracol y Panao. Cuenca del río Rímac con una extensión de 370 mil hectáreas, 191 lagunas, comprende los ríos Santa Eulalia, Blanco, Checra, quebrada Jicamarca, cuenca del río Moche, extensión de 280 mil hectáreas, comprende 28 lagunas y los ríos Virú, Motil, Chota, Otuzco, Sinsicape y Chanchacape. Cuenca del río Parcoy Llaucabamba de 112 mil hectáreas de extensión, comprende los ríos Vias y Lluraqllacu, Musmus, Molinete y las quebradas Castilla de Retama, Castilla de Llacuabamba y Ventanas. Cuenca del río Veacano de 241 mil hectáreas, comprende 53 lagunas y la línea cumbre es hasta la confluencia con el Marañón, los ríos Cutervo o Mangón y afluentes. Cuenca del río Santa con una extensión de 1 millón 495 mil hectáreas comprende desde su nacimiento en la laguna Conococha los ríos Yanayacu, Olleros y Tablachaca. Cuenca del río Mosna con una extensión de 128 mil 500 hectáreas, comprende los ríos Huachuca, Blanco, Rubichinchay, Yanagra, Huamanguay y Caraz. Cuenca del río Pativilca con 478 mil 800 hectáreas, comprende los ríos Quero, Achín, Rapay y Gorgor. Y Cuenca del río Huaura 439 mil 200 hectáreas, comprende los ríos Pampahuay, Checra, Yuracaya y Huananque. Intercuenca Palpa-Nasca-Marcona, extensión 765 mil hectáreas, comprende los ríos Temporales Grande, Tibio, Nasca e Ingenio. Zona Acari-Ocoña, extensión 2 millones 270 mil hectáreas, comprende 63 lagunas (7) Cuenca colectora mayores a cuatro kilómetros cuadrados y la Cuenca de los ríos Sacari, Yauja, Chala, Chapara, Atico, Caravelí, Ocoña, zona Cerro Verde, Yarabamba, Puquina; extensión 621,000 hectáreas comprende río Chili, Vito, Puquinesquine y Alaquia afluente del río Tambo; zona de Madre de Dios extensión 10 millones de hectáreas comprende el río Madre de Dios y sus cuencas del Punquiri, Colorado, Huepetue, Caichihue, Inambari, Marinoski y Tambopata; también se han estudiado la zona Yamane en Puna que es explotada por oro desde hace más de cien años, el estudio cobre extensión de 150,000 hectáreas comprendiendo la Cuenca Alta del Río Carabaya y la laguna Rinconada.

El tercer objetivo del plan ambiental para el desarrollo sostenible de la minería es contar con operaciones nuevas que prevengan desde su diseño las medidas para la protección del medio ambiente. Como meta para este objetivo se ha planteado el lograr que el 100% de las operaciones nuevas cumplan con los niveles máximos permisibles, esta meta se debe alcanzar a través de la elaboración de los estudios de impacto ambiental confiables; es decir, estudios basados en suficiente información del área efectuados siguiendo los procedimientos establecidos en las guías ambientales en plano consultoría calificada, para este efecto se han elaborado guías ambientales con el apoyo de consultores internacionales las que sirven como soporte técnico para el desarrollo de los estudios.

Por otro lado para asegurar la calidad de los análisis ambientales se exigirá la acreditación de los laboratorios que efectúen los muestreos para estos estudios. Adicionalmente, cumpliendo con el derecho de participación ciudadana se ha establecido la obligación de presentar en audiencia pública todos los estudios de impacto ambiental, lo que enriquece estos estudios al recibir el aporte del público en general y en especial de los involucrados directamente en el proyecto.

El presente flujograma detalla los pasos para la aprobación de un estudio de impacto ambiental, el cual finalmente debe ser aprobado por el Ministerio de Energía y Minas antes de la ejecución de las obras.

Los EIAs deben ser aprobados antes de iniciar la etapa de explotación y/o beneficios de

nuevos proyectos y en las ampliaciones que excedan el 50% de la capacidad instalada. Los estudios deben comprender los efectos predecibles sobre el ambiente, incluyendo los aspectos físicos naturales biológicos, socio económicos y culturales, y las medidas de control en investigación de tales efectos. En el proceso se advierte la importancia que se da la participación ciudadana, siendo necesaria la administración de una audiencia pública como uno de los requisitos para obtener la autorización.

Por otro lado, las operaciones en marcha que tenían problemas de contaminación como Cerro Verde, Milpo, Perugar y otros se encuentren en base a la ejecución de sus PAMAS en franco proceso de reducción de sus problemas de contaminación. Cabe destacar el caso del lago Junín que en base a los trabajos efectuados por la Unidad Minera de Cerro de Pasco - CENTROMIN PERÚ, y Colquijirca de Minero Local han dado como resultado la reducción de los niveles de contaminación en el río San Juan, principal afluente del lago.

#### Avances Efectuados:

Para el logro de los objetivos del plan ambiental para el desarrollo sostenido de la minería se ha requerido dar una serie de pasos previos, orientados al fortalecimiento del marco normativo institucional el Ministerio en aspectos ambientales. En esta lámina se presenta un esquema que resumen estas acciones las que se inician en marzo del 92 con la creación de la edición general de asuntos ambientales, dictando luego normas claras destinadas a ordenar las obligaciones ambientales en este sector de la producción. En cumplimiento de dichas normas las empresas iniciaron medidas de corrección, mitigación y prevención de la contaminación ambiental, lo que ha significado nuevas inversiones que fueron estimuladas por los buenos resultados obtenidos por empresas que ya también aplicaron sistema de protección ambiental.

También se fijaron los niveles máximos permisibles de emisión y contaminantes, y se han elaborados protocolos y días ambientales para apoyar el cumplimiento de la normatividad. En base a estas acciones se han procedido a reglamentar y poner en marcha los sistema de elaboración de los estudios de impacto ambiental, el de los PAMAS y de los demás del sector, paralelamente se ha desarrollado un programa de capacitación mediante la difusión de guías ambientales. En cuanto a los máximos permisibles hasta el 91 los únicos standares existentes en el Perú eran los de calidad del agua establecidos por la Ley General de Agua del año 69, fijados con criterios similares a los de los standares internacionales.

En el sector energético minero el Ministerio de Energía y Minas es la autoridad competente de fijar los niveles máximos permisibles de fluyente líquidos y gaseosos, así como de supervisar que esto no sean superados a fin de alcanzar el desarrollo sostenible del sector. Esta lámina nos muestra el límite máximo permisible establecidos por la emisión de fluentes líquidos de las actividades mineras metalúrgicos, la acidez, los sólidos en suspensión: plomo, cobre, zinc, fiero, arsénico y cianuro, en totales.

De igual forma, en esta otra lámina esta mostrando los límites máximos permisibles de emisión de gases y polvos establecidos por el sector minero. Se señala adicionalmente los valores de calidad de aire que deberán alcanzarse en las áreas pobladas relacionadas a las actividades minero metalúrgicas, estos últimos límites se basan en la propuesta del sector salud que están los concentrados promedios, geométrico anual, aritmético anual y medio aritmético y de acuerdo al volumen el procesado de azufre el SO<sub>2</sub>, las partículas de plomo y el arsénico, (ininteligible) miligramos por metros cúbico.

Y, por último donde están los Protocolos y guías ambientales que se han publicado es otra de las herramientas importantes para apoyar el cumplimiento de la normatividad ambiental del sector. En cuanto a los protocolos ambientales elaborados y publicados por la Dirección

General de Asuntos Ambientales sólo de monitoreo y de calidad de agua y de monitoreo de calidad de aire y admisión, los mismos que son de cumplimiento obligatorio para permitir contar con datos confiables y comparables de calidad de efluentes.

Por otra parte, las vías ambientales contienen diversas normas técnicas de ingeniería que deben aplicarse en la etapa de diseño y construcción de un proyecto para evitar desde un principio los problemas de contaminación. Estas presentan también procedimientos orientados a reducir problemas ambientales que pueden ser tomados como modelos de buenas prácticas operativas. Esta lámina presenta los títulos de más de 12 días ambientales publicadas por el Ministerio de Energía y Minas.

Y, en cuanto a las acciones pendientes, como se ha podido apreciar el avance general de las acciones para implementar la política ambiental del sector ha sido creemos que considerable, pero quedan acciones que deben completarse para mejorar la capacidad del manejo de esa política. Entre estas acciones se encuentran concluir las líneas de base ambiental, que son las evaluaciones ambientales territoriales mediante el estudio de cuencas con influencia minera, compilando esta información con los originados por los EVAP, PAMAS y estudio de impacto ambiental, y el monitoreo efectuado por las empresas, en base a esta información establecer el diseño del programa nacional de restauración del pasivo histórico ambiental de origen minero, instalar el sistema de monitoreo de información mental que permitirá el manejo eficiente de la información facilitando el control y apoyando la ejecución de proyectos ambientales, y por último establecer la organización final de la Dirección General de Asuntos Ambientales como ente encargado de administrar la política ambiental del sector.

**ANEXO 2 - Discurso do Engeneiro Glodomiro Sánchez Mejía, Presidente da  
Comissão de Energia e Minas do Congresso da República**

Regionalización y Desarrollo Minero 4to. Congreso Nacional de Minería- Ica Setiembre  
2002

Señor Presidente del 4to. Congreso nacional de minería, señoras y señoras:

Agradezco la invitación a tan importante evento para intercambiar información y exponer sobre uno de los problemas medulares de la sociedad y economía peruana, tal vez el más importante y actual. La descentralización, regionalización y el desarrollo sustentable a partir de la visión del más importante sector de la economía peruana, el de energía y minas.

La problemática regional en nuestro concepto tiene 2 vertientes. De un lado esta el aspecto económico y del otro esta el aspecto político y ambos están muy ligados por la importancia que tiene el estado y el gobierno para dirigir la economía nacional a través de las políticas económicas.

Esta problemática desde el punto de vista económico podría resumirse en el crecimiento centralizado y urbano y al mismo tiempo marginal y antirural. Ello significa que mientras lima y las ciudades crecen, el campo no crece. En consecuencia, la pobreza y la marginación están concentrados en lugares donde no se ha podido articular a los sectores dinámicos que hacen que la economía crezca

Por otro lado, desde la óptica política aparece un estado demasiado centralizado en la capital de la república y en las capitales departamentales. Por tanto, a través de la regionalización, se busca resolver esta problemática haciendo que el estado transfiera su capacidad de decisión al resto de todas las regiones y no tener a Lima, a las capitales departamentales y a toda la costa como escenario dominante en la toma de decisiones.

Pese a las reformas estructurales que se han implementado en la ultima década, lima y las ciudades de la costa siguen creciendo a tasas superiores a las de las ciudades más importantes de la sierra y del interior del país, las cuales, al no alcanzar el mismo dinamismo económico, no pueden superar los obstáculos y limitaciones para su desarrollo.

Estas zonas del país, de las cuales los departamentos de la Sierra son su expresión más concreta, están alejadas de los centros de decisión y de gran consumo. En consecuencia, se encuentran desarticuladas respecto a las zonas de mayor desarrollo económico relativo de la costa y la capital.

Al mismo tiempo, las diferencias de desarrollo relativo entre los departamentos de la costa y el interior de la región se han mantenido invariables. Indicadores de calidad de vida como el acceso a los servicios básicos, educación y salud, demuestran que los departamentos de

la sierra del Perú, en particular, se encuentran entre las zonas de menor desarrollo relativo del país, exhibiendo niveles inclusive inferiores a los que se registran en la selva.

#### El Paradigma del Desarrollo y la Actividad Minera:

El reto y desafío de nuestro país es la construcción de la cultura ciudadana, es decir de peruanos con derechos por exigir y obligaciones por cumplir. No puede existir país moderno con ciudadanos de segunda clase, con peruanos que son discriminados por razones económicas, étnicas y culturales. En 1776 Adama Smith el padre de la Economía Política, en su libro "La riqueza de las naciones" sostuvo que: *ninguna sociedad puede ser próspera y feliz si la mayor parte de la población es pobre y miserable*". Este es el reto y desafío al cual nos enfrentamos con un 50 por ciento de la población peruana bajo condiciones de pobreza sea esta definida por los niveles de ingreso e indicadores de mortalidad infantil según la metodología del UNICEF, o por la estimación de las necesidades insatisfechas (inei). De nosotros depende encontrar el círculo virtuoso, que nos permita alcanzar el desarrollo y el bienestar, con un crecimiento económico con redistribución social.

Se trata entonces de crear riqueza y esta es una responsabilidad principalmente privada, no importando si los capitales son nacionales o transnacionales. Su función es crear riqueza, asumir riesgos e innovar como diría Schumpeter, el gran economista austríaco.

Es una responsabilidad del estado la redistribución de la riqueza para capitalizar en un sentido amplio al país, a través del desarrollo del capital humano, el capital tecnológico y los recursos naturales. Ello solo se logrará cuando exista una eficiente recaudación tributaria para satisfacer las crecientes necesidades sociales, en particular de educación, salud, seguridad, e infraestructura.

En este contexto debemos revisar la concepción de la subsidiaridad del estado en la economía tal como lo propone el discurso neoliberal suponiendo la existencia de mecanismos automáticos del mercado como asignadores de los recursos. Creo que la intervención del estado en la economía se justifica en las llamadas "Industrias estratégicas" como lo hace Chile en la industria del cobre y del petróleo, en función de determinados objetivos nacionales.

Desde este punto de vista que es el interés nacional, de las regiones y de los usuarios, es de necesidad defender en esta época de turbulencias, de incertidumbres, de una recesión internacional donde las esperanzas se centran en la recuperación de la economía norteamericana, el poco ahorro interno que generan las empresas públicas, desde la perspectiva de preservar el mayor valor de retorno, es decir los excedentes económicos que capitalizan el país a través de impuestos realmente pagados, compras realizadas a la industria local y sueldos y salarios desembolsados.

Sirve de muy poco hacer la constatación que el Perú, es el 2º productor mundial de plata y estaño, el 4º productor mundial de zinc y plomo, el 7º de cobre y el 8º de oro. La pregunta correcta debiera ser ¿cuánto de los ingresos de exportación generados por la minería capitalizan el país vía impuestos y compras a la industria local? ¿cuánto de las inversiones realizadas por la minería se articulan con el conjunto de sectores creando empleo indirecto a través de efectos multiplicadores? Que duda cabe reconocer que somos un país minero, de larga tradición, con más de 3,000 años de explotación minera y metalúrgica, y apenas si se

habrán utilizado según los geólogos el 7 por ciento del potencial minero.

Es de todos conocido la importancia de la actividad minera en el comercio exterior en la generación de divisas, que representan como promedio el 50 por ciento de las exportaciones, con más de us\$ 3,300 millones de ingresos de exportaciones el año pasado. Sin embargo, ello no basta. Tenemos que convertir a la minería en la locomotora de un modelo económico sustentable, amigable con el medio ambiente y receptivo y respetuosa de los intereses tradicionales de las poblaciones andinas. De allí la importancia del evento, sobre " Regionalización y Desarrollo Minero" pues debemos asumir que por su propia naturaleza la actividad económica de los subsectores de minería, hidrocarburos y electricidad están descentralizados.

En la teoría y realidad del desarrollo, las experiencias de países que ayer fueron pobres y hoy son prósperos, radican en la creatividad, en la transformación de las materias primas, en dotar de un mayor valor agregado a las materias primas, sean éstos productos mineros, agrarios o pesqueros para enfrentar las tendencias depresivas de los precios internacionales.

Ante la experiencia de los últimos 50 años en nuestro país con una caída secular del producto, ingreso, de la inversión y exportación per cápita se impone la necesidad de políticas pragmáticas que debieran existir en las relaciones entre el estado y el mercado, respetando la identidad nacional. Esta es la experiencia de los llamados Tigres del Asia que en los últimos treinta años han desarrollado "ventajas competitivas", insistiendo en masivas inversiones en educación, y en el desarrollo de la ciencia y tecnología.

El hecho de poseer en abundancia los recursos naturales (para el nuevo pensamiento económico y la realidad palpable de América Latina con experiencias de industrialización trunco y fallidos), más que una ventaja constituye una desgracia. El éxito de los nuevos países ricos, entre ellos los llamados Tigres del Asia, Japón, y en América Latina en tránsito hacia el desarrollo de nuestro vecino del sur Chile, radica en que teniendo limitados recursos naturales, han alcanzado la prosperidad desenvolviéndose en un círculo virtuoso de crecimiento económico con redistribución social económica de la riqueza, teniendo como base la industrialización, el desarrollo del valor agregado, y el desarrollo de la ciencia y tecnología aplicada a la industria. Y, a nivel político geográfico existe una mayor integración y descentralización en la toma de decisiones políticas y económicas.

En tal sentido, es responsabilidad de todos, políticos, empresarios, fuerzas armadas, iglesia, trabajadores, campesinos, es decir de la sociedad civil, el superar el estado empírico al que hacía referencia Jorge Basadre, por un estado descentralista, para eliminar "los altos costos de transacción" que no hacen competitiva ni eficiente nuestra economía. Hasta cierto punto, podemos asumir que resulta un malestar haber tenido tantas riquezas naturales. Allí están la experiencia del oro y plata colonial, la historia del guano y del salitre, del caucho, del cobre, de la harina de pescado, y el reciente "boom minero".

Digo esto, tomando como ejemplo el departamento de Pasco que posee casi todos los recursos minerales, tales como: oro, plata, cobre y zinc, donde hasta la fecha no se aplicó ningún plan referencial regional de desarrollo ni se benefició con los más de 100 años de explotación minera. En tal sentido, si de verdad aspiramos a una efectiva descentralización bien haríamos en nuestro país, estimar las exportaciones realizadas por cada departamento como lo hace Chile con cada región, ello nos permitirá observar el grado de integración con el mercado mundial y la participación de cada departamento y su importancia relativa.

### Descentralización y Recursos Fiscales:

Con un estado que nunca tuvo los recursos fiscales suficientes para cumplir con sus obligaciones con la sociedad, en particular con los sectores más pobres no es posible desarrollar el país.

Allí, juega un papel trascendente la transparencia de la información sobre la tributación, los estados financieros de las empresas y los contratos de estabilidad tributaria. No se trata de construir escudos tributarios para favorecer a determinados sectores y/ o empresas que resultan tener un poder más fuerte que el propio estado. Se trata de reconocer la realidad, pura y concreta. La economía minera nacional está dominada por las empresas transnacionales que controlan el 65 por ciento del comercio mundial. Por tanto, el estado tiene que negociar con planeamientos estratégicos con las transnacionales que tienen los capitales, la tecnología y las sinergias necesarias para la explotación de los recursos naturales.

Solo así es posible entender la explotación de Yanacocha, Pierina, Antamina, Antapite, etc. Que con los métodos tradicionales de explotación de oro y cobre resultarían inviables. Hoy son una realidad, y ello supone una intervención creativa e inteligente del estado a través de la regulación y fiel cumplimiento de la legislación, en particular ambiental.

La experiencia internacional señala que en países con un valor de la producción anual de bienes y servicios (pbi) de us\$ 55 mil millones, con una población de 26 millones, la presión tributaria fluctúa entre un 18 a 22 por ciento. En nuestro país, esta es menor al 13 por ciento, y ello es grave en la medida que el estado no tiene los recursos suficientes para financiar los gastos de educación, salud, seguridad ciudadana, infraestructura, pensiones decentes a los jubilados etc.

En estos momentos que iniciamos un nuevo milenio, nadie puede estar en contra de un crecimiento macroeconómico equilibrado, en la promoción de la inversión privada nacional e internacional, en el desarrollo de las ventajas competitivas, en la continuación de las reformas estructurales que capitalicen el país, en la generación de empleo productivo, en la lucha contra la pobreza. Se trata de integrarnos a la globalización con una modernidad no excluyente sino democrática y descentralista.

Se está abriendo un nuevo ciclo económico mundial, con nuevos competidores agresivos como china y rusia que pugnan y compiten en el mercado mundial, los llamados tigres del asia, más los problemas resultantes de los fundamentalismos musulmanes que cuestionan la hegemonía occidental.

En tal sentido, la llamada crisis de los metales con los deprimidos precios del zinc, cobre, hierro, nos muestra una vez más la grave dependencia y vulnerabilidad externa de nuestra economía. Seguimos el ritmo de la demanda internacional de recursos primarios y de las cotizaciones internacionales, como en los años cincuenta. Estudios realizados por la propia "Sociedad Nacional de Minería, Energía y Petróleo" han demostrado que los precios de los minerales de hoy son una fracción expresados a los precios y poder adquisitivo de los dólares de los años cincuenta. Ello es grave y afecta la rentabilidad no solo de las empresas sino del país en su conjunto.

Por eso es de necesidad prioritaria asegurar las inversiones no sólo en la minería sino también en otros sectores, en la lógica de no exportar impuestos. De hacer competitiva la minería frente a nuestros vecinos Chile y Argentina, con medidas promocionales que

atraigan la inversión privada, que graven los resultados y no las actividades exploratorias. En este sentido, la responsabilidad de las regiones radicarán en asegurar la estabilidad política estableciendo relaciones de "buena vecindad" con las empresas privadas, de mantener un marco y una política tributaria responsable.

#### Los Retos de la Descentralización:

El reto de construir ciudadanía y democracia, peruanos con derechos y deberes, supone desterrar el 12 por ciento de analfabetismo básicamente campesino, los niveles de ingresos, educativos y de salud de la población. Esta es una responsabilidad del estado, de los sectores de mayores ingresos.

Si bien las empresas tienen como objetivo primario la acumulación y la valorización del capital, es decir obtener ganancias, de manera indirecta es también una responsabilidad del sector privado, por la propia estabilidad social y la garantía a mediano y largo plazo de la continuidad del negocio. Es decir, por los propios intereses empresariales del sector privado no resulta aceptable la generación de polos o enclaves de riqueza en medio de una generalizada riqueza.

Sirva de ejemplo, la actividad minera que se desarrolla a lo largo y ancho del país. Las empresas mineras se desarrollan básicamente en el área andina, sobre los 3 mil metros, pero también está en las regiones del oriente a través de las explotaciones de oro y en menor medida en la costa.

Por obligación material las propias empresas tienen que construir sus campamentos, vías de acceso, electrificación, puentes etc. Que desde hace mucho tiempo son deducibles del pago del impuesto a la renta. Por tanto, no están practicando ningún acto de desprendimiento social. En principio debemos reconocer que la minería peruana no existe como tal. La minería en el Perú se ha transnacionalizado, y este es un fenómeno mundial. Por tanto, ello supone e impone que el estado tenga un papel tuitivo, protector, de defensa del más débil. Para superar este quiebre es necesario arribar a consensos mínimos, acuerdos nacionales, diálogos permanentes entre el capital y el trabajo con el estado. Entre las empresas y las comunidades campesinas buscando las ventajas mutuas, con políticas estables en el marco de medidas descentralistas.

Lo usual hasta ahora en las relaciones entre la empresa y las comunidades ha sido la cooptación o subordinación de dirigentes comunales, y autoridades intermedias, pero ello a la larga resulta un mal negocio para la empresa, que no genera estabilidad en el largo plazo, por el contrario los países que han logrado el desarrollo tienen en la ley, en su respeto irrestricto, la seguridad y estabilidad que exige todo negocio. No es un delito ganar dinero, lo inmoral es no pagar los impuestos que se deben pagar en función de la riqueza generada.

Citaré el caso de minera Yanacocha, la cual tiene la imagen de la empresa tradicional, donde sus funcionarios intermedios y empleados marcan notorias diferencias con el habitante común de cajamarca. Da la imagen que la riqueza se la llevan y poco o nada queda para los cajamarquinos. De allí la necesidad de dar sustentabilidad a la minería, no sólo con estricto respeto de las normas ambientales, sino obligándola a mayor participación en las compras locales; o impulsar la confección de artesanías; o inducirla a la financiación de actividades reproductoras que podrían ser deducidas de los impuestos. Con la infraestructura que tiene Yanacocha tranquilamente se podría financiar el acceso gratuito de

internet a la juventud cajamarquina de la universidad e institutos tecnológicos, abriendo sus puertas para las prácticas rentadas y pasantías. Esto significaría compartir la modernización con la población. Ello pone en cuestión el tipo de minería que ha caracterizado al país en los últimos 50 años, a pesar de las mejoras en la legislación ambiental. Tenemos que darle sustentabilidad económica y social a la minería en el largo plazo en armonía con otros sectores. Aunque parezca una herejía económica tenemos que industrializar a la minería. Y para ello el estado tiene que negociar con las empresas transnacionales. En ese paquete tiene que estar la necesaria armonía con la agricultura y ganadería tradicional, el turismo, la agroindustria, las pequeñas empresas.

En síntesis, el desarrollo de la explotación minera, agrícola, el turismo y la industria en el marco de una política descentralista tienen que ser los pilares relacionados entre sí para construir un nuevo Perú, sin exclusiones ni marginaciones en particular de las comunidades campesinas que aspiran al crecimiento económico con redistribución social. Aquí las empresas mineras tienen mucho que aportar si es que de verdad piensan en el largo plazo.

El Canon Minero:

Según lo dispuesto por el artículo 77° de la Constitución Política del Estado "corresponde a las respectivas circunscripciones conforme a ley recibir una participación adecuada del total de los ingresos y rentas obtenidos por el estado en la explotación de los recursos naturales

En concordancia con la disposición constitucional y en aplicación de la ley N° 27506, Ley de Canon, en la actualidad se viene distribuyendo a las municipalidades beneficiarias por concepto de canon minero el 50% del impuesto a la renta que pagan los titulares de la actividad minera. Sin embargo la proporcionalidad para el reparto de ese porcentaje del impuesto a la renta (20% para las municipalidades productoras, 60% para las otras municipalidades del departamento donde se ubica el recurso natural y 20% para los gobiernos regionales) aun no ha logrado interpretar el objetivo de dicho mecanismo de distribución que en esencia es restituir a las zonas productoras de los minerales por la explotación de sus recursos y la alteración del medio ambiente. Se ha constatado que municipalidades urbanas alejadas de la zona de la explotación minera perciben más ingresos que las ubicadas en esta zona; como por ejemplo la municipalidad de Oroya recibió en los meses de junio, julio y agosto del presente por concepto de canon minero S/. 2,000.00 nuevos soles, mientras que la municipalidad limeña de Miraflores recibió en ese lapso y por el mismo concepto S/. 18, 000.00 nuevos soles.

Conscientes de esta problemática, creemos que resulta necesario modificar la proporcionalidad en la distribución del canon minero, no debiendo ser inferior al 40% a asignarse a la zona productora, considerándose además un porcentaje del 5% para las universidades que al fin y al cabo son el soporte del desarrollo de cada departamento o región.

Asimismo, es necesario normar el uso apropiado de los recursos asignados por el canon con la finalidad de utilizarlos básicamente en obras de desarrollo e infraestructura y no en gastos corrientes.

Este es un tema que seguramente seguirá siendo materia de discusión y análisis por la gran diversidad de criterios sobre su aplicación. En el ámbito nacional e internacional. Al respecto, debemos señalar que recientemente el Banco Mundial ha recomendado incorporar el concepto de regalías aplicándose un 3% sobre el valor de los recursos extraídos. Por

cierto, esto es un tema que empezará a debatirse en los diversos ámbitos del quehacer minero.

#### Conservación y Protección Ambiental:

##### *Problemática*

La actividad minera al igual que otras actividades productivas extractivas o de transformación también genera impactos en los elementos del ecosistema especialmente los medios físicos y biológicos. En el Perú desde el año 1993 en que se promulgó el código del medio ambiente, las empresas vienen implementando diversos instrumentos de gestión ambiental: estudio de impacto ambiental para los proyectos nuevos y programas de adecuación y manejo ambiental (pama), para los proyectos existentes, los cuales vienen siendo fiscalizados por el ministerio de energía y minas. Luego de mas de cinco años de aplicación de esta normatividad aun puede observarse que se requiere la implementación de medidas complementarias para garantizar la conservación y protección ambiental plena.

##### Retos:

En tal sentido, pensamos que se requiere en primer lugar una actualización de la normatividad ambiental (código del medio ambiente) y la dación de otras normas específicas que permitan precisar el tratamiento a diversos problemas ambientales como son: los pasivos ambientales, las servidumbres, el caudal ecológico, la fiscalización ambiental, monitoreo ambiental, desarrollo rural y comunal, etc.

Asimismo, pensamos que para consolidar la política ambiental se debe implementar en todas las instituciones publicas y privadas el sistema de gestión ambiental.

#### Responsabilidad Social:

##### *Problemática*

El desarrollo social y economico de muchas regiones del peru esta ligado a los aprovechamientos mineros, por ello se considera que ambos deben tener estrecha interrelacion. Por otro lado la ejecución de los proyectos mineros, sin tener en cuenta las normas de protección y conservación ambiental han afectado a algunos elementos del ecosistema, generando en algunos casos daños irreparables.

##### *Retos*

Conociéndose esta problemática pensamos que el desarrollo minero futuro debe buscar que los principales actores de la sociedad asuman su real responsabilidad social. En tal sentido, buscaremos y promoveremos la inversión privada en minería, preservando el ecosistema, en el marco del desarrollo sostenible. Desde nuestra óptica promoveremos políticas mineras sustentables, las cuales deben estar basadas en la eficiencia productiva, económica y social y que, por supuesto si no hay utilidades y ganancias compartidas, entre las empresas y la comunidad local y regional, no habrá sustentabilidad posible. En consecuencia, cualquier inversión moderna considera como una de sus principales variables el desarrollo equilibrado de su entorno económico y social. Hay que recordar que la responsabilidad social no es sólo del estado, es también y principalmente de la empresa, no únicamente con dádivas ni asistencialismo, sino involucrándose en los planes de desarrollo local y regional, articulándose con sus economías, promoviendo la compra y venta de bienes y servicios locales, multiplicando sus efectos económicos, en síntesis generando valor agregado y

sostenibilidad.

Reflexion final:

Señoras y señores, La Comision de Energia y Minas del Congreso de la Republica que me honro en presidir abre sus puertas al sector privado y a la ciudadanía en general para presentar, discutir y analizar toda iniciativa de ley vinculada al sector, ya que esta comision es un escenario privilegiado para conocer y profundizar el conocimiento de nuestra realidad y sus alternativas de solucion con el unico objetivo compartido por ustedes de buscar el desarrollo integral del peru, el desarrollo empresarial y el bienestar de nuestros compatriotas.

Muchas gracias

### ANEXO 3- Discurso do Ministro Pedro Sánchez Gamarra

Convenção Mineira Perumin-29

Senhor Felix Navarro Brown, Presidente do Perumin - 29ª Convenção Mineira,  
Senhor Oscar Gonzales Rocha, eleito Presidente do Perumin - 30ª Convenção Mineira,  
Senhor Anibal Campos, Presidente do Instituto de Engenheiros de Minas do Peru,  
Senhor Luis Paulo Delack, Presidente do Encontro Empresarial,  
Senhor Simon Balbuena, Prefeito de Arequipa,  
Senhores representantes das Representações Diplomáticas,  
Senhoras e Senhores,  
Amigos todos,

Nesses dias o Peru tem sido o centro da atenção da mineração no mundo, e Arequipa tem sido o cenário ideal. Caminhar esses 64 mil metros quadrados dentre os mais de 7 mil participantes, compartilhando experiências com as delegações dos 43 países assistentes, tem nos demonstrado mais uma vez que somos como bem diz o *slogan* do Perumin: “Peru mineiro - uma jazida de oportunidades para todos”, *slogan* que o governo assina embaixo.

A variedade de eventos, exposições, rodadas de negócios e apresentações nesses dias, fala de uma nova perspectiva. Uma mineração moderna e sustentável, impulsora, com responsabilidade social e respeito pelo meio ambiente.

O sucesso deste evento, expressado na participação de investidores, empresários, profissionais e estudantes, assim como nos anúncios de importantes investimentos, representa uma ratificação da confiança sustentada no desenvolvimento do Peru, que iniciou um retorno firme ao crescimento, apesar dos graves efeitos da crise econômica internacional. Deste evento saímos muito fortalecidos como país, pois os anúncios de investimento são da ordem de 30 mil milhões de dólares, que há alguns anos teriam sido simplesmente impensáveis.

Hoje, mais do que nunca, as vantagens competitivas apresentadas pelo Peru o tornam atrativo como destino de investimento para as sólidas empresas privadas, nacionais e estrangeiras, devido ao nosso grande potencial mineiro e à nossa sólida economia. Mas, além disso, porque representa uma grande oportunidade para todos os peruanos, de melhorar o nosso nível de vida, se a renda gerada pela mineração for usada adequadamente.

A competitividade do Peru é reconhecida pelo mundo inteiro, tal como mostra o índice de competitividade global do *World Economic Forum*, em que temos passado do posto 83 ao 78, e o mesmo no *New Business Competitive 2009*, onde também temos alcançado 10 posições e agora estamos na posição 59. E, o mais importante, trabalhando conjuntamente queremos alcançar a posição 25 para 2011, como meta do governo.

No Peru contamos com abundantes recursos mineiros, ocupamos os primeiros lugares a nível mundial em produção e temos importantes projetos, como foi indicado aqui. Projetos que chegam a 24 mil, mas, hoje, falam que já são 30 mil, a serem materializados no curto e médio prazo.

Esses projetos, desenvolvidos com responsabilidade ambiental e social, são uma oportunidade para a luta contra a pobreza no país, sobretudo nas populações localizadas no entorno dos projetos, propiciando seu desenvolvimento integral e sustentável. Atualmente temos outorgado 34 mil direitos mineiros, número que demonstra o enorme interesse dos investidores no Peru.

Porém, para aproveitá-los é necessário realizar trabalhos de exploração e extração, cumprindo com normas de desenvolvimento sustentável com as quais o país conta. Existe um árduo trabalho prévio para conseguir viabilizar o nosso potencial mineiro e começar a gerar valor. Só se tem valor onde tem renda. A geração de valor em mineração se inicia desde os trabalhos de exploração, quando se encontram os recursos mineiros com um determinado valor de certeza e, posteriormente, os estudos de factibilidade lhe dão valor agregado mediante tecnologias que permitem elevar o valor do mineral.

Os recursos gerados na mineração, e distribuídos às regiões do país nos últimos três anos, somam mais de 15 mil milhões de soles dentre: canon mineiro, regalia mineira, direito e contribuição voluntária. Progressivamente os governos regionais e locais vêm melhorando sua velocidade e medindo seu investimento. Porém, ainda há muito caminho por percorrer em termos de seleção e priorização de projetos, mecanismos de implementação que permitam a sua execução oportuna e sejam traduzidos em melhora efetiva da vida e do bem-estar do povo. Tão importante quanto a promoção interna é a promoção externa. É necessário conseguir a aceitação da atividade mineira no nosso país, somos conscientes que, apesar do esforço que vem fazendo o estado, precisa-se fortalecer a sua presença e os mecanismos de comunicação para informar com eficiência os benefícios da mineração moderna.

O governo tem definido a ordem de inclusão social como um eixo central nas suas políticas e, nesse marco, o Ministério de Energia e Minas promove o desenvolvimento de uma mineração participativa e inclusiva, na qual todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento social sustentável das populações envolvidas com a atividade sejam levados em conta desde sua etapa inicial. Ao envolver a população a partir da concessão mineira, a cadeia de comunicação se faz mais seletiva e inclusiva permitindo construir laços sólidos de cooperação mútua e confiança.

Parabenizo os organizadores do Congresso pela qualidade, entusiasmo e excelência no desenvolvimento da Convenção, que tem nos convertido, sem dúvidas, na principal feira mineira da América Latina. Convido vocês a continuar trabalhando nesta grande jazida de oportunidades que representa o investimento mineiro no país, com uma profunda responsabilidade ambiental e social que se reflete na redução da pobreza, no desenvolvimento e bem-estar da nossa comunidade. Agradeço a todos vocês por sua participação ativa neste evento e lhes convido a seguir apostando e investindo no Peru.

Declaro encerrado o Perumin Convenção Mineira.

Muito obrigado.

**ANEXO 4 - Lista de artigos identificados das revistas Minería e Desde Adentro**

(continua)

<b>Ano</b>	<b>Desde Adentro -Titulo do Artigo</b>	<b>Autor depoimento</b>
<b>2009</b>	1. MEM garantiza crecimiento económico de 5% en el 2009	Ministro de Economia y Finanzas Luis Carranzas
	2. Crece la inversión	MEM
	3. Perú sigue siendo atractivo para inversiones mineras	Ministro de Energia y Minas Pedro Sanchez
	4. Estamos en capacidad de sacar 5 o 6 proyectos mineros grandes a la vez	Ex ministro de Energia y Minas Jaime Quijandria
	5. Presencia del Perú destaca en el PDAC-2009	Ministro de Energia y Minas Pedro Sanchez
	6. Perú fortalecerá cooperación geologica minera con China	Viceministro Felipe Iasi
	7. Avanza asfaltado de carretera Churin –Oyon	Presidente de la reion de Lima Nelson Chui
	8. Muelle de minerales para el 2012	Ministro de Transportes y Comunicaciones Enrique Cornejo
	9. Somos uno de los países lideres en el mecanismo de desarrollo limpio	Ministro del Ambiente Brack
	10. Milpo desarrolla nevas estrategias de crecimiento	MEM
	11. Permin 29 Convención Minera una veta de oportnidades para todos	Ministro de Energia y Minas Pedro Sanchez
	12. Perú sin minería no es posible	Ministro del Ambiente Brack
	13. Minería sigue liderando exportaciones peruanas	Banco Central de Reserva del Perú
	14. Antamina y Ministerio de educación firman convenio para capacitar a docentes en Ancash	Viceministro de Gestión Edcativa Idel Vexler
	15. Buenaventura invierte 120 millones en La Zanja y Tantauatay	MEM
	16. Interés Europeo	MEM
	17. Sur del Perú capta mayor inversión en proyectos mineros	MEM
	18. Cajamarca tiene proyectos mineros por 6 mil millones	Director de promoção minera do MEM Henry Luna
	19. Intercambian experiencias de buenas prácticas de programas sociales	Ministro de Energia y Minas Pedro Sanchez
	20. La Responsabilidad Social es una tarea colectiva	MEM
	21. Sector minero: recuperándose de la crisis	MEM

<b>2008</b>	1. Entregan en licitación dos proyectos en Piura	MEM
	2. MEM aprobó 338 estudios ambientales en el 2007	MEM
	3. Se perfeccionará legislación para formalizar minería ilegal	Viceministro de Minas, Felipe Iasi
	4. Minería e Hidrocarburos crecieron 5.8% en 2008	MEF
	5. Plata y Oro lideraron crecimiento minero en Mayo	MEM
	6. Alan García destaca dinamismo de la inversión privada- En mensaje de Fiestas Patrias	Presidente Alan García
	7. La minería crea desarrollo y bienestar para el Perú	MEM
	8. El crecimiento económico del Perú seguirá en mediano plazo	MEF
	9. Se priorizará fomento de investigación para desarrollar energías renovables	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia
	10. El país no está en condiciones de desperdiciar una posibilidad. Presidente Regional de La Libertad, José Murgia	Presidente Regional de La Libertad José Murgia
	11. Inversión minera cercana a los 20 mil millones para periodo 2008-2015	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia
	12. Gobierno Peruano lanza plan para enfrentar crisis	MEF
	13. El Perú estuvo en la vitrina del mundo durante el 2008	MEM
	14. VIII Simposium del Oro: Metal que da brillo al Perú	Juan Valdivieso
	15. Caen las exportaciones de los sectores minero y petróleo	MEM
	16. Muchos países nos han empezado a conocer gracias al APEC- Mercedes Araoz	Ministra de Comercio Exterior Mercedes Araoz
	17. Productos Mineros y Petroleros impulsaron exportaciones en Junio	Promperú
	18. La libertad: Abriendo camino al desarrollo	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia
<b>2007</b>	1. Alan García: Bienvenida la inversión que da trabajo a miles de peruanos	Presidente Alan García
	2. Mineros entregan cerca de 10 millones a región Lima	MEM
	3. Unión de esfuerzos para el desarrollo del Perú. XXVII convención minera.	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia
	4. Un reto que toca a todos los peruanos. ¿Cómo optimizar los recursos del canon?	Presidente Alan García
	5. Regiones reciben S 4, 254 millones por Canon minero	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia
	6. A inversionistas: Perú ofrece economía estable y menor riesgo-país	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia
	7. El sector minero energético es el motor de desarrollo del Perú	Presidente Alan García
	8. Avanza aporte voluntario en el sur del Perú	MEM
	9. Se entrego buena pro de Michiquillay	Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia

	<p>10. Por aporte voluntario Espinar cuenta con moderno Hospital</p> <p>11. Regiones recibieron 23% más por canon que el año pasado</p> <p>12. Doe Run ejecuto PAMA de acuerdo al cronograma</p>	<p>Presidente Alan García</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p>
<b>2006</b>	<p>1. Cada vez mas es decisivo el papel de la región en la actividad minera</p> <p>2. Convenio entre Gobierno y empresas mineras beneficiara a sierra central</p> <p>3. Aporte extraordinario de mineras llego a S 2, 500 millones para programas sociales</p> <p>4. Cerro verde contribuirá con más de 50 millones para Arequipa</p> <p>5. Southern evalúa ampliaciones en Ilo</p> <p>6. Amplían por tres años plazo para cumplimiento de PAMA de Doe Run</p> <p>7. El Perú debe mantener estabilidad para asegurar la inversión</p> <p>8. Gobiernos regionales recibirán este año 2 661 millones por canon</p> <p>9. Séptimo Simposium Internacional del Oro- Oportunidades auríferas y en América Latina</p> <p>10. Compañía minera Antamina-Ancash recibe 480 millones por canon</p> <p>11. Michiquillay se concesionará antes de fin de año</p> <p>12. Toromocho producirá 150 mil toneladas métricas</p> <p>13. La regionalización es la vía para salir de la pobreza en el Perú</p>	<p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>Presidente de la Región de Junín, Manuel Duarte</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>Consejo de Ministros</p> <p>Presidente de la región MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>Ministro de Economía y Finanzas Fernando Zavala</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Pro inversión</p> <p>Presidente Regional de Junín</p> <p>Presidente Regional de Huancavelica</p>
<b>2005</b>	<p>1. Aumenta interés por invertir en minería e hidrocarburos</p> <p>2. Perú debe convertirse en el país minero número uno en el mundo</p> <p>3. XXVI Convención Minera : Foro de diálogo entre mineras, gobierno y comunidades</p> <p>4. El Perú necesita de una ley ambiental moderna, técnica y realista.</p> <p>5. Minera Majaz continuara operando en el Peru</p> <p>6. Los últimos tres años, gobierno solo distribuyo 45% del canon minero generado</p> <p>7. Necesitamos del sector privado para lograr una verdadera descentralización</p> <p>8. Ser gobierno no significa tomar el Poder como botín de guerra</p> <p>9. Pacto por la inversión y el empleo</p>	<p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>Presidente del Consejo de Ministros Pedro Pablo kuczynski</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sanchez</p> <p>Presidente del Congreso de la República Marcial Ayaipoma</p> <p>Vicepresidente de Energía y Minas Rómulo Mucho MEF</p> <p>Jefe del Gabinete del MEF, Cecilia Blume</p> <p>Presidente del Congreso de la República, Antero Flórez Araoz</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p>

(conclusão)

	<p>10. El estado no tiene presencia en las zonas mineras</p> <p>11. Más de 5000 solicitudes de concesiones – Minería peruana atrae interés de inversionistas</p> <p>12. Instituto Nacional de concesiones y catastro minero</p> <p>13. Críticos deben presentar propuestas y no solo oponerse, Alcaldes provinciales de Apurímac</p>	<p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>MEM</p> <p>MEM</p>
<b>2004</b>	<p>1. Sector minero energético representa el 59 % de las exportaciones</p> <p>2. Los inversionistas no quieren prebendas solo quieren la mesa plana</p> <p>3. Jefe de Estado hace eco de posición de empresarial, ideologías trasnochadas no deben paralizar las inversiones en el país</p> <p>4. Cerro Verde , no contaminara agua ni aire</p> <p>5. Ministros tienen derecho a pedir inconstitucionalidad de ley de regalías</p> <p>6. A los participantes de VI Simposium del Oro</p> <p>7. Cambios legislativos se deben dar pensando en sus efectos sobre las inversiones</p>	<p>Ministro de Comercio Exterior y Turismo, Alfredo Ferrero</p> <p>Presidente de la Comisión de pro inversión, Jorge Castillo</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Presidente de la región Arequipa</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y minas Glodomiro Sanchez</p> <p>MEM</p>
<b>2003</b>	<p>1. Con más de 100 millones anuales minería apoya progreso del país</p> <p>2. Otros cuatro proyectos serán concretados, Las Bambas atraen inversiones</p> <p>3. Alejandro Toledo y Gonzalo Sánchez de Lozada, integración minera oportunidad de desarrollo para Perú y Bolivia</p> <p>4. Rueda de negocios propicio acercamiento entre peruanos y bolivianos</p> <p>5. Las Bambas atrae inversionistas, otros cuatro proyectos serian concretos</p> <p>6. Mientras más inversionistas lleguen al Perú será mayor para la estrategia de la Comunidad Andina</p> <p>7. Las regalías mineras, pérdida de competitividad</p> <p>8. Las Bambas, primeras víctimas de las regalías</p> <p>9. Convenios de estabilidad jurídica: garantía para atraer las inversiones</p>	<p>Ministro de Energía y minas Hans Flury</p> <p>MEM</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Proinversión</p> <p>Presidente de la Comisión de Economía del Congreso, Luis Solari</p> <p>MEM</p> <p>MEM</p>

(continua)

<b>Ano</b>	<b>Minería - Título do Artigo</b>	<b>Autor depoimento</b>
2009	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verifican avances del PAMA de Doe Run en la Oroya- Ministerio de Energía y Minas</li> <li>2. Ministro Pedro Sánchez indica que “No habrá prórroga, gobierno exigirá a Doe Run cumplimiento de PAMA”</li> <li>3. La inversión en exploración no se ha detenido</li> <li>4. El Perú es un importante destino de inversión minera por su potencial geológico y por ser un país estable y de bajo riesgo</li> <li>5. Continuará expansión de la producción hde Oro, plata y estaño entre marzo y agosto</li> </ol>	<p>Viceministro de Energía y Minas Felipe Iasi</p> <p>Ministro de Energía y Minas Pedro Sánchez</p> <p>Ministro de Energía y Minas Pedro Sánchez</p> <p>Ministro de Energía y Minas Pedro Sánchez</p> <p>MEM</p>
2008	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inversión minera sobrepasaría 13 millones de dólares al año 2015 según estimativas del Ministerio de Energía y Minas</li> <li>2. MEM dará a conocer obras de aporte voluntario</li> <li>3. Yanacocha inaugura reservorio San José, asegurando agua a las comunidades de Cajamarca</li> <li>4. Un problema que requiere la acción inmediata de instituciones competentes y modificar normas que abran puerta a una informalidad. Detengamos el incremento de la minería informal .</li> <li>5. Activos mineros efectuaran transferencia en subasta pública. Aprovecharan pasivos ambientales garantizando desarrollo sostenible</li> <li>6. Xtrata Cooper incrementa recursos de cobre. Aumentara la producción a medio millón de toneladas de cobre en los próximos años</li> <li>7. Políticas de desarrollo de proveedores locales</li> </ol>	<p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>MEM</p>
2007	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se concreta fondo minero de Solidaridad con el pueblo</li> <li>2. Minería invertirá 11 mil millones de dólares en el periodo de 2007-2011 según Ministro Juan Valdivia</li> <li>3. Presentan proyecto Rio Blanco en congreso ambiental</li> <li>4. Alta tecnología ambiental minero- metalúrgica. Southern inaugura oficialmente modernización de la Fundición en Ilo</li> <li>5. Cerro Verde inaugura planta concentradora. Elevara canon a 480 millones de dólares, inversión permite ampliar por 20 años más capacidad productiva</li> </ol>	<p>Presidente Alan García</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Juan Valdivia</p> <p>MEM</p>
2006	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Los últimos tres años gobierno distribuyo cerca de 765 millones de dolares</li> <li>2. Yanacocha invertirá más de 300 millones de dólares</li> <li>3. "Programa minero de solidaridad con el pueblo", contribuirá con el desarrollo de las zonas más olvidadas</li> <li>4. Los Retos de la minería en el Peru</li> <li>5. MEM estima que el sector minero crecerá 7% en el periodo 2007-2012</li> </ol>	<p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro</p> <p>Proinversion</p> <p>Ministro de Economía y Finanzas Fernando Zavala</p>

(conclusão)

2005	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Los últimos tres años, gobierno solo distribuyo 45% del canon minero generado</li> <li>2. XXVII Convención Minera, abriendo nuevos caminos. Se expusieron y analizaron los problemas y retos más importantes de la industria minero-metalúrgica</li> <li>3. Oro es el principal mineral exportado</li> <li>4. Días de tecnología y Negocios. Extemin reunió a empresas de 17 países</li> </ol>	<p>MEF</p> <p>Presidente del Consejo de Ministros Pedro Pablo kuczynski</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Comercio Exterior Alfredo Ferrero</p>
2004	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inversión minima en el sector para el programa será de 273 millones</li> <li>2. Mayor aporte fiscal de las empresas mineras, y mejor uso de los recursos</li> <li>3. Más de 5000 solicitudes de concesiones – Minería peruana atrae interés de inversionistas</li> <li>4. El Potencial Minero del Perú y los Retos para su Puesta en Valor</li> <li>5. Sector minero siguió liderando nuestro crecimiento</li> <li>6. Minería, descentralización y desarrollo</li> <li>7. Invoca a la inversión en mayores carreteras em Huamachuco</li> <li>8. Las Bambas: inversión minera con responsabilidad ambiental y desarrollo social</li> <li>9. Perú espera ser en corto plazo el cuarto productor mundial de oro</li> </ol>	<p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p> <p>Proinversion</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>MEM</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Glodomiro Sánchez</p>
2003	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Minería Peruana recuperará competitividad internacional</li> <li>2. Bajo el Lema Desarrollo Sostenible: “Reto Minero”</li> <li>3. Presidente Toledo propone mayor integración vial y aérea entre Perú y Bolivia</li> <li>4. Más de 4000 participantes ratifican éxito de Convención Minera organizada por el IIMP</li> <li>5. Minera regional tiene inversiones proyectadas en 4 100 millones de dólares hasta el 2010</li> <li>6. Las regalías mineras, pérdida de competitividad</li> <li>7. Ministro Quijandria habla sobre los notables avances tecnológicos en la minería</li> <li>8. Con excepción del cobre y el zinc se encuentra la producción del metal ha sido de 14 millones 598 mil dólares</li> </ol>	<p>Ministro de Energía y Minas Jaime Quijandria</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Presidente Alejandro Toledo</p> <p>Presidente de la Comisión de Economía del Congreso, Luis Solari</p> <p>MEM</p> <p>Ministro de Energía y Minas Jaime Quijandria</p> <p>Ministro de Energía y Minas Jaime Quijandria</p>

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)